Para o Sr. Sub. Oficiais

ESTADO DO AMAZONAS

MENSAGEM

APRESENTADA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS, EM SUA SESSÃO DE ABERTURA EM 15 DE MARÇO DE 1953 PELO GOVERNADOR ALVARO MAIA.

Imprensa Oficial
Manaus — Amazonas
— 1953 —

SENHORES DEPUTADOS:

Em obediência ao que preceitua a nossa Constituição em seu artigo trinta e sete, número dez, venho expôr-vos o movimento geral da Administração amazonense em seu segundo ano recém-findo. Entre as notícias auspiciosas que trago ao vosso conhecimento, nenhuma de certo avulta para nosso júbilo com mais relêvo, como a da sanção presidencial, em janeiro ultimo, da lei referente ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, remate feliz de uma luta que se travara desde 1946, para erguer do seu marasmo as energias da grande região brasileira.

Seis anos se despenderam em ansiosas alternativas de esperanças e de dúvidas, a que as frequentes dilações parlamentares davam ensejo para modificações de idéias e atitudes; mas venceu finalmente a inspiração de alta justiça, ditada em preceito imperioso da Carta Magna da Nação, e a providência tutelar que manumite a Amazônia do seu secutar cativeiro já se entremostra na alentadora fase preliminar, que deve conduzir ao caminho de integral execução.

Quantos se interessam ou amam êste portentoso pedaço da Pátria, abrangido pela munificência constitucional do artigo 199 da Constituição do país, têm, pois, senhores Deputados, o seu quinhão gratulatório pela conquista mourejada. Na parte que toca particularmente à nossa terra, natural é que exultem os poderes constitucionais do Estado, os nossos abnegados e indormidos representantes no Congresso Nacional, os valorosos membros das classes conservadoras e o confiante povo amazonense jamais esmorecido, mesmo em suas mais dolorosas vicissitudes.

Descortinam-se dessarte horizontes novos para a imensa e opulenta região, sistematicamente esquecida

em tantos lustros de governos imperiais e republicanos. E, ainda agora, não se poderá dizer que a Amazônia vai ressurgir com o sacrifício geral da nação, porque povos de outras latitudes terão de concorrer com o seu tributo pecuniário para tal ressurgimento. Não será razoável nem justa semelhante alegação, porque os beneficiados do Plano de Valorização Econômica formam desde logo na primeira linha dos contribuintes para o seu custeio, empenhando apreciável parte das rendas dos seus Estados e Municípios. A nação, assim, não oferece à Amazônia depauperada e empobrecida um presente régio de mão beijada. Coopera, sim, fraternalmente, para o seu fastígio de amanhã, aguardando a compensação larga que advirá do gesto generoso. Se alguma queixa pudera acaso ser articulada, seria a da própria região favorecida, que assistiu, resignada e paciente, ao desaproveitamento de milhões de cruzeiros durante um longo sexênio de debates e controvérsias legislativas, pois tantos foram os anos que mediaram entre a concessão estabelecida no artigo 199 do Estatuto Federal até a recente lei que manda executar o Plano de Valorização.

Certamente a Amazônia, que não se amesquinha em sentimentos de ingratidão, revelando-se, ao contrário, sempre grata a quem lhe presta braço forte nas suas legítimas reivindicações, saberá corresponder pelo trabalho diuturno dos seus naturais, por seus sinceros anelos progressistas, aos enormes benefícios que derivarão do sábio plano, delineado para vitalizar a vastíssima área brasileira em que nos integramos. Objetivamos, acima de tudo, servir a Pátria com o desvendar de riquezas ainda ignoradas, que serão de todos, porque todos devemos trabalhar para o Brasil sem preocupações egoistas. E êsse alvo patriótico mesmo foi que nos apontou, com admirável clareza espiritual, o senhor presidente Getulio Vargas, quando, ao apôr sua assinatura na lei sancionadora do Plano de Valorização, assim se exprimiu: "A Amazônia tem de vencer dentro de si mesma a ponto tal, que a sua expansão econômica se confunda com a sua fronteira política. Concorrerá de maneira decisiva para o desenvolvimento econômico, não apenas dos Estados que a compõem, mas também de todo o país".

Estamos, portanto, senhores Deputados, em ordem de marcha para o ideal que acariciamos desde um pas-

sado já remoto. Todavia, faz-se mister que não nos embalemos na ilusão de que os nossos males atuais se transformem, repentinamente, em alegrias e abundâncias, passando-nos de súbito da pobreza à opulência. O diploma promissor que vem de imergir-nos em emoções exultatórias, anuncia-nos logo não pequeno compasso de espera para desentranhar-se em opimos frutos. Por suas mesmas proporções gigantescas, visto que mobiliza inumeráveis atividades humanas, decididas a disputar à terra os seus incalculáveis tesouros, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia requer ainda meditados estudos técnicos para entrar plenamente na sua fase executiva. Nove meses do ano em curso, inteligentemente previstos, serão consumidos na tarefa do plano definitivo, prazo que seguramente se dilatará com a tramitação parlamentar para efeito de aprovação. Não será possível, pois, senhores Deputados, que se reflitam imediatamente na economia e finanças amazonenses os benefícios da lei amparadora, só nos sendo lícito contar com os nossos recursos do presente para enfrentarmos as responsabilidades e compromissos assumidos.

Já é motivo de alvoroçado regozijo o sabermos que dois dos nossos problemas fundamentais, ligados a sumos interêsses de tôdas as classes e ambos objeto dos seus constantes clamores, serão sem demora solvidos: os problemas da luz e da água, preocupações angustiosas do meu govêrno. A prioridade que êles terão em quaisquer iniciativas, aproveitados os planos e recursos financeiros já existentes, constitue em verdade um prólogo animador de empreendimentos futuros. Mas, precisamente essa parte mínima do Plano de Valorização — mínima se a compararmos ao vulto colossal do que se cogita levar a efeito na Amazônia — é que nos deve precáver contra otimismos exagerados, contra a imprudência de irmos desde já sacando a descoberto sôbre os ditosos dias que hão de vir. E' imperioso, portanto, que reflitamos sèriamente sôbre os encargos que ora pesam sôbre o Estado. São êles de tal sorte excessivos que só por milagre poderemos arrostá-los com os elementos de que dispomos. Além de um Orçamento alarmantemente deficitário para o exercício vigente, impende-nos o dever de cumprir uma legislação esparsa, pródiga em favores e mercês, a qual, outorgando vantagens pecuniárias a não

poucos pleiteantes, permitiu que, à sombra dêstes, outros se vão abrigando, invocando direitos idênticos, que afinal têm de ser respeitados, sobrecarregando assim de onus incomportáveis o Tesouro estadual. Não recorro a uma hipérbole impressionista dizendo que é alarmante nosso Orçamento dêste ano, porquanto, com a lucidez do vosso espírito, bem compreendeis que devéras assusta tôda a lei de meios, cuja despesa, fugindo às normas de equilíbrio com a receita, sobreleva a esta em um terço no cálculo daquela, deixando patente o abismo de um "deficit", sòmente transponível com um dêstes dois recursos: apelando-se para o agravamento dos impostos, hipótese de todo impraticável, ou criando novas fontes de renda, por enquanto puramente imaginárias.

Invoco o vosso próprio testemunho, senhores Deputados, de como o meu govêrno se há mantido dentro da esfera que lhe demarca a Constituição do Estado, dando plena liberdade de ação aos demais poderes, em obediência ao salutar princípio da independência dos três ramos constitucionais. Infelizmente, porém, êsse admirável princípio democrático ainda não é entendido em sua essência pela opinião popular, por isso que, para ela, a entidade GOVÊRNO não se trifurca com responsabilidades definidas para cada um dos seus componentes, mas se consubstancía, se sintetiza no Poder Executivo, único responsável pela boa ou má administração e, como tal, passível de tôdas as recriminações e de todos os anátemas. Será essa uma concepção singular e simplista do povo, mas perfeitamente explicável pela deficiência da sua cultura política. Já um ilustre prócere da nossa primeira fase republicana, o pranteado Francisco Glicério, ponderára que "um presidente da República ou um governador de Estado respondia perante as classes populares até pelo excesso das chuvas ou pelo prolongamento do estio, ao passo que os outros poderes constitucionais se punham a salvo de semelhantes arguições".

Crêde, senhores Deputados, que não me passa pelo espírito, sequer de leve e tenuemente, a idéia tão autoritária quão absurda, de coarctar ou restringir as vossas atribuições legislativas, firmemente asseguradas pela Lei Maior do Estado. Apenas vos peço que atenteis com a máxima reflexão nas melindrosas condições econômico-financeiras em que ora nos debatemos, com um erário

combalido, por cujas veias circula desde muito o sangue dessorado de arrecadações exíguas, que mal vão permitindo arrancar o funcionalismo estadual da situação de aperturas em que o traz a impontualidade dos pagamentos. Talvez um pouco menos de condescendência nos favores individuais, um oportuno dar de mão às injunções da amizade para não gravar de novos onus a despesa pública, tenham a virtude de contornar o período calamitoso que ainda haveremos de atravessar, até que a anunciada Canaã que se desenha no horizonte, nos converta os frutos mirrados, de que por ora nos nutrimos, nos pomos sumarentos que esperamos no porvir.

O ano de 1953, que se inicia, muito espera do vosso patriotismo.

* * *

Encareço, senhores Deputados, vossa atenção para os documentos anexos a esta Mensagem. No primeiro, esclarecí o senhor deputado Marques da Silveira, então na presidência da Assembléia Legislativa, ao passar-lhe o Govêrno a 21 de julho do ano findo, sôbre fatos administrativos, ocorridos até essa data. Consta do segundo a Exposição do mesmo deputado ao transmitir-me o cargo de Governador por êle exercido no período de 21 de julho a 18 de outubro de 1952, inserindo-se, finalmente, no terceiro, a Exposição que apresentei ao mesmo deputado ao reempossar-me no pôsto, dando conta das diligências que empreendí na capital brasileira para solver ou encaminhar problemas do Amazonas.

Desvanece-me informar-vos, em abono da morigeração do nosso povo, que, no ano findo, nenhuma grave perturbação da ordem se registou no Estado, aprazendo-me, outrossim, declarar que continuam harmônicas as relações entre o Executivo e os demais poderes constitucionais do Amazonas.

Passo a dar-vos conhecimento agora das atividades dos departamentos estaduais.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO

Desenvolveu a Secretaria Geral do Estado. como órgão centralizador do movimento das várias repartições que lhe são dependentes, intensa atividade no ano de 1952, sugerindo por isso o seu titular a conveniência de dar-se execução ao preceito da Constituição amazonense, relativo à criação das Secretarias, instituindo-se as do Interior, Justiça, Fazenda, Segurança Pública, Instrução e Saúde, com aproveitamento dos quadros de funcionários já existentes e dos que se encontram em disponibilidade. Pensa o Secretário Geral, Dr. João Nogueira da Mata, dinâmico titular deste pôsto, que isso seria um meio prático de aliviar a repartição controladora dos serviços administrativos, .repartindo as suas pesadas .atribuições atuais.

Sintetizando num quadro elucidante os serviços que ali se realizaram no ano passado pelas suas três secções, enumera o Secretário Geral do Estado, entre outros muitos de menor importância, os seguintes: leis sancionadas, 241; mensagens enviadas à Assembléia Legislativa. 112; informações prestadas, 4.420; títulos anotados, 3.701; decretos de nomeação, 750; idem de exoneração, .97; de aposentadorias, 59; certidões lavradas, 101; valendo notar que todo êsse labor burocrático se efetuou sem prejuizo de outros estranhos à Secretaria, mas afetos a ela em virtude de determinação superior e desempenhados igualmente com pontualidade e eficiência.

CONCLAVE DE TISIOLOGIA

Auspicia-se de grande repercussão nos meios científicos do País a próxima Conferência de Tisiologia, que se realizará no ano em curso e terá por séde, desta vez, a nossa querida cidade de Manaus. Já aderiram à magnífica idéia, aceitando o convite para presidentes de honra do importante conclave, vários Governadores das nossas unidades federativas e comparecerão pessoalmente ao certame numerosas personalidades médicas .de .outros Estados e das repúblicas fronteiriças, especializadas no estudo do inexorável morbo que devasta populações em tôdas as latitudes. Tôdas essas sumidades defenderão teses, dando-nos ciência das últimas conquistas da medicina para combate ao mal e dos derradeiros métodos preconizados para, senão vencê-lo completamente, ao menos atenuá-lo nos seus terríficos efeitos. Tão levantado e nobre movimento de solidariedade .humana, .igualará sem dúvida, em benéficas consequências, ao de que foi recentemente teatro a nossa bela capital, apenas diferindo na grandeza dos intuitos, visto que um objetivava a alma e outro tem por alvo o corpo. Congresso Eucarístico denominou-se o primeiro, que teve a animá-lo, no seu imponente êxito, a inteligência brilhante e as virtudes apostolares do senhor Arcebispo, Dom Alberto Gaudêncio Ramos; o segundo terá a exaltá-lo nos seus imensos proveitos o saber de preclaros mestres da medicina brasileira.

BANDEIRANTES DO SUB-SOLO

Se me permitís a frase, algo destoante da secura e da severidade parlamentar, dir-vos-ei que há um como prelúdio encantador nessa pregoada sinfonia da Valorização Econômica da Amazônia: é a campanha admirável que se inicia entre nós, com os melhores augúrios, para descobrir e explorar a incalculável riqueza que adormece em território da nossa jurisdição e representada na existência de manganês e outros produtos minerais, que entram já como artigos de fé em nosso catecismo econômico, "na previsão de futuros dias de valorizações vacilantes da borracha, da juta e das essências vegetais", como eu próprio o disse algures, saudando há pouco os nossos "Bandeirantes do sub-solo". Êles o são, em verdade, e não é por isso descabido o louvor que vae nessa nominação. Manganês, cristal de rocha e carvão de pedra acenam com maravilhosas promessas para o porvir do Amazonas, e Deus de certo, em sua infinita generosidade, há de permitir que o bom sonho se não desfaça, afim de que possamos vêr, por lentes mais azues, o que agora só temos vislumbrado por prismas de desalentos. Pelo que já se conhece dos preliminares da jornada dos intrépidos pioneiros, pelo sôpro de confiança que nos influe o ótimo resultado das pesquisas e exames dos nossos minérios, é de crer que o sub-solo amazônico, conforme já enunciei no alvorôço das minhas firmes esperanças, "porejará fôrças para vigorar os herdeiros dos conquistadores de fronteiras e seringais".

FINANÇAS PÚBLICAS

À maneira de relatório, sem escusados aparatos de linguagem, mas bastante expressivo na singeleza da sua objetividade, endereçou ao Govêrno o sr. Rubem Salgado, presentemente na direção da Fazenda Estadual, o ofício que vae transcrito na íntegra para vosso conhecimento e que é, sem exageros pessimistas, uma verdadeira fotografia da nossa grave situação econômico-financeira, para a qual, aliás, já vos alertei, como me cumpria, no preâmbulo desta Mensagem, solicitando-vos, senhores Deputados, moderação e prudência na decretação das despesas públicas.

E' dêste teôr o ofício aludido:

"Manaus, 23 de fevereiro de 1953.

Excelentíssimo Senhor Governador:

Honramo-nos em passar às mãos de V. Excia. esta rápida e despretensiosa exposição, súmula que é dos acontecimentos de maior relêvo e significação, verificados na Diretoria Geral da Fazenda Pública, muito especialmente os que se prendem à execução da Lei Orçamentária sancionada para vigorar durante o exercício financeiro de 1952, o que ora fazemos pensando bem cumprir a determinação de V. Excia. contida no ofício G.E.-88|53, de 8 de janeiro do corrente ano.

Empenhados assim no propósito de prestar os esclarecimentos que se fazem exigidos ao norteio da pública administração, agora sob o elevado discortino de V. Excia., não nos demoramos no singelo registo das atividades rotineiras que caracterizam o funcionamento da máquina burocrática, mas a detalhes outros relacionados com a situação econômico-financeira do Estado, cujas expressões numéricas nos darão a conhecer os seus verdadeiros aspectos.

Verdade é que nos permitimos bordar algumas considerações que mais não são do que o resultado da análise fria e desapaixonada dos problemas que, dia a dia, mais dificultam o equilíbrio orçamentário, surgindo que vão em sequência desconcertante e desanimadora pelo vulto das responsabilidades atribuidas ao Estado, consequentes de obrigações diversas a oferecer sempre maior contraste entre a receita e a despesa, tornando destarte cada vez mais árduos os encargos do Poder Executivo e embaraçosa a posição do erário público.

Tendo a seu cargo a arrecadação das rendas e a rigorosa observância dos créditos destinados ao pagamento do funcionalismo, bem assim compromissos outros resultantes da dívida publica e, mais ainda, o que estatue o Decreto n.º 118, de 19 de março de 1937, como suas atribuições, salienta-se a Diretoria da Fazenda como um dos mais importantes órgãos da administração, capacitada que se encontra para dizer das possibilidades do Estado no que tange à sua economia. Daí o dever que se nos impõe, depositários que somos da honrosa confiança de V. Excia., de prestar quantos esclarecimentos se façam necessários, maximè o de sugerir medidas e solicitar providências reclamadas ao perfeito andamento dos serviços cuja direção nos foi atribuida, para que possamos corresponder à espectativa de seu govêrno.

Porque êstes são os nossos propósitos e convencidos de que a hora grave que atravessamos será considerada por quantos detenham parcelas de responsabilidade e se encontrem à frente dos diversos setores da administração no sentido de maior desvêlo pelos serviços públicos que nos aconselham, mais do que nunca, severa compressão nas despesas, compreendidas veremos as nossas considerações, inspiradas que elas foram pelos anseios de que todos estamos possuidos, com a honrada administração de V. Excia. de assegurar dias melhores para o Estado do Amazonas.

Ao assumirmos, há três meses passados, a direção da Fazenda Pública, para logo nos propusemos incentivar a arrecadação exercitando, ao mesmo tempo, rigorosa fiscalização das rendas, o que por todos os meios legais vimos procedendo sem desfalecimentos com a adoção de medidas repressivas ao contrabando dos nossos produtos de exportação e de maior amplitude da ação

fiscalizadora, assim na capital como no interior do Estado. Outras não podiam ser as nossas providências iniciais, embora com a carência de funcionários especializados, ao defrontarmos com as deficiências dos serviços de arrecadação, causas determinantes do pouco desenvolvimento das nossas rendas, o que representa a parte mínima do que teremos de fazer nesse sentido com o indispensável e decidido apoio de V. Excia. e a cooperação sempre demonstrada dos funcionários desta repartição.

Urge entretanto, sem mais tardança, que reaparelhemos as nossas repartições arrecadadoras, dando-lhes aspectos outros para que melhor correspondam ao fim colimado. Eis porque se faz imperiosa a criação da Secretaria de Finanças, tal como foi prevista pela Carta Constitucional do Estado, cujas vantagens apararemos na centralização da vida econômico-financeira do Estado, modelada que será por certo por uma regulamentação condizente com os modernos preceitos e normas de administração. E' que o atual Regulamento da Fazenda Pública, inadequado e obsoleto, já não corresponde às exigências das tarefas fazendárias.

Criada que seja então a Secretara aludida, dificil não nos será o exercício de um controle mais eficiente sôbre a arrecadação, fiscalização e aplicação dos dinheiros públicos, isto com mais proveito para a vida financeira do Estado.

ORÇAMENTOS

O orçamento do Estado para o exercício de 1952, aprovado pela Lei n.º 160, de 19 de novembro de 1951, estimou a RECEITA em Cr$ 93.274.100,00, e fixou a DESPESA em Cr$ 133.987.140,80, registando um "deficit" na quantia de Cr$ 40.713.040,80, "deficit" êste consideravelmente aumentado em razão do maior volume das despesas de vários setores da administração, reclamadas para atender às necessidades do público serviço. Assim é que foram abertos no exercício passado muitos créditos suplementares totalizando a importância de ..... Cr$ 17.682.857,30 e especiais na quantia de ..... Cr$ 20.719.025,00, totalizando desta forma as suplementações a cifra de Cr$ 38.401.882,30.

Desta maneira, para uma previsão de receita esti-

mada em Cr$ 93.274.100,00, tivemos uma despesa autorizada que se elevou à respeitavel quantia de ..... Cr$ 172.389.023,10 abrangendo créditos originários dos exercicios financeiros de 1950 e 1951.

Daí a seguinte demonstração:

RECEITA PREVISTA		93.274.100,00
DESPESA FIXADA	133.987.140,80	
Mais:		
SUPLEMENTAÇÕES DE VERBAS	17.682.857,30	
CRÉDITOS ESPECIAIS	20.719.025,00	
	172.389.023,10	
Menos:		
ANULAÇÕES FEITAS	9.312.367,90	163.076.655,20
"DÉFICIT" ORÇAMENTÁRIO PREVISIVEL		69.802.555,20

Aqui vale relembrar o pensamento do eminente economista francês JAQUES RUEFF ao afirmar, com impressionante convicção, respeitada pela sua reconhecida autoridade em assuntos econômicos, que:

> "E' pelo "deficit" orçamentário que os homens perdem a sua liberdade".

Dizendo mais:

> "O orçamento em "deficit" permanente conduz os povos a esta alternativa: Desordem social ou escravidão".

O "deficit" orçamentário, podemos ainda acentuar, é um mal de consequências quase sempre irreparáveis. Mal necessário consideram-no alguns tratadistas de Direito Público e Ciências das Finanças, mas, quando, inscrito na Lei de Meios, apenas visa acompanhar o ciclo econômico, tornando-se destarte um bem para o Estado. Se entretanto deriva ou se origina de despesas supérfluas que não se imponham pelas suas reais necessidades, importando, por seus aspectos, num injustificável liberalismo das Assembléias políticas, passa então o "deficit" a constituir grave ameaça à vida do Estado, pela consequente anulação das franquias individuais.

Francesco Saverio Nitti, ante-ontem falecido em Roma, deixando o seu nome inscrito na galeria dos maiores financistas contemporâneos, não é menos incisivo no seu tratado "Principes des Scienses des Finances" quando doutrina:

> "E' pela despesa pública que se define a atividade política de um povo, e o seu orçamento é um grande livro de psicologia coletiva".

Quando o aumento das despesas públicas só se opera por um imperativo incontornável que não em função de interêsses político-partidários, oriundo que é do desenvolvimento e progresso do Estado, transforma-se o "deficit" em benefício, caracterizando-se como simples inversão de capital.

O que, data vênia, vimos observando é que a progressão ininterrupta das despesas, entre nós, provém de leis que apenas favorecem determinadas classes, pecando por um individualismo que atenta contra tôdas as normas de administração, por isso que provoca não apenas o desequilíbrio orçamentário, mas, ainda, o desajustamento do funcionalismo, como veio de acontecer, gerando um clima de atribulações para o Govêrno.

Diante dessa situação foi que, no intuito de se restringir um pouco mais as nossas despesas, me dirigí a V. Excia., no ofício de n.º 11, de 10 de janeiro p. findo, vasado nos termos seguintes:

"Ao iniciar-se o exercício de 1953, apesar de V. Excia. ser conhecedor perfeito da gravíssima situação financeira que atravessa o govêrno e de já haver recomendado medidas necessárias, desde os primeiros dias de sua gestão, quando recebeu das administrações passadas um elevado acêrvo de dívidas e encargos, cumpre-nos solicitar o maior entendimento e cooperação entre os órgãos responsáveis pela vida econômica e administrativa do Estado, para que se observe a maior parcimônia nos gastos das verbas destinadas às respectivas repartições.

Assim, tomamos a liberdade de, por intermédio de V. Excia., apelar e sugerir a todos os que tenham parcela de responsabilidade ou encargo na administração pública, no sentido de maior compressão possível nas despesas: para que os Chefes de Repartições, com severa fiscalização, não ultrapassem o duodécimo das verbas que

lhes estão destinadas no orçamento vigente; evitando os pedidos de créditos suplementares e outros, por ser uso condenável, de vez que chegam a importar em um outro orçamento; para que suprimido seja quanto possível o pessoal contratado; para só fazerem substituições imperiosas de funcionários e, afinal, para que se compenetrem de que só com severa economia, muito esfôrço, trabalho honesto e boa vontade é que se poderá conjurar a situação atual.

As razões dêste apêlo, como todos sabem, estão de maneira clara e positiva, explicadas pela frieza dos números alinhados no Orçamento para o exercício corrente, indicando os elevados compromissos do Estado. Para uma pálida idéia, em algarismos redondos, nos permitimos esclarecer que o "deficit", figurante na Lei de Meios para o exercício de 1953, em plena vigência, é de mais de terço da receita total prevista na referida Lei Orçamentária, ou seja da soma impressionante de ..... Cr$ 42.779.849,20.

Nestas condições, Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, sem nenhum pessimismo, chegamos a assegurar que a Lei Orçamentária do exercício corrente, não poderá ser cumprida, se medidas acima apontadas não forem tomadas em consideração e rigorosamente executadas, o que, fatalmente, ocasionará um "deficit" muito mais elevado do que o previsto e, consequentemente, dificuldades insuperáveis.

Certos de que nesta hora grave que atravessamos para as finanças do Estado, não faltará também o valioso auxílio e cooperação indispensável dos ilustres Senhores Deputados Estaduais, proporcionando ao Govêrno leis necessárias para que possibilite o reajustamento do equilíbrio orçamentário do Estado, nos sentimos encorajados e convencidos de que, ainda desta vez, mercê de Deus e amparados na elevada experiência e sadio patriotismo de V. Excia., Senhor Governador Alvaro Maia, na direção da nau do Estado, será amainada a tormenta que aflige a todos os que trabalham no progresso desta grande terra, e dias melhores e felizes surgirão para o Govêrno e o seu povo.

Servindo-nos da oportunidade que se nos oferece, reafirmamos a V. Excia. que empregaremos todos os esforços para corresponder à honrosa confiança com que

nos distinguiu V. Excia. entregando-nos a direção da Fazenda Pública".

Releva salientarmos que, nada obstante o impressionante acréscimo da despesa, ainda assim, várias verbas se mostraram insuficientes para atender o pagamento do funcionalismo, aposentadorias e outros aumentos derivados do liberalismo dos diplomas legais que lhe atribuiram tôda sorte de vantagens, muitas das quais de caráter individual e outras de interêsse de classes, sem que todavia fôssem auscultadas as possibilidades econômicas do erário público. Assim foi que se processou uma melhoria verdadeiramente alarmante dos proventos de certos servidores públicos sem uma aferição regular e precisa do tempo de serviço; considerável aumento de concessões de ajuda de custo, gratificações de funções e outros favores que refletiram profundamente no desequilíbrio orçamentário.

Para que bem se considere êsse estado de coisas, basta atentar-se para a importância dispendida com o pagamento de funcionários interinos e substitutos, elevada que foi à respeitável quantia de Cr$ 7.000.000,00, satisfeita pela verba SUBSTITUIÇÕES DE FUNCIONÁRIOS, ainda insuficiente para atender tal compromisso, de vez que necessitamos de mais Cr$ 700.000,00 com o que nos habilitaremos a efetuar o pagamento correspondente ao mês de dezembro último.

A receita derivada das arrecadações levadas a efeito no período de janeiro de 1952 a janeiro de 1953, incluindo-se a parcela de Cr$ 10.000.000,00, recebida, a título de auxílio, do Govêrno da União e abrangendo mais a arrecadação de um mês do período adicional, alcançou a cifra de Cr$ 123.694.400,40, importância esta que deverá ser aumentada com o produto do recolhimento a se proceder no mês em curso, término do período adicional, calculando-se tal aumento em Cr$ 5.000.000,00, o que nos permitirá a estimativa de um excedente na arrecadação avaliado em Cr$ 43.000.000,00.

Confrontadas as despesas pagas até 31 de janeiro do ano corrente com a receita então efetuada, registamos um "superavit" na quantia de Cr$ 1.572.515,20, como poderemos verificar pela seguinte demonstração:

RECEITA ARRECADADA	123.694.400,40	
DESPESA EFETUADA	122.121.885,20	
"SUPERAVIT"		1.572.515,20

Fôrça é convirmos que o excedente conseguido entre a arrecadação e a despesa longe está de poder constituir motivos de desvanecimento ou otimismo, porque insuficiente é para atender compromissos assinalados na Lei de Meios e os que promanam de leis outras surgidas durante o exercício financeiro, notadamente os relacionados ao funcionalismo, para o que se faz mister nada menos de Cr$ 2.000.000,00, numerário êsse com que iremos proceder o pagamento a que têm direito os inativos, interinos e substitutos relativo ao mês de dezembro.

ORÇAMENTO DE 1953

A Lei n.º 175, de 17 de dezembro de 1952, orçou a RECEITA e fixou a DESPESA, respectivamente, como abaixo se demonstra:

RECEITA	120.000.000,00
DESPESA	162.779.849,20
"DEFICIT" ORÇAMENTÁRIO PREVISÍVEL	42.779.849,20

Já agora nos aventuramos a assegurar que a Lei de Meios para o exercício corrente, pelas suas falhas e deficiências, sem as dotações e verbas reclamadas para fazer face às obrigações consequentes do aumento de vencimentos e novos encargos votados posteriormente à aprovação da mesma, não atenderá às exigências do serviço público. Esta a nossa conclusão diante do otimismo com que foram calculadas as rendas do Estado, de muito superadas pelas despesas e, ainda, porque não antevemos nenhuma possibilidade de melhoria na sua arrecadação, retardada pela falta de escoamento dos nossos produtos de exportação, muitos dos quais estocados ou armazenados esperam o interêsse do mercado consumidor.

A situação do Estado, como se vê e como o demonstram as suas finanças, não é bôa. Acumulam-se as despesas por insuficiência da receita, deixando grande número de fornecedores em atraso. Enquanto sobem assustadoramente os débitos do Govêrno ela, a receita, em rítmo tardo de desenvolvimento, não nos permite reajustar o desejado equilíbrio orçamentário.

Em nenhuma outra época providências tendentes à restrição dos gastos e proibitivas das despesas supérfluas se fizeram mais imperativas, encaradas como único meio de realentar as nossas energias. Para tanto, antes de mais nada, se reclama a valiosa, porque indispensável, colaboração do Poder Legislativo, sem a qual, conduzida no sentido de rigorosa economia, impossibilitado ficará sem dúvida o Poder Executivo, de levar a bom termo a sua missão. Urge portanto uma pausa para as leis liberatórias de créditos, favores e obrigações que importem no aumento das nossas responsabilidades, senão ainda, uma revisão das que com êsse caráter vigorem com sacrifício da nossa economia.

Outra medida oportuna, seria também a revisão ou reestruturação do funcionalismo, completamente desorganizado nos seus quadros e nos seus vencimentos pelo estipêndio dos extranumerários, contratados e interinos que, na realidade, são um outro corpo de servidores.

Observadas que sejam as nossas sugestões, estaremos convencidos de que conjurada será a situação de dificuldades em proveito do Estado e de seu povo.

Eis, Senhor Governador, em relato fiel, a síntese dos acontecimentos principais verificados nesta Diretoria. Encorajados pela confiança de V. Excia., continuaremos a demonstrar os mesmos propósitos de servir à causa pública com devotamento e honradez, sempre esperançados de que dias melhores surgirão para nossa terra.

Renovando os nossos protestos de respeitosa estima e elevado aprêço,

Saudamos a V. Excia.

RUBEM SALGADO
Diretor, em Comissão".

COMISSÃO DE ESTUDO DE ATOS NOMEATÓRIOS E JUBILATIVOS

Encerrou suas atividades no dia sete de janeiro a Comissão nomeada pelo Govêrno em catorze de fevereiro de 1951 para proceder ao estudo de todos os atos de nomeações, promoções, licenças e aposentadorias, baixados no período compreendido entre o segundo semestre de 1950 e o mês de janeiro de 1951. Compuseram essa Comissão os doutores Benjamim Brandão, Felix Valois Coelho, Geraldo Pinheiro, Adriano Queiroz e Rionegro Franco, sob a presidência do doutor Nogueira da Mata, Secretário Geral do Estado. Foram dignos de encômios os serviços prestados por êsses cidadãos, que se desempenharam, com isenção e superior critério, do delicado encargo.

A Secretaria da Comissão arrolou mil trezentos e sessenta decretos, baixados pelo govêrno passado, dentre êles quinhentos relativos a nomeações, sessenta e três referentes a promoções e sessenta sôbre aposentadorias.

Do relatório do presidente da Comissão, sòmente a título elucidativo, transcrevo o seguinte:

> "Não chegou a Comissão a perlustrar todos os processos, acima discriminados, apesar da boa vontade revelada por todos os membros e do período, relativamente largo, em que funcionou. Explica-se o fato pela demora de várias repartições em atender aos pedidos de esclarecimentos formulados pelos relatores, atraso prolongado, não raro, por alguns meses. Releva salientar, contudo, que tal delonga não significava desleixo das repartições; era, simplesmente, reflexo do estado caótico em que se encontravam os respectivos documentários, em consequência da balbúrdia reinante nesses setores, em anos de administrações pretéritas".

COLÉGIO ESTADUAL DO AMAZONAS

Apesar da deficiência do material escolar com que vem lutando, devido ao prolongado uso do existente e do extraordinário movimento escolar sempre em progressão, êste tradicional estabelecimento de ensino secundário, que continúa sob a inteligente direção do professor Antenor Sarmento Pessoa vae cumprindo, sem maiores atropelos, as suas finalidades, envidando para isso comum esfôrço mestres e funcionários. Regista nestes têrmos tão elogiável fato o Diretor do Colégio Estadual: "O corpo docente desempenhou papel relevante, junto a esta diretoria, na manutenção da ordem disciplinar e pedagógica, sendo de salientar o trabalho profícuo de todos os seus auxiliares".

No ano letivo de 1952, a matrícula elevou-se a mil duzentos e setenta e cinco alunos.

Infelizmente, a situação financeira do Estado não permitiu fôssem realizados, como seria de desejar a bem do ensino público, os reparos urgentes de que carece o edifício, entre os quais a ampliação das suas instalações atuais, providências que o Govêrno tem em mira levar avante, logo que o permitam as possibilidades do erário estadual. O diretor do Colégio, encarecendo essas providências, admite a possibilidade de não poder funcionar o educandário em futuro próximo.

Apesar da compressão das despesas, recomendada pelo Govêrno com instância, não foi possível fugir à suplementação de algumas verbas orçamentárias, entre elas a de material de consumo e a de retribuição monetária às turmas suplementares, fazendo-se mister ainda um crédito especial para atender ao pagamento de vencimentos e gratificações, relativos ao terceiro expediente, a vários funcionários contratados.

Em virtude do número elevado de turmas suplementares, foi aumentado de três cadeiras o corpo docente, tôdas no curso colegial e criadas pela lei número 178, de 18 de dezembro do ano passado. São elas a terceira cadeira de português, a terceira de matemática e a segunda de desenho.

INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT

A precária situação financeira do Estado não tem permitido que o Govêrno conceda a êsse benemérito Instituto, que abriga 260 alunas matriculadas, dentre elas 210 órfãs, dotações mais vultosas para o seu custeio. Procedem daí as justas queixas do seu Diretor, sr. José Mendes Filho, que luta com múltiplas dificuldades para atender às necessidades do estabelecimento, notadamente contas de fornecedores de gêneros alimentícios.

Afluem ao prestimoso educandário, de tão nobres tradições educativas e filantrópicas, incontáveis candidatas à matrícula, assim da capital como do interior, as quais não podem ser admitidas pelas razões expostas e também pelas já deficientes instalações do edifício.

Ainda assim, as esforçadas e caritativas Irmãs de Santana vão desempenhando excelentemente as suas árduas funções de assistência moral e intelectual àquele viveiro de adolescentes, preparando-as carinhosamente para os rudes embates da vida.

No Instituto Benjamim Constant, como sabeis, funciona um Grupo Escolar e uma Escola Normal Rural, esta com um curso dividido em quatro séries, e cujo custeio é feito, exclusivamente, com a contribuição das educandas pensionistas.

É positivamente meritório o trabalho das Irmãs de Santana no Instituto Benjamim Constant.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Como nos anos anteriores, funcionou normalmente êste Instituto durante o ano passado, tendo-se elevado a matrícula do período letivo a 855 alunos, assim distribuidos, conforme informação do relatório da sua Diretora, senhora professora Eunice Serrano Teles de Sousa: 366 no Grupo Escolar Princesa Isabel; 338 no curso ginasial; 151 no de formação de professores.

Em virtude da lei número 124, de 27 de junho do ano findo, reassumiram seus cargos os professores Lucio de Siqueira Cavalcanti, Manuel Bastos Lyra e Regina Coeli de Araujo Carvalho, titulares das cadeiras de Latim, Física e Química e Metodologia, respectivamente, havendo sido efetivada na cadeira de Geografia do Brasil a professora Myrtes Marques Trigueiro e aposentada a professora de Desenho Milburges Bezerra de Araujo.

Em gôzo de licença, continuam as professoras Omarina de Oliveira Albuquerque, Mariza de Lima Corrêa e a auxiliar de trabalhos manuais Crysantéme de Menezes Bentes, tendo reassumido a sua cadeira a professora licenciada Alcida Moreira de Sá Peixoto. Cursa atualmente, no Rio de Janeiro, o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico a professora Lila Borges de Sá.

Foram estas as concludentes que receberam prêmios no ano pretérito, conferidos pelo Govêrno do Estado: Edna Santos, anel simbólico; Miguel Duarte, medalha de ouro; Francisco Alberto Frazão Costa, medalha de prata; Neide Menezes Fonseca, medalha de bronze.

A Diretora do Instituto insiste em providências necessárias ao bom desempenho dos serviços inerentes ao educandário. Embora reconhecendo a procedência das reclamações, o Govêrno, premido pelas circunstâncias financeiras, não poderá atendê-las de pronto, como desejaria.

BIBLIOTECA NACIONAL Rio de Janeiro

IMPRENSA OFICIAL

Infelizmente, apesar dos sacrifícios impostos ao Estado para recuperação dêste departamento, não vos posso dar nenhuma notícia alviçareira a seu respeito. Todo o esfôrço desenvolvido por seu atual diretor, Dr. Antonio Zacarias Lindoso, para revocar a Imprensa Oficial aos seus antigos tempos de prosperidade e intensos labores, positivamente se nulifica, em face da quase completa ruina em que se acha a repartição, a principiar pelo edifício em que funciona, "câmara de infecção e disseminação de micróbios e propagação de doenças infecto-contagiosas", como o denomina seu diretor no relatório que me enviou, referente a 1952.

Tudo ali se desmorona, não resistindo sequer aos mais laboriosos reparos, nos quais se consomem largas somas. Velhas máquinas com que se tenta um milagre de funcionamento, voltam logo à sua inutilidade completa, como há pouco sucedeu. O desgaste do material não permite exigir dêle nenhum serviço aproveitável. Para melhorar um pouco as edições do "Diário Oficial", fez-se mister a aquisição de 25 fontes, modêlo 175, de tipos de diversos corpos. Representa, pois, a Imprensa Oficial um pêso morto na economia do Estado e isso se comprova facilmente à simples comparação do seu rendimento com a vultosa despesa que acarreta. Em 1952, os gastos gerais para o seu custeio atingiram a Cr$ 1.738.764,00 contra uma receita verificada de apenas Cr$ 489.519,00, e esta, ainda assim, quase tôda nominal, por isso que a repartição sòmente recolheu ao Tesouro Cr$ 140.542,00, sendo o restante representado por empenhos das repartições estaduais e contas diversas a receber.

Tem o Govêrno em vista melhorar essa situação lastimável da Imprensa Oficial, logo que a crise financeira

que nos oprime permita, com o desafôgo do erário, realizações de vulto. O "Diário Oficial" é o órgão de publicidade obrigatória dos atos da administração pública e sua manutenção interessa, portanto, não sòmente a esta, mas a tôdas as classes sociais.

POLÍCIA CIVIL

Dirigida durante o ano passado com louvável critério pelo sr. tenente-coronel Luis Pinheiro de Araujo, da Polícia Militar do Estado, a quem confiei o espinhoso cargo nos dias dramáticos do trucidamento do estudante Delmo Pereira, caso já julgado pela justiça, passou a Polícia Civil às mãos do dr. Paulo de Grana Marinho, ex-titular da chefia do Gabinete do Executivo.

Tôdas as atividades do importante departamento, pois, no ano findo, se desenvolveram na direção do tenente-coronel Pinheiro de Araujo e se acham sumariadas no relatório que enviou ao Govêrno em data de 12 de janeiro último. Seguindo um processo simples e prático de informações, êsse relatório expressa em números o movimento das diversas secções da Polícia Civil, verificando-se por êle que a tranquilidade pública não sofreu nenhuma alteração, nem mesmo da parte dos elementos comunistas, aliás severamente vigiados, os quais limitaram suas manifestações partidárias ao pixamento de algumas calçadas e inscrições de propaganda vermelha nas paredes de raras casas.

A Delegacia Auxiliar enviou à justiça pública 133 inquéritos, lavrou e fez assinar 124 têrmos de responsabilidade, despachou 578 petições para compra de armas e ordenou 499 prisões correcionais.

A Delegacia de Investigações e Capturas expediu 400 mandados, processando-se assim o movimento do nosso pôrto, consoante os dados fornecidos pela Secção competente: embarcações nacionais entradas 594 e estrangeiras, 43; saídas 1.050 nacionais e 43 estrangeiras; aeronaves do exterior, entradas, 42 e saídas para o exterior, 50, com o seguinte movimento de passageiros: entrados, por via fluvial, 20.223 e por via aérea, do exterior,

412; saídos, por via fluvial, 10.413 e por via aérea para o exterior, 589. Consideráveis elementos humanos continuam a afluir, pois, à nossa terra.

No Instituto Médico-legal, realizaram-se 137 exames ginecológicos para comprovação de defloramentos e 496 exames de corpo de delito, passando-se ainda 1.000 atestados de óbitos.

Ressente-se a Guarda Noturna, que continua fixada em 50 homens, de lanternas, capotes e revólveres para defesa pessoal de seus elementos. Sua renda global, no ano findo, foi de Cr$ 435.790,00, com uma despesa realizada de Cr$ 409.918,50. Identificaram-se na Secção própria, para efeitos civís, 1.644 indivíduos e para fins criminais 418; estrangeiros registados, 155; informações permutadas, 4.072. Foi de Cr$ 48.258,50 a renda do Gabinete de Identificação e do Serviço de registo de estrangeiros.

Voltou o comissariado de menores a funcionar na séde do Juizado.

Houve, de um modo geral, saldos nas verbas policiais. E' interessante o conhecimento desta pequena estatística dos veículos motorizados em tráfego na cidade: automóveis particulares, 368; de aluguer, 196; oficiais, 189; ônibus, 132, caminhões e camionetes, 330, num total de 1.215 veículos. Foi introduzido em Manaus, a exemplo do que pôs em prática a polícia carioca, o sistema de fiscalização secreta dos veículos motorizados, o que muito contribue para evitar abusos dos choféres.

BIBLIOTECA PÚBLICA

Decorridos seis anos do lamentável incêndio que a devorou, arrebatando na sua voragem um valiosíssimo patrimônio cultural, vae-se reconstituindo vagarosamente, mas eficientemente, a nossa Biblioteca Pública, sob a direção habil e inteligente do sr. Genesino Braga. Sua frequência sempre crescente, seu movimento bibliográfico, as exposições de arte pictural que aí se levam a efeito, a instituição de cursos e conferências no estabelecimento, são índices reveladores do nosso progresso intelectual, animado sem vacilações pelo Govêrno.

No ano pretérito, nas 3.395 horas de franquia aos leitores, dentro dos horários regulamentares, ascendeu a 26.688 o número de consulentes, predominando entre êles os estudantes, seguidos dos comerciários e empregados públicos. Catalogaram-se 3.374 obras, tendo sido enriquecida a biblioteca infantil, na sua secção especial, com grande profusão de livros e jornais próprios para deleitação das crianças, além de jogos recreativos e mapas, sendo a média de frequência diária 84 leitores. Quatro exposições promoveu a Biblioteca em suas salas: uma, de livros e gravuras, outra de fotografias em côres por deferência do artista baiano Brasilino Nery, e mais duas de quadros dos pintores Anísio Melo, amazonense, e senhora Joke de Boer, holandesa.

Continúa com pleno êxito na Biblioteca o curso de língua inglesa, dirigido pela competente professora norte-americana, senhora Marion Menezes. Foram adquiridos por compra, em 1952, oitocentos e vinte cinco livros, que se juntaram a outros muitos obtidos por doação. O patrimônio atual da Biblioteca representa-se hoje por 65.633 volumes.

SERVIÇO DE SOCORROS DE URGÊNCIA

Apesar das dificuldades com que luta para um cabal desempenho das suas funções, o Serviço de Socorros de Urgência vae demonstrando a utilidade da sua criação pela assistência que presta ao povo em geral. Durante o anno findo fez 1.004 transportes de doentes para os nossos hospitais, 887 para a Maternidade, 110 para residências particulares e 629 para sua própria séde. Os socarros cirurgicos numeraram 3.831, os socorros clínicos subiram a 876, sendo atendidos 104 pacientes, mordidos por cães na via pública.

Acentúa o Dr. Carlos Frederico Araujo da Silva em seu relatório, que, "em consequência do abandono a que foi relegado pela administração passada", o Serviço de Socorros de Urgência sofre a falta de veículos para transporte de enfermos, sobretudo gestantes e acidentados, "achando-se em estado precário as duas únicas ambulâncias atualmente em uso".

Para corresponder aos fins que lhe inspiraram a criação, necessita o Serviço de Socorros de Urgência de uma sala de operações bem aparelhada, de uma sala de Raios X, havendo impedido até agora a aquisição de tudo isso a crise financeira que cruelmente nos oprime.

SERVIÇO DE FOMENTO AGRÍCOLA

As mui conhecidas causas que têm levado a administração estadual a uma rigorosa compressão nas despesas, obstaram a que fôssem mais proveitosas as atividades do Serviço de Fomento Agrícola do ano recem-findo.

As sete estações de monta que possuimos não puderam ser aumentadas em número, havendo aliás necessidade urgente de verba para aquisição de novos padreadores.

O diretor dêste departamento, Dr. Admar Thury, insiste na instalação de uma granja para criação experimental de bovinos, caprinos, ovinos, suinos e aves, como "primeira medida de vulto no sentido de fomento à produção animal". Existe, porém precária, defesa sanitária dos rebanhos, principalmente de bovinos, em Manaus, Itacoatiara, Urucurituba, Parintins e Maués. Os vacinadores visitaram, até novembro passado, 152 fazendas, em cujos rebanhos verificaram várias enfermidades. Êsse serviço, entretanto, passou agora à órbita federal".

O Estado firmou contrato com o ministério da Agricultura para fomento à produção da juta, ficando a execução dêsse convênio a cargo do Serviço de Fomento Agrícola do Estado. A distribuição de sementes, que foi gratuíta durante dez anos, passou a ser feita mediante remuneração, em 1952. Trata-se todavia de um preço puramente simbólico (cinco cruzeiros por quilo), pois o valor real é de trinta. As sementes fornecidas à Fundação Amazônia, por autorização da Diretoria do I. A. N., o foram em caráter gratuíto, desobrigando o Estado da prestação de contas.

Cumpre registar aqui o seguinte cálculo otimista do Dr. Admar Thury, relativamente à nossa produção juteira no ano que vae correndo:

"Admitindo-se que dessas sementes tenham sido plantadas, com aproveitamento, 45 toneladas, ou sejam 15.000 hectares, é lícito esperar a produção de 22.500 toneladas de fibras, na base de 1.500 quilos por hectare, o que representa o valor de ..... Cr$ 146.250.000,00, dos quais caberão ao Estado mais de dez por cento, isto é, importância superior a Cr$ 14.625.000,00, pelos impostos e taxas a cobrar no corrente ano".

PENITENCIÁRIA

Sumariando o movimento da Penitenciária Central, no ano que passou e no período de janeiro dêste ano até dez de fevereiro último, eis como se expressa o seu atual Diretor, Dr. Giovanni Figliuolo:

> "Foram recebidos em 1952 neste estabelecimento penal 137 presos e libertados 86, em obediência a ordens legalmente expedidas. Em 31 de dezembro, encontravam-se recolhidos 186 penitenciários, entre indiciados, pronunciados e detentos. De primeiro de janeiro a dez de fevereiro de 1953, entraram nove presos e saíram também nove, continuando idêntico o número da população carcerária".

Quanto à situação econômica do presídio, a dotação orçamentária que lhe coube foi insuficiente para o seu custeio, não só pela elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade, mas, principalmente, pelo aumento do número de presos. Houve, assim, necessidade de suplementoção da verba "Pessoal" com a importância de Cr$ 30.000,00, ocorrendo o mesmo com a de "Material de Consumo" que foi acrescida de Cr$ 80.000,00. A primeira teve aplicação total, mas da segunda recebeu-se apenas a soma de Cr$ 69.000,00, para pagamentos inadiáveis. Encerrou-se o exercício passado com um saldo de ..... Cr$ 19.000,00, na verba "Material Permanente" e de Cr$ 5.000,00 na de "Diversas Despesas".

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

Sem ultrapassar as dotações orçamentárias que lhe foram atribuidas, êste Departamento, pelo qual ora responde o sr. Lourenço Deoclécio de Melo, realizou seus encargos sem embaraços de qualquer espécie, não apelando para suplementação de verbas, nem ficando em débito com fornecedores no ano findo.

O número de funcionários permanece sem alteração, numerando trinta, quatro dos quais contratados pela verba federal de que dispõe o D. E. E. A Secretaria que funciona sob normas técnicas estabelecidas e padronizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, traz em dia os seus fichários sôbre decretos e leis estaduais e federais, finanças amazonenses, assentamentos de funcionários e correspondência geral volumosa sôbre vários assuntos.

Estando a cargo do D. E. E. numerosos inquéritos de diversa natureza, procederam-se a judiciários e criminais, comerciais e industriais, abrangendo, de modo geral, atividades de todo o gênero.

DIRETORIA DOS SERVIÇOS TÉCNICOS

Raramente deparei, nos relatórios dos chefes das repartições estaduais ,algum que não mencione a necessidade urgente de consertos e reparos, mais ou menos vultosos, nos edifícios em que elas funcionam. Reconhecendo embora a justeza das reclamações articuladas, só as tenho podido atender entretanto na medida das nossas possibilidades financeiras, sobremodo exíguas, como de ciência própria o sabeis, dispensando-me assim de as invocar aqui mais uma vez. Ainda assim, cumprindo-me o dever de velar pela boa conservação do patrimônio imobiliário do Estado, determinei as obras que se impunham mais imperiosamente, despendendo com elas o Tesouro nada menos de Cr$ 2.583.861,40, conforme se verificará da relação que segue e me foi apresentada pelo Dr. Jatir Pucú de Aguiar, Diretor dos Serviços Técnicos:

	Cr$
Colégio Estadual do Amazonas	25.653,90
Casas construidas no Bombeamento	105.660,00
Departamento de Saúde Pública no Amazonas	139.424,40
Delegacia de São Raimundo	175.246,70
Departamento de Educação e Cultura	11.419,50
Depósito Público	15.000,00
Eduardo Costa Lima (despesas de reparos diversos)	24.500,00
Economia Agrícola	81.826,60
Grupo Escolar "Barão do Rio Branco"	292.106,30
Grupo Escolar "Euclides da Cunha"	21.763,90
Grupo Escolar de Itacoatiara	50.000,00
Grupo Escolar "José Paranaguá"	7.557,80
Grupo Escolar Monteiro de Souza"	9.867,00
Grupo Escolar "Nilo Peçanha"	9.239,30

Grupo Escolar "Ribeiro da Cunha"	14.639,50
Instituto de Educação do Amazonas	419.803,10
Instituto Benjamim Constant	90.739,10
Iluminação da Avenida Eduardo Ribeiro ..	102.328,00
Lancha "Pedro Bacelar"	32.721,10
Lancha "Jarina"	500,00
Matriz de São Raimundo	5.000,00
Palácio Ruy Barbosa	49.228,10
Palácio Rio Negro	304.762,30
Palácio Rio Branco	10.150,30
Pôsto Chapot Prevost	55.174,80
Pôsto Médico Praça 14	3.012,10
Serviços Elétricos do Estado	52.390,00
Santa Casa de Misericórdia	.51.360,30
Tribunal de Justiça	208.205,80
Tribunal Eleitoral	12.503,60
Grupo Escolar "Primeiro de Maio"	205.000,00
TOTAL	2.583.861,40

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Reina cordial harmonia, como já tive ocasião de declarar no introito desta Mensagem, entre os poderes constitucionais do Estado.

O Tribunal de Justiça, sob a presidência do Desembargador ARNOLDO PÉRES, como no período anterior do Desembargador FELISMINO SOARES, desenvolveu incomum atividade, digna de ser assinalada.

Foi assinada pelo Governador no recinto do próprio Tribunal, em sessão solene, a nova Lei da Organização Judiciária do Estado, que está sendo cuidadosamente revista pelos Desembargadores para correção de alguma falha, acaso ocorrida na tramitação pelo Legislativo.

As atividades nos setores do Interior não desmentiram o clima de ordem, que vem reinando no Amazonas, mercê da índole do nosso povo e compreensão das autoridades.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

O Doutor AMADEU SOARES BOTELHO, Procurador Geral, mantém em dia os recursos de vária natureza submetidos ao seu parecer, e o ministério público em todo o interior exercita suas melindrosas funções a contento geral. Vários promotores vêm tambem coadjuvando a Fazenda Pública, na repressão do contrabando e fiscalização das leis tributárias.

Foram nomeados promotores de justiça, efetivos, por habilitação em concurso, os bachareis: Jorge Tribuzy, de Codajás; Nayde Vasconcelos, de Canutama; Jerônimo Raposo da Câmara, de Eirunepê; Francisco Sá Peixoto do Passo, de Borba.

Do movimento geral da Procuradoria, em 1952, constam 24 processos administrativos, 111 judiciários; 38 informações e 62 requerimentos despachados.

BANCADA FEDERAL

A Bancada Federal continúa alerta na defesa dos interêsses do Estado, quanto à concessão das verbas decorrentes do Plano de Valorização da Amazônia, aprovação do projeto de que se originou a Superintendência, oriunda de regulamentação do artigo 199 da Carta Magna da República, Organização da Companhia de Energia Elétrica e dotações assistenciais para colégios, hospitais e municipalidades.

Deve-lhe o Estado êsses notáveis serviços, que nos é grato consignar aqui.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS

Com a exoneração, a pedido, do Doutor Alvaro Bandeira de Melo, assumiu as funções de Prefeito de Manaus o Doutor Oscar Rayol, proficiente conhecedor dos problemas comunais. Havia, como se provou mais tarde, certo desequilíbrio na arrecadação, que não cobria as despesas, ocasionando graves prejuizos, notadamente ao funcionalismo.

Em cuidadosas reuniões, após meticuloso estudo, a Câmara dos Vereadores, aprovando o parecer do Vereador Jovino Lemos, referente à nova lei orçamentária, dotou a Comuna de maiores possibilidades de vida administrativa.

Ainda se encontra em início de execução o orçamento, mas prenuncía, pela experiência dos dois primeiros meses, situação mais folgada, que possibilite, entre outros objetivos, assistência à Capital.

487	Wilson Sons — Geradores Grupos — despesas alfandegárias	51.512,90	
494	Lingotes de estanho e chumbo para soldar os Cabos condutores. Carvão de coke para fundir grelhas das fornalhas da Usina Central e bases de ferros para os postes de distribuição	40.152,30	318.106,70
	SALDO DA VERBA		141.089,00
		Cr$	7.000.000,00

Há uma segunda verba de Cr$ 7.000.000,00 para o ano corrente, dos quais ficaram comprometidos ..... Cr$ 4.000.000,00 ao Banco do Brasil, destinados ao pagamento dos conjugados da Jumar & Cia. Limitada, conforme ofício da Gerência de Manaus, de 19 de dezembro de 1952, em que o Banco ressalva seus direitos creditórios, naquele total, e apresenta procuração, lavrada em Notas do Tabelião do 16.º Ofício da Capital Federal.

LEGIÃO BRASILEIRA

Assumiu a Presidência da LEGIÃO BRASILEIRA (Secção do Amazonas), o Doutor ALMIR PEDREIRA, por nomeação da Excelentíssima Senhora DARCY SARMANHO VARGAS, em substituição ao Doutor JATYR PUCÚ DE AGUIAR, que a exercia em caráter transitório.

O novo titular vem exercendo atividades em todos os setores da LEGIÃO, mesmo nos que, por deficiências financeiras, estavam fechados, como postos de assistência e Educandário DARCY VARGAS. Êste, sobretudo, presta excelentes serviços à infância amazonense, pois, em seus salões educativos, já passaram mais de 600 alunos, de 1947 a 1951, abrangendo candidatos de todos os municípios.

Certamente, dentro da possibilidade de suas verbas, a LEGIÃO BRASILEIRA estenderá sua ação benemerente ao Interior, através das prefeituras.

FÔRÇA POLICIAL

Foram expedidas instruções para melhoramentos no tradicional quartel da FÔRÇA POLICIAL, cujo telhado ameaçava desabamento.

Sob o comando do Coronel MANUEL CORRÊA DA SILVA, embora incompleta no seu efetivo, presta valioso auxílio na manutenção da ordem em Manaus e em vários municípios.

A Banda de Música, posto que sem instrumental completo, proporciona seu amparo ao Interior, nas festas religiosas locais.

Há necessidade de reaparelhar a FÔRÇA POLICIAL afim de que possa efetivar o seu programa preventivo e defensivo no Estado inteiro.

O efetivo da Polícia Militar foi fixado em 343 homens, mas, em virtude de diversas circunstâncias, houve de variar, de sorte que em 31 de dezembro passado, a Corporação contava 327 homens alistados. Foi ótimo o indice disciplinar da tropa, conforme assegurou ao Govêrno o seu digno Comandante, coronel Manoel Corrêa da Silva. Estão sofrendo atualmente reparos inadiáveis, pela diretoria dos Serviços Técnicos, os quarteis da praça João Pessoa e rua Doutor Machado. Internaram-se no hospital da Santa Casa alguns soldados por não se achar em condições de recebê-los a enfermaria regimental. Diminuiu entretanto o surto de moléstias contagiosas que tanto preocupou o Comando no ano anterior. Adquiriu-se no Rio de Janeiro, à firma Magalhães e Sucupira, o brim cáqui necessário (4.500 metros) para confecção de uniformes durante o ano de 1952, não se achando, porém, pago êsse fornecimento, em virtude de não haver ainda o Comando recebido do Tesouro a soma a êle correspondente. A Polícia Militar não dispõe, presentemente, de equipamento, nem mesmo para atender ao serviço de çuar-

das. Há necessidade imperiosa de serem adquiridos quinhentos cintos de guarnição completos para praças e cinquenta para oficiais, lembrando o Comando a vantagem de adotar-se o modêlo Mills, de lona cáqui, já em uso no Exército e demais Polícias militares. Êsse equipamento poderá ser obtido no Serviço de Intendência do Exército por preço inferior ao cobrado pelos fornecedores do mercado. Também está a tropa carecendo de capotes, num mínimo de quatrocentos.

Queixa-se o Comando de que a Linha de Tiro da Polícia Militar "vem sendo prejudicada, há muito, com a construção de casas na sua linha de fogo, estando por isso impossibilitado de determinar as instruções de tiro indispensáveis à tropa".

Apesar de todas essas necessidades que o Govêrno infelizmente, não pode remediar de pronto, escreve o Comandante Manoel Corrêa da Silva o seguinte, que muito abona o espírito de disciplina e a abnegação dos seus comandados:

"A situação da Polícia Militar não é das melhores. Como que relegada ao abandono durante mais de três anos, a Corporação não dispõe de nenhum material e tem tôdas as suas economias comprometidas, tendo mesmo chegado ao ponto de não poder mais movimentar nem as caixas internas, devido à falta de meios para tal fim. Com os quarteis quasi em ruína, tivemos prejuizo de mais de 150 mil cruzeiros só em uma das salas, justamente a que mais carinho merecia, pois, organizada exclusivamente à custa de contribuição das praças, o seu valor estimativo era e é inestimavel. Durante o ano, mantivemos policiamento ativo na capital e no interior, seja na parte referente à Polícia Militar, seja na parte de policiamento geral; mantivemos destacamentos em todos os municípios, atendemos a tôdas as diligências solicitadas e auxiliamos a Polícia Civil com uma patrulha diária de 15 homens, sem prejuizo do serviço policial-militar nos parques, casas de diversões e logradouros públicos".

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Desdobra-se a assistência social por intermédio dos departamentos públicos e particulares, êstes quase sempre coadjuvados pelas subvenções oficiais. Face às dificuldades crescentes no seio da população, ainda é reduzida a rede assistencial.

A Ação Católica, supervisionada por Dom ALBERTO GAUDÊNCIO RAMOS, Arcebispo Metropolitano, vem contribuindo para minorar a situação da nossa pobreza.

Trata-se de problema diuturno, sem repouso aos que dirigem os órgãos associativos: o pauperismo, principalmente em Manaus, não resulta de estiagens ou enchentes; — é permanente, talvez pelas influências das crises da induústria extrativa, às quais milhares de braços não resistem. Sem profissão especializada, aboletam-se os necessitados nos arredores da cidade e até em palhoças flutuantes nos igarapés. Essa onda é avolumada pelos trabalhadores nordestinos, que nos chegam desprovidos de roupas, utensílios, e até enfermos, sem alimentação para o dia seguinte.

JUIZADO DE MENORES

O Juizado de Menores tem organização modelar, mas, pela restrição e impontualidade no pagamento das verbas, que lhe competem, já não pode solucionar amplamente todos os casos de menores abandonados.

As vagas são insuficientes nos colégios e orfanatos, o que tambem acontece em tôdas as cidades brasileiras, sem excluir o Rio de Janeiro. A população infantil aumentou e a capacidade de internamento não acompanha êsse crescimento.

Avultam, por seu aspecto vocacional, a ESCOLA MONTESSORIANA, em Adrianópolis, e o Educandário GUSTAVO CAPANEMA, nos Educandos: tais departamentos alargam os seus pavilhões, mas êstes se destinam a determinadas crianças.

LICENÇAS AO GOVERNADOR DO ESTADO

A Constituição do Estado afastou-se, no artigo 23, alínea V, das demais cartas brasileiras, quando exige licença da Assembléia Legislativa para qualquer afastamento do Governador, por mínima que seja, mesmo por algumas horas, no território estadual.

O governante, na movimentação nacional, não pode ficar à parte, em determinados problemas, atinentes à vida do Estado. E' justo que solicite licença para um prazo mais largo, além de 30 dias, ou para sair do país, em qualquer prazo. Solicitar licença, entretanto, para assistir a uma solenidade em Porto Velho, com dois dias, é de todo incompreensível.

Compete à Assembléia Legislativa o estudo dessa situação, afim de resolvê-la para as atividades do Governador no futuro quatriênio, quando essa medida constitucional poderá ter execução.

HOSPEDARIA DE IMIGRANTES

Permanece sem solução a Hospedaria de Imigrantes, no Pensador. Os trabalhadores nordestinos são alojados, pela Delegacia Federal do Trabalho, em conexão com o Govêrno Estadual, em velho prédio, à rua Duque de Caxias.

Em conferência realizada no Palácio RIO NEGRO, em 1952, foi assentada a reconstrução daquela Hospedaria, em virtude de um acôrdo entre o Estado, o Banco da Amazônia e a Delegacia do Trabalho. Tornou-se impossível, porém, efetivar o plano estudado, pelo falta de execução dos compromissos assinados pelo Banco da Amazônia, os quais importarão em Cr$ 100.000,00, para aquisição de material.

Como se sabe, a Hospedaria constitue propriedade do Departamento Nacional de Imigração.

Transportaram-se para o Amazonas algumas levas de trabalhadores pelos navios do Loide Brasileiro, sendo provável que aumentem, pelas dificuldades reinantes nos Estados do Nordeste, em consequência das sêcas.

GABINETE DO GOVERNADOR

Nomeado Chefe de Polícia o Doutor PAULO DE GRANA MARINHO, após a demissão do Doutor PAULO FLÁVIO VASCONCELOS DE CASTRO, passou a substituir a êste nas funções de Chefe do Gabinete, o Doutor ERASMO ALFAIA, que as desempenha com amplo sentido público.

Pela lei número 155, de 5 de dezembro de 1952, foi reestruturado o Gabinete, aproveitando antigas funcionárias, supervisionadas pela Senhorinha Kilde Véras, com larga folha de serviços ao Estado.

Chamadas aos respectivos postos, as demais funcionárias reassumiram seus cargos e vêm trabalhando com devotamente, sem horas fixas de expediente, às vezes nos próprios dias feriados.

Continúa o Palácio Rio Negro a prestar assistência aos necessitados, centralizando os pedidos para auxílios a hospitais, escolas, estudantes, desajustados.

AEROPORTO

Reiniciaram-se as obras do aeroporto da Ponta-Pelada: aqui esteve, em inspeção, o Coronel JUSSARO FAUSTO DE SOUZA, Chefe do Serviço de Engenharia do Ministério da Aeronáutica, que prometeu o funcionamento da pista, na parte relativa aos grandes aviões, para o ano corrente. Serão também apressadas as obras da estação de passageiros, cuja inauguração se anuncia para mais tarde.

Coincidindo com a execução do Plano de Valorização da Amazônia, o grande aeroporto representará um pouso definitivo para a integração da planície ao Continente Americano e ao País.

Pistas interiores, — Carauarí, Boca do Acre, Manicoré, Jauaretê —, estão sendo abertas com os devidos cuidados.

PREFEITURAS DO INTERIOR

Encontram-se em ordem tôdas as prefeituras do Interior: têm recebido as suas rendas normais, embora algumas possuam saldos na Diretoria da Fazenda Pública e na Comissão de Estradas de Rodagem. A arrecadação aumenta de modo geral, e melhoramentos se empreendem na medida das possibilidades financeiras.

E' pensamento do Govêrno a convocação de uma reunião de prefeitos, afim de que apresentem os seus programas isolados, ou convênios "com o Estado, ou entre si", na forma do artigo 105 da Constituição.

Atingidos, na maior parte, por navegação aérea, estão a horas da Capital, excetuando as regiões interiores de Itapiranga, Urucará, Barreirinha e Urucurituba, atendíveis por lanchas e motores.

O Departamento de Saúde Publica e a Comissão de Estradas de Rodagem vêm atendendo aos Prefeitos, em suas requisições quanto a ambulâncias e melhoramentos.

Em Waupés, Carauarí e Boca do Acre, prosseguem as obras das pistas para aviões.

FÔRÇAS FEDERAIS

Temos o prazer de ressaltar a disciplina das Fôrças Federais em todo o território do Estado e os seus bons serviços nas regiões fronteiriças, notadamente em Ipiranga, no Içá, onde foram construidos alojamentos para os nossos soldados.

E' seu comandante, no momento, o Coronel MOURA CARVALHO, ilustre oficial, com larga folha de serviços ao Exército e ao País; com o afastamento do Coronel SÁVIO DE CASTRO, assumiu o comando da C. E. F. o major UBIRAJARA BARBUDA TURÍ, já substituído pelo capitão EPITÁCIO CARDOSO DE BRITO.

* * *

Aguarda-se, para o ano corrente, a construção do novo edifício da Capitania dos Portos, correspondendo às necessidades dêsse Departamento da Marinha, cuja movimentação cresce em nossa rêde hidrográfica, percorrida por centenas de motores. Já está sendo publicado o edital de concorrência para a construção do grande prédio e devemos citar, entre os que se esforçaram para a consecução dêsse melhoramento, além do Almirante RENATO DE ALMEIDA GUILHOBEL, Ministro da Marinha, o nosso conterrâneo capitão-tenente ANTONIO RUBIM DE PINHO, seu oficial de gabinete.

Recebemos a visita de canhoneiras, pertencentes à Divisão Naval, sediada em Belém: essas unidades trafegaram o Solimões, até Benjamim Constant e Iquitos.

MOVIMENTO DE NAVIOS E MERCADORIAS

E' devéras interessante o seguinte quadro, enviado ao Govêrno pela agência local do Loide Brasileiro (patrimônio nacional) e relativo ao período de junho de 1952 a fevereiro último, consignando as entradas dos seus navios e o volume de mercadorias nêles importadas e exportadas pelo nosso Comércio:

IMPORTAÇÃO

"Rio Oiapoque", 33.158 volumes, com a receita líquida de Cr$ 1.317.142,90 e a despesa de Cr$ 84.942,30; "Campos Sales", 39.362 volumes, com a receita líquida de Cr$ 993.775.50 e a despesa de Cr$ 79.343,10; "Almirante Alexandrino", 40.214 volumes, com a receita líquida de Cr$ 996.471,30 e a despesa de Cr$ 90.623,10; "Rio Parnaíba", 55.590 volumes, com a receita liquída de ..... Cr$ 1.105.032,70 e a despesa de Cr$ 110.515,20; "Santos", 54.710 volumes, com a receita líquida de Cr$ 1.178.515,80 e a despesa de Cr$ 103.330,30; "Cantuária", 41.033 volumes, com a receita líquida de Cr. 1.263.776,10 e a despesa de Cr$ 114.659,50; "Rio Amazonas", 57.843 volumes, com a receita líquida de Cr$ 1.965.136,30 e a despesa de Cr$ 131.764,60; "Campos Sales", 33.222 volumes, com a receita líquida de Cr$ 1.104.427,80 e a despesa de ..... Cr$ 83.325,40; "Santos", 28.991 volumes, com a receita líquida de Cr$ 941.495,90 e a despesa de Cr$ 81.708,20; "Cantuária", 46.892 volumes, com a receita líquida de Cr$ 1.322.538,70 e a despesa de Cr$ 125.143,90; "Rio Parnaíba", 32.660 volumes, com a receita líquida de ..... Cr$ 1.019.802,50 e a despesa de Cr$ 89.000,70; "Rio Guaíba", 25.469 volumes, com a receita líquida de ..... Cr$ 853.735,90 e a despesa de Cr$ 81.089,00; "Campos Sales", 32.768 volumes, com a receita líquida de .....

Cr. 733.790,90 e a despesa de Cr$ 12.737,10; "Rio Oiapoque", 10.493 volumes, com a receita líquida de ..... Cr$ 496.138,40 e a despesa de Cr$ 35.050,00; "Mauá", 24.004 volumes, com a receita líquida de Cr$ 745.708,70 e a despesa de Cr$ 60.369,00; "D. Pedro II", 19.834 volumes, com a receita líquida de Cr$ 294.772,20 e a despesa de Cr$ 38.836,00; "Rio Doce", 13.635 volumes, com a receita líquida de Cr$ 521.614,70 e a despesa de Cr$ 45.946,30; "Barroso", 1.762 volumes, com a receita líquida de ..... Cr$ 847.598,50.

EXPORTAÇÃO

"Rio Oiapoque", 1.798 volumes, com a receita líquida de Cr$ 99.787,00 e a despesa de Cr$ 5.477,70; "Campos Sales", 17.771 volumes, com a receita líquida de ..... Cr$ 902.034,50 e a despesa de Cr$ 85.946,10; "Almirante Alexandrino", 4.676 volumes, com a receita líquida de 355.386,60 e a despesa de Cr$ 69.205,90; "Rio Parnaíba", 32.175 volumes, com a receita líquida de Cr$ 200.882,90 e a despesa de Cr$ 32.615,00; "Santos", 13.772 volumes, com a receita líquida de 683.585,80 e a despesa de ..... Cr$ 48.348,00; "Cantuária", 17.498 volumes, com a receita líquida de Cr$ 945.860,20 e a despesa de Cr$ 111.527,30; "Rio Amazonas", 16.283 volumes, com a receita líquida de Cr$ 801.447,10 e a despesa de Cr$ 43.765,20; "Campos Sales", 26.759 volumes, com a receita líquida de ..... Cr$ 760.466,20 e a despesa de Cr$ 71.346.10; "Santos", 12.251 volumes, com a receita líquida de Cr$ 666.280,80 e a despesa de Cr$ 57.550,70; "Cantuária", 14.109 volumes, com a receita líquida de Cr$ 321.980,00 e a despesa de Cr$ 48.459,20; "Rio Parnaíba", 32.362 volumes, com a receita líquida de Cr$ 977.708,90 e a despesa de ..... Cr$ 56.065,40; "Rio Guaiba", 16.282 volumes, com a receita líquida de Cr$ 306.544,40 e a despesa de ..... Cr$ 48.315,50; "Campos Sales", 15.305 volumes, com a receita líquida de Cr$ 555.164,10 e a despesa de ..... Cr$ 58.881,40; "Rio Oiapoque", 1.760 volumes, com a receita líquida de Cr$ 39.976,80 e a despesa de Cr$ 3.184,00; "Mauá", 6.669 volumes, com a receita líquida de ..... Cr$ 406.705,10 e a despesa de Cr$ 54.635,00; "D. Pedro II", 3.994 volumes, com a receita líquida de ..... Cr$ 905.032,10 e a despesa de Cr$ 39.790,90; "Rio Doce", 8.193 volumes, com a receita líquida de Cr$ 232.533,40 e a despesa de Cr$ 24.587,10; "Barroso", 10.452 volumes, com a receita líquida de Cr$ 664.765,20.

CLASSES CONSERVADORAS

Por intermédio do seu ilustre e dinâmico órgão — ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS — nossas classes conservadoras continuam a empenhar-se com decisão e bravura na consecução de tudo quanto diz respeito à nossa economia, quer travando brilhantes pleitos perante os poderes federais e estaduais, quer reivindicando direitos próprios, quando interêsses de estranhos tentam desconhecê-los ou violá-los. Pode-se dizer sem hipérbole que as nossas classes conservadoras sustentam uma campanha permanente em prol da economia amazônica, não esmorecendo jamais contra quaisquer malôgros, porque, afinal, vêm as sugestões da justiça outorgar-lhes a vitória. Sucedeu assim com a batalha pelo reajustamento dos preços da borracha, quando o aviltamento das safras se originou na baixa do valor do produto; assim aconteceu com o movimento em defesa da juta para libertar-nos da concorrência malsã da India e, mais recentemente, com a áspera questão dos produtos gravosos.

E' portanto legítimo o desvanecimento com que a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS, sempre prestigiada em suas atitudes virís pelo Govêrno do Estado, focaliza as suas benemerências, expressando-se destarte no relatório da sua diretoria, correspondente ao biênio 1951 - 1952:

> "Desde quando a Associação Comercial do Amazonas superou os limites ordinariamente traçados a essa classe de instituições representativas, para converter-se numa espécie de super-organismo centralizador de todos os movimentos e vibrações do complexo social e econômico do Estado, sua conduta e o critério das sucessivas administrações que a têm governado, jamais se desviaram dos seus elevados

propósitos de servir e assistir à coletividade, no equacionamento e na solução de seus problemas fundamentais. Mercê dessa elevada e firme norma política, logrou sobrepôr-se aos mais agressivos impactos, visando reduzir-lhe a esfera de influência, a exemplo do que ocorreu quando o movimento sindicalista que empolgou o país há cêrca de dez anos, procurou destituir as Associações Comerciais de sua missão supervisionadora dos problemas econômicos brasileiros. Ao contrário do que fôra de esperar, o nosso instituto transpôs vitoriosamente, êsse delicado período em que as classes patronais se organizavam em grupos estanques, mantendo e consolidando a posição de supremacia e conservando sua tradicional estrutura, caracterizada pela ausência de vínculos e subordinações outras, que não fôssem as decorrentes dos interêsses gerais, que lhe cumpria amparar e orientar. Operando como verdadeiro denominador comum daqueles grupos econômicos e situando sua ação realizadora e construtiva no ponto exato em que os seus mais diversificados interêsses se fundem e se aglutinam, mercê da inevitável interdependência que os seus problemas oferecem, pode a Associação Comercial continuar servindo ao Estado, às suas classes conservadoras, aos que trabalham em todos os misteres qualificados, o que vale dizer à coletividade amazonense, proporcionando-lhe os mais apreciáveis benefícios".

Usando da faculdade constitucional que me é concedida, vetei o projeto aprovado pela Assembléia, da autoria do senhor Deputado Ney Rayol, modificando o processo de entrega das taxas cobradas pela Manaus Harbour para a Associação Comercial do Amazonas. Nesse ato governativo, sugeri uma fórmula que, acautelando os interêsses do Estado, não prejudicasse ou perturbasse entretanto os do prestimoso instituto das classes conservadoras, a qual foi aceita, graças à boa vontade e espírito de compreensão do Legislativo, obstando-se assim ao prosseguimento de um pleito que apenas se esboçára, e finalizara, como era de esperar, sem ressentimentos de nenhuma das partes.

SERVIÇO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

Os serviços de classificação e fiscalização dos produtos agro-pecuários, administrados por esta diretoria, com três postos e um sub-pôsto, constituem, segundo informação do respectivo titular, agrônomo Clother da Gama Rodrigues, "um dos mais perfeitos aparelhamentos de controle qualificativo e quantitativo dos produtos submetidos a classificação. O trabalho técnico é satisfatório e tem merecido o mais elevado conceito da parte das organizações do comércio e da indústria, não sòmente do país como do exterior."

No ano findo, foram exportados pelos portos de Manaus, Itacoatiara, Parintins e Nhamundá, 71.068 fardos de diversos tipos de fibra. No mesmo período classificaram-se mais: noz do Brasil (amêndoa) 718.277 quilos; cumarú, 13.260; cacau, 448.608; peles de lontra num total de 667 quilos; maracajá, 1.189; ariranha, 911; queixada, 27.274; veado, 66.304,5; onça, 563; capivara, ... 55.048; jacaré, 239.074; peixe-boi, 13.143; boi, 478.232; caititú, 47.675; piaçaba, 742.925; guaraná (sementes e bastões), 158.912; milho, 180. Êsses números referem-se todos a quilogramas.

Quanto à arrecadação, foi a seguinte: taxa de classificação, Cr$ 234.341,70; idem de inspeção, Cr$ 234.042,30; taxa de expediente, Cr$ 13.903,00, num total de ..... Cr$ 482.287,00. Afora essas rendas, apurou-se mais a quantia de Cr$ 31.605,20, proveniente da venda de amostras de juta exportada durante o ano.

Observa ainda o diretor Clother Gama: "Abarcando todos os setores do Estado com propaganda, quer pelas emissoras locais, quer pelos jornais, quer pela Revista especializada "Amazonas - Coop" e, ainda, através de cartazes, é incalculável o êxito da campanha cooperativista, cujo maior objetivo é, por sem dúvida, atenuar nesta hora as dificuldades com que luta a coletividade."

SAÚDE PÚBLICA

Êste departamento estadual, proficientemente dirigido pelo doutor Edson Stanislau Afonso, continúa a estender sua humanitária ação a todo o território amazonense, onde se faça sentir a necessidade de socorros médicos às respectivas populações. Na capital, como é obvio, dado o aumento considerável do elemento humano que para ela aflue em impressionante torrente, derivada não só do interior, mas de muitos pontos do país, os serviços do Departamento se avolumam de dia para dia, do que é indice insofismável o volume dos dispêndios, evidentemente superiores às nossas possibilidades financeiras. O Estado, porém, não pode nem deve refugir à sua obrigação de defender a saúde do povo, embora fazendo os maiores sacrifícios.

No último ano, a quantidade, em gramas, de medicamentos fornecidos aos diversos postos médicos da capital e do interior, subiu a 1.146.500, além de outros, para diversos fins, no total de 1.399.981 gramas, tendo o receituário médico do D. S. A. alcançado a cifra de 11.471. Procederam-se aos seguintes exames no laboratório: Kahn, 2.760; féses, 594; urina, 9.487; bacilo de Koch, 1.576; malária, 358; D. Neisser, 196; Hansen, 84.

O movimento geral dos postos de Manaus, durante o ano, excluindo o Centro de Saúde, foi o seguinte: total de comparecimentos, 109.858; total de consultas, 59.139; matrículas novas, 10.685. Comparecimento para injeções, 42.457 e para curativos, 9.262. Total de medicações, 38.747. Nos postos do interior, durante o mesmo período, o total de comparecimentos de enfermos foi de 38.271, matriculando-se 9.723, entre homens, mulheres e crianças. As medicações ascenderam a 23.836, predominando entre as doenças a malária, seguindo-se as venéreas (5.960 e 4.684 casos), respectivamente.

O serviço de higiene pre-natal ofereceu êste resultado: gestantes inscritas, 609; comparecimentos subsequentes de gestantes, 2.179; visitas a gestantes por enfermeiras, 1.057.

O movimento geral do Centro de Saúde de Manaus durante o ano de 1952 (Secção de Arquivo Central) registou 6.897 matrículas e anotou 7.246 inscrições, como se segue: ao serviço pre-natal, 494; ao serviço infantil, 999; ao de lactário, 34; ao pre-escolar, 1.281; ao de oftalmologia, 42; ao de oto-rino-laringologia, 854; ao de exames de saúde, 1.711; ao de doenças transmissíveis, 1.302; anotando-se mais 1.521 imunizações contra a tuberculose, 521 contra a variola; 1.754 contra as febres tifóidicas. No mesmo Centro de Saúde, confirmaram-se, no decurso do ano passado, 35 casos de febre tifóide, 105 de sarampo; 22 de difteria; 23 de parotidite; 78 de varicela; 307 de coqueluche e 721 de outras doenças. Compareceram à mesma Secção 1.089 tuberculosos e 784 suspeitos; número de recém-nascidos que completaram a vacinação pelo B. C. G., 794. No ambulatório de higiene mental, foram atendidas 1.088 pessoas, sendo 285 homens, mulheres 748 e crianças 55, verificando-se também no serviço de higiene dentária 1.757 comparecimentos de pre-escolares, escolares e gestantes.

A polícia sanitária efetuou 46. 024 visitas, das quais 43.158 em habitações e 2.512 em estabelecimentos de gêneros alimentícios; inspecionaram-se 151.126 criadouros de moscas e destruiram-se 7.034. Inutilizaram-se gêneros alimentícios em número de 35.879, sendo feitas 1.249 intimações e impostas 203 multas.

No serviço de profilaxia da lepra, ficharam-se 247 individuos, aplicaram-se nos leprosários 124.099 medicamentos, no dispensário 51.413 e em domicílio 471. Pelo almoxarifado geral do D. S. A., em 1952, foram despachadas as seguintes ambulâncias: para os postos da capital, 182; para os postos do interior, 109; para pessoas e entidades, 230.

Construiram-se na colônia "Antonio Aleixo" quatro casas para casais e um pavilhão tipo Carville e procedeu-se à pintura interna e externa de todos os prédios da zona B. Reconstruiram-se os pavilhões arruinados e fez-se novo valeteamento das vias públicas para desvio das

águas de enxurradas. Sofreu consertos o pavilhão central do leprosário "Belisário Pena", e reformas, algumas de vulto, levaram-se a efeito no edifício do D. S. A., que ainda adquiriu um furgão D. K. W., para transporte de doentes atacados de moléstias transmissíveis, um caminhão Ford para condução de mercadorias destinadas aos leprosários e uma camionete para serviços dos médicos e funcionários do hospital-colônia "Eduardo Ribeiro".

ARQUIVO PÚBLICO

O Arquivo, dirigido pelo jornalista HERCULANO CASTRO E COSTA, necessita de um prédio dotado de prateleiras e armários, que resguardem convenientemente os importantes documentos que lá se empilham.

Não se conseguiu ainda êsse prédio, nem a situação financeira permite a sua construção, que deve ser apropriada aos fins a que se destina. Quando localizado no edifício da Biblioteca Pública, o Arquivo sofreu não pequenos prejuizos em seu farto documentário, consequentes da humidade dos porões onde se alojava e, posteriormente, outras perdas padeceu com a mudança para o prédio onde ora se acha, extraviando-se papéis, alguns dos quais foram encontrados na via pública. Faz-se necessário, pois, acautelar êsse valioso patrmônio, que encerra muito da vida política, econômica e cultural do Estado. Infelizmente, não consente a nossa situação financeira que atendamos a essa necessidade, tendo assim o Arquivo Público que aguardar melhores tempos, como o Departamento de Estatística, que, sob ameaça de desmoronamento, houve que ser transferido, a título provisório, para o Instituto de Educação.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS

A solução da precariedade do fornecimento de água depende do acabamento das obras entregues ao SESP (SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA), que trabalha na Ponta do Ismael, enfrentando as dificuldades ocasionadas pela enchente.

Dirigí-me ao Doutor ERNANI BRAGA, Superintendente do SESP, no Rio, que prometeu ativar a remessa do material restante, encomendado nos Estados Unidos. Prometem, por sua vez, os engenheiros, em Manaus, que o fornecimento dágua será farto no ano corrente, sem tratamento, assegurado êste para 1954.

Destaco do relatório do diretor do departamento, Dr. Simplício Rubim de Pinho, os seguintes trechos explicativos:

> "Em primeiro plano devo ressaltar que durante todo o ano de 1952, as secções do Departamento tiveram seu funcionamento em condições normais, apesar da Usina do Bombeamento, da Ponta do Ismael, em serviço desde 1908, continuar não satisfazendo mais ao acréscimo constante de nossa população, dando como resultado as crises periódicas no abastecimento de nossa cidade. Em virtude das dificuldades financeiras do Estado, não nos foi possível realizar trabalhos de vulto, limitando-se o Departamento aos serviços de rotina e conservação do patrimônio existente, conforme demonstram os quadros anexos, sendo entretanto atendidas as determinações de melhoramentos em vários edifícios públicos, colégios, hospitais e outros estabelecimentos de utilidade pública".

A renda geral do departamento, no ano findo, foi de Cr$ 2.323.085,10.

CORPO DE BOMBEIROS

Regressou do Rio de Janeiro, onde frequentou o Corpo de Bombeiros, em curso intensivo, o tenente EDMUNDO MONTEIRO, da Força Policial, acompanhado de dois sub-oficiais.

Foram determinadas providências para a reorganização do antigo Corpo de Bombeiros, instituição imprescindível em nossa capital e cuja falta se tem demonstrado, principalmente nos últimos tempos, em que Manaus viu desaparecerem nas chamas de pavorosos incêndios importantes estabelecimentos comerciais.

SERVIÇOS ELÉTRICOS DO ESTADO

Deficitários e falhos, os SERVIÇOS ELÉTRICOS DO ESTADO, sujeitos ao fornecimento de lenha, representam um tormento na administração e dependem, para melhora transitória, da montagem de quatro motores: três já se encontram em Manaus, em obras morosas de acabamento, na usina central e na sub-usina.

Os técnicos anunciaram, por varias vezes, o funcionamento dos motores, o que, entretanto, ainda não se verificou, pela falta de material. Instalados êsses quatro motores, haverá um aumento de 1.700 quiluotes, o que favorecerá a iluminação pública e particular, sem novas ligações, e energia para as indústrias.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Excelentes foram os resultados obtidos do ensino público primário por êsse departamento estadual, confiado à direção competente e progressista do Dr. João Martins da Silva, que tem impulsado a educação pública com um dinamismo singular, introduzindo-lhe métodos novos e proveitosas reformas. Seu relatório, correspondente ao ano de 1952, é um documento cabal, que legitíma essa assertiva.

Objetivando sobretudo dotar o ensino publico primário de novos instrumentos pedagógicos, o D. E. C. vem conseguindo com pleno êxito o aperfeiçoamento daquele, que apresenta admirável rendimento, digno de ser assinalado.

"Os trabalhos de expediente — pondera o Diretor — vêm aumentando consideravelmente, de modo que a criação de um quadro de funcionários adestrados para a sua execução se torna um imperativo de eficiência administrativa do ensino a cargo da superintendência respectiva, que embora seja um orgão técnico não pode dispensar a medida da criação dêsse quadro burocrático, de vez que os trabalhos de ordem puramente mecânica, ligada ao expediente, não podem ser alienados dos serviços de natureza técnica. Há, pois, necessidade da criação de um quadro técnico — Centro de Estudos e Pesquisas Pedagógicas — e de um quadro burocrático".

A Superintendência do Ensino, a cargo do incansável professor João Crisóstomo de Oliveira, já conta com mais elementos humanos e, durante o ano último, produziu magnífico volume de trabalho.

Pelos fiscais itinerantes, foram visitadas as escolas do interior do Estado em número de 94, atingindo a 221 as visitas feitas em 30 viagens, sendo encontrada nessas

escolas a matrícula de 1.924 alunos e a frequência de 1.213. Acentúa o Superintendente a modicidade da gratificação mensal dêsses fiscais (Crs. 633,60) sugerindo seja majorada para mil cruzeiros mensais. Quanto à fiscalisação na capital, fizeram-se 125 visitas, sendo 19 a grupos escolares, nas quais os fiscais sempre procuravam prodigalizar aos professores a necessária assistência técnica, com orientação pedagógica e encaminhamento de normas de trabalho, sobretudo na maneira de verificar o aproveitamento escolar por meio de provas objetivas. As professoras Terezinha Auzier, Eneida Távora da Silva e Odaléa Rodrigues Frazão, por meio da aplicação de testes A. B. C. do Dr. Lourenço Filho, executaram importantes trabalhos de homogeneização de classes, providência de suma relevância para maior eficiência da alfabetização das crianças. Os grupos onde foram tomadas estas medidas ofereceram os mais satisfatórios resultados.

O número de alunos submetidos a exame nos grupos escolares, escolas noturnas e particulares subiu a 4.821, excluidos os primeiranistas.

Dentre as sugestões do Superintendente do Ensino, professor João Crisóstomo de Oliveira, destacarei, por mais importantes, as seguintes:

Aparelhamento de uma sala reservada ao mimeografamento das provas objetivas com o mais absoluto sigilo; construção urgente do grupo "Monteiro de Sousa", atendendo aos apelos instantes da população da estrada dos Educantos; criação de mais oito grupos escolares na capital; ligação do cabo C em todos os grupos onde funcionem escolas noturnas; aparelhamento material da Superintendência para consecução mais eficiente dos seus objetivos.

Em virtude de solicitação do sr. Ministro da Educação, permiti que fôssem fazer estágio no I. B. G. E. duas funcionárias da Secção de Estatística do Departamento, as quaes, no seu regresso, imprimirão melhor orientação ao serviço.

Referindo-se ao almoxarifado da repartição, observa o Dr. João Martins da Silva que "os totais de tôdas as despesas estão absolutamente dentro das respectivas rubricas". O prédio do D. E. C. desde muito vem necessitando de reparos de grande vulto, pois há ali infiltração de

águas pluviais pelo telhado e pelos caixilhos de portas e janelas sem vidro, ameaçando a estrutura da casa.

O ensino na capital é ministrado através de 251 cadeiras de primeira classe. Matricularam-se, em 1952, 17.749 alunos, número que se sobrepõe ao obtido nos anos de 1951 e 1950, conforme esta demonstração: matrículas em 1950, quinze mil quatrocentas e trinta e uma; em 1951, dezessete mil duzentas e setenta; em 1952, dezesete mil setecentas e quarenta e nove. A frequência foi de 12.643 alunos. A matrícula nas escolas do interior elevou-se a 18.785 alunos e a frequência a 15.388.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE MANAUS

O presidente da comissão estadual organizadora da Companhia de Eletricidade, sr. José Ribeiro Soares, endereçou ao Govêrno, em data de 2 do fluente, o seguinte ofício, do qual vos dou ciência, acompanhado da carta-consulta a que o mesmo se reporta:

"Manaus, 2 de março de 1953.

Exmo. Sr. Governador:

Em dias do mês de fevereiro passado, tive oportunidade de inteirar V. Excia. das atividades desta Comissão no sentido de ultimar a primeira etapa do trabalho que lhe compete realizar: o contrato da elaboração do projeto de remodelação do sistema elétrico da nossa Capital.

Agora, vencida que foi essa parte, apresso-me em encaminhar a V. Excia. a cópia anexa da carta-consulta e das especificações que a Comissão acaba de endereçar a conceituados escritórios de engenharia especializada, do sul do país, solicitando propostas de elaboração do supra mencionado projeto.

Tratando-se de providência que representa o primeiro passo concreto com o fim de se constituir a Campanha de Eletricidade de Manaus, honro-me em dar conhecimento do fato a V. Excia. enviando-lhe, também, um exemplar da carta que vem de ser expedida.

Reitero a V. Excia., nesta oportunidade, as homenagens da minha

elevada consideração

JOSÉ RIBEIRO SOARES
Presidente"

Manaus, 24 de fevereiro de 1953.

ASSUNTO: Condições gerais e especificações para a elaboração do projeto da completa remodelação do sistema elétrico e do serviço de carrís urbanos da cidade de Manaus.

Prezados Senhores:

De conformidade com o que dispõe o art. 7.°, alínea "b," da Lei estadual n.° 105, de 1.° de outubro de 1952, entregamos com a presente as especificações para a elaboração do projeto de completa remodelação do sistema elétrico e do serviço de carrís urbanos da cidade de Manaus.

O projeto constará dos seguintes elementos:

I — SISTEMA ELÉTRICO:

a) — estudo do mercado consumidor;

b) — projeto e orçamento da completa remodelação do sistema elétrico para atender a êsse mercado;

c) — elaboração das especificações para a coleta de preços de todo o equipamento, aparelhagem e materiais, bem como das obras de construção civil;

d) — programa das obras, a ser cumprido em um período máximo de quatro anos;

e) — estudo e apresentação de recomendações concernentes à organização da entidade que irá operar o sistema assim remodelado. Levar em consideração, no particular, o período de transição em que a Companhia de Eletricidade de Manaus, simultaneamente, operará o sistema existente e proceedrá à implantação do novo.

II — SERVIÇO DE CARRÍS URBANOS:

Estudo do problema de transporte de pessoas e cargas, em carrís urbanos, na cidade de Manaus; elaboração do projeto da sua completa remodelação; recomendações quanto à operação autônoma dêsse serviço no esquema de organização da Companhia de Eletricidade de Manaus.

Além das especificações e condições gerais para a elaboração do projeto, são anexadas a esta cópias das Leis federal n.° 1.654, de 28 de julho de 1952, estadual n.° 105, de 1.° de outubro de 1952, e municipal n.° 407, de 10 de outubro de 1952, as quais são consideradas partes integrantes desta e das especificações. Contudo, nem esta carta-consulta, nem as especificações que a acompanham, devem ser consideradas como restritivas do planejamento, que se visa o mais completo e minucioso, do novo sistema elétrico de Manaus. O objetivo é dar a êste modernas bases técnicas e seguras bases financeiras, que permitam manter a sua eficiência operativa e promover a sua expansão na medida do desenvolvimento da cidade e do crescimento da demanda.

Devendo a Companhia de Eletricidade de Manaus constituir-se ainda no corrente ano, o prazo para a elaboração dos estudos e projetos previstos na presente é da maior importância. Sem que isto represente restrição, de nenhuma natureza, à liberdade de apreciação das propostas, pela Comissão Estadual, o menor prazo para aqueles estudos e projetos será um dos fatores capazes de influir na adjudicação do serviço. Seria conveniente que os proponentes considerassem a elaboração do projeto em duas fases, deixando para a segunda o detalhamento dos trabalhos técnicos de engenharia, de sorte que, finalizada a primeira, já se contasse com todos os elementos exigidos pela Lei n.° 1.654 para a constituição da Companhia. Todos os prazos deverão ser fixados de maneira inequívoca.

As propostas deverão mencionar, de maneira clara, o preço global do serviço a ser prestado, bem como a modalidade e os prazos do seu pagamento, levando em conta, ao fazê-lo, o disposto no § 2.° do art. 16 da Lei federal n.° 1.654.

Todo proponente deverá apresentar a esta Comissão, juntamente com sua proposta e na conformidade do disposto no § único do art. 7.° da Lei estadual n.° 105, "atestados de idoneidade técnica, financeira e profissional, passados, respectivamente, pela Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, pelo Banco do Brasil e pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado em que tiver séde". Nenhuma proposta será aberta sem que antes a Comissão verifique o cumprimento satis-

fatório dessa exigência, devendo os documentos que o comprovem vir devidamente autenticados.

Pedimos atenção para o disposto no § único do art. 5.° da Lei estadual n.° 105, o qual, para dar cumprimento ao § 1.° do art. 15 da Lei federal n.° 1.654, prevê a possibilidade de vir o engenheiro autor do projeto a tornar-se o representante do Govêrno do Estado do Amazonas, junto à Comissão Federal de que trata o citado art. 15 da Lei federal n.° 1.654. Caso o Govêrno do Estado delibere designar êsse engenheiro como seu representante, para a parte técnica, fica entendido (a) que êsse serviço se inclue entre os que o proponente se obriga a prestar ao Estado; (b) que nenhuma vantagem, de qualquer ordem, auferirá por êste motivo; (c) que, no entanto, o engenheiro assim designado terá direito, pessoalmente, às vantagens previstas no § 3.° do art. 8.° da Lei estadual n.° 105.

De qualquer modo, o Escritório que contratar a feitura dos estudos e projetos fica sempre obrigado a prestar a sua asistência técnica, não só aos representantes do Estado junto à Comissão Federal, mas ainda por ocasião da sua apresentação à Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, até a sua final aprovação.

Solicita-se dos proponentes considerar a possibilidade — que dependerá, naturalmente, do critério da Companhia de Eletricidade de Manaus, depois da sua constituição — de prosseguir na prestação dos seus serviços técnicos, na fase de construção, montagem e implantação do novo sistema, cuja superintendência e fiscalização ficariam a cargo do Escritório responsável pela elaboração do projeto. Como anexo à proposta para os estudos e projetos, objeto desta consulta, deverão ser apresentadas as condições para essa prestação de serviços.

Sem quebra da unidade do contrato a ser firmado e da responsabilidade exclusiva do Escritório cuja proposta fôr aceita, admite-se que, com o prévio assentimento da Comissão Estadual, êle confie a elaboração de partes dos estudos e projetos a terceiros, desde que não haja sob pretexto algum, alteração no preço e nas condições de pagamento.

Esta carta-consulta para apresentação de propostas não obriga a aceitação de qualquer delas, deixando, ao

contrário, a Comissão com plena liberdade de escolha, sem que isto assegure ao proponente direito de reclamação ou indenização. Portanto, o ato de apresentação da proposta já implica, por parte do proponente, no reconhecimento e aceitação dessa condição.

As propostas deverão ser apresentadas em cinco vias, no dia 15 de abril de 1953, às 14,00 horas, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na séde da Comissão Estadual criada pela Lei estadual n.° 105, enderêço: Palácio Rio Branco, a qual se reunirá para recebê-las.

Quaisquer outros esclarecimentos julgados necessários poderão ser obtidos na séde da Comissão Estadual; solicita-se o obséquio de, com a possível urgência, acusar ao Presidente da Comissão Estadual o recebimento desta.

Atenciosas saudações

COMISSÃO ESTADUAL DA C. E. M.

JOSÉ RIBEIRO SOARES
Presidente

FACULDADE DE DIREITO

Dirigida superiormente pelo professor Análio de Rezende, a Faculdade de Direito apresentou no ano pretérito uma turma de 33 bacharéis, que irão preencher os claros existentes no ministério público e na magistratura, ou dedicar-se à advocacia.

Vê o Govêrno com simpatia o entusiasmo com que os moços afluem a êsse conceituado estabelecimento de ensino superior para se matricularem no respectivo curso, pois isso possibilitará futuramente o afastamento dos leigos dos cargos iniciais da magistratura no interior, mesmo dos de suplentes ou adjuntos, prestigiando dêsse modo a classe dos diplomados em direito.

HOSPITAIS

Entregue ao zêlo do Provedor ERMINDO BARBOSA, Mesa Administrativa e Irmãs de Santana, a SANTA CASA DE MISERICRÓDIA passou por vários melhoramentos, especialmente nas enfermarias de segunda classe, em virtude do convênio com o SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA (SESP). Difícil foi o equílibrio econômico do hospital no ano findo, mas, mercê da Provedoria e devotamento da Superiora e Irmãs de Santana, atendeu sempre ao Govêrno nos seus pedidos de internamento de enfermos.

Cabem os mesmos encômios ao Hospital Português pela mesma atenciosa solicitude, não só quanto a doentes de clínica, mas também quanto aos necessitados de operações cirúrgicas.

Êsses hospitais, em certos mêses, já não podem deferir às crescentes requisições para tratamento em suas enfermarias.

JUNTA COMERCIAL

O movimento da Junta Comercial, conforme se verifica do relatório do seu secretário-consultor jurídico, Dr. Lúcio de Rezende, foi o que segue, durante o ano de 1952 e do que decorre até 10 de fevereiro:

Arquivamentos de contratos sociais com capital total de Cr$ 48.785.000,00; arquivamentos de alterações de contratos com capital anterior, Cr$ 79.915.000,00; entrada de capital, 94.000.000,00; saída de capital, Cr$ 8.466.883,00; arquivamentos de contratos de dissolução: ativo, ... Cr$ 3.781.000,00; retirado, Cr$ 3.497.200,00; arquivamentos de capital de firmas individuais, Cr$ 13.025.000,00. Registaram-se 138 firmas individuais e coletivas. A arrecadação da Junta foi de: emolumentos, Cr$ 25.720,00; taxas de expediente, Cr$ 5.918,00; taxa para fundo de Montepio, Cr$ 409,00. Selos estaduais em diversos processos, Cr$ 932.523,00.

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

O Tribunal de Contas registou o acôrdo celebrado entre a União e o Amazonas, para execução de serviços relativos à Defesa Sanitária Animal, representando o Estado nesse ato o deputado federal Antonio Maia. Foi firmado o acôrdo na base de Cr$ 150.000,00, sendo de ..... Cr$ 100.000,00 a quota federal e de Cr$ 50.000,00 a nossa, e nomeado executor do convênio o sanitarista veterinário Julio Galvão Vaz Cerquinho, do quadro permanente do ministério da Agricultura.

Em decorrência do acôrdo, já foram criados e instalados três postos de vigilância sanitária animal, respectivamente no Careiro, em Parintins e em Itacoaitara. O segundo atenderá aos rebanhos dêsse município e aos de Barreirinha e Maués; o de Itacoatiara atenderá aos dêsse município e aos de Urucurituba e Itapiranga e os de Manaus e Careiro atenderão aos rebanhos de Manacapurú, Codajás, Coarí, Tefé, Fonte-Boa, São Paulo de Olivença e Benjamim Constant.

Compreendendo a necessidade que tem o nosso Estado de aumentar suas fontes de produção no reino animal, a Divisão de Defesa Sanitária, com auxílio das nossas bancadas no Senado e Câmara, conseguiu aumentar, neste exercício, as quotas acima aludidas, passando a da União para Cr$ 200.000,00 e a do Estado para ..... Cr$ 100.000,00.

COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL

(C. A . N. A.)

Esta colônia, situada no Rio Solimões, prossegue satisfatoriamente seus trabalhos de instalação, dirigidos por seu atual administrador, agrônomo Vicente de Sá Rangel. Destinada a servir de centro de abastecimento de Manaus, esperam-se magníficos resultados da próxima localização de famílias nipônicas e nacionais nessas terras de admirável fertilidade.

De um ofício enviado ao Govêrno por aquele administrador e datado de 5 do corrente, constam as seguintes indicações: área cultivada com cereais, 186.04 hec.; juta, 1.047 hec. Produção agro-pecuária e industrial, total em cruzeiros: cereais em 1951, Cr$ 1.576.884,90; cereais em 1952, Cr$ 1.753.001,80; justa, em 1951, Cr$ 7.350.000,00; em 1952, Cr$ 7.852.500.00.

COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Prossegue o seu ritmo de atividades êste Departamento, sob a administração do sr. Xenofonte Antony, que se tem revelado um funcionário operoso.

Denunciado o convênio entre a C.E.R.A. e a Prefeitura de Manaus, segundo o qual grande parte do seu maquinário era utilizado em serviços peculiares daquela Comuna, foi possível dar impulso mais vigoroso aos trabalhos propriamente da Comissão de Estradas de Rodagem, que não mais coopera mesmo com quaisquer empreendimentos incumbidos a terceiros.

Concentra principalmente a atenção do Departamento a rodovia BR-17 por sua significação econômica para o Estado e ainda pela circunstância de se achar ela enquadrada dentro do programa rodoviário nacional. E' intenso o trabalho lá desenvolvido, recuperando-se o tempo desbaratado nos primeiros dias da sua construção.

Por seu turno, na rodovia BR-63 (Humaitá-Lábrea), apesar do rigor do inverno impedir a regularidade dos trabalhos, levou-se a efeito o desmatamento, paralelo à locação e abertura dessa estrada numa extensão de perto de vinte quilômetros. Para o corrente ano, informa o administrador, organiza-se a Residência de Humaitá, dando caráter de órgão administrativo aos serviços alí. Já conta a estrada com dois quilômetros, achando-se vinte em estudos.

Outras grandes obras e melhoramentos se efetuam e continuarão a levar-se por diante na estrada do Aleixo, no bairro de São Raimundo, nas ruas São Luiz e Recife, estando em exame, na secção técnica da C.E.R.A., projetos referentes ainda à rodovia Humaitá-Lábrea, às estradas de Flôres, do Paredão, de Constantinópolis, sem interrupção dos serviços reclamados em numerosos pontos da cidade e arredores.

Relativamente à assistência técnica aos municípios, elucida o sr. Xenofonte Antony:

"Em cumprimento ao estabelecido em lei, a C. E. R. A. vem executando um plano sistemático, através de visitas periódicas de um técnico às obras em curso nessas unidades. Com exceção dos municípios de Parintins e Urucará, que se encontram com escrita irregular e ainda não atenderam à comprovação de despesas a que são obrigados por lei, todos os demais municípios foram contemplados com o recebimento de quotas para execução de seus respectivos planos de obras".

Tendo pedido sua exoneração o sr. Xenofonte Antony do cargo que exercia neste departamento, nomeei para dirigí-lo, em comissão, o engenheiro civil Camilo Lelis Monteiro.

AUXÍLIOS E SOCORROS

O encarecimento da vida, a distância de temperaturas amenas, a procura de hospitais especializados, e a falta de dotações apropriadas nas Prefeituras, principalmente na de Manaus e na LEGIÃO BRASILEIRA, com fins determinados, improvisaram situações angustiosas para o erário público. Os pedidos de hospitalização, na SANTA CASA DE MISERICÓRDIA e SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE, Maternidade DARCY VARGAS, CASA DA CRIANÇA e CASA FAJARDO são diários, incluindo despesas com os cirurgiões e mesas de operação. O Govêrno não pode abandonar os enfermos e os necessitados, às vezes sob o imperativo de intervenções urgentes.

Outras vezes, não há elementos de vitória em Manaus. Apelam os postulantes para viagens ao Rio: não dispõem de passagens, numerário para as despesas essenciais em casas de saúde. Partem, com o amparo do Govêrno, regressam aos seus postos de trabalho, ou falecem na Capital da República; surgem gastos com hospitalização, médicos, enterros, ou regresso para as pessôas de família.

Magistrados, funcionários, militares têm recebido êsses auxílios, tanto em passagens aéreas, como no custeio, na possibilidade das finanças públicas.

Auxílios contínuos, por outro lado, são prestados a trabalhadores, agricultores, estudantes, no desembaraço de receitas médicas, notas de livros, calçados e uniformes, ou a professores isolados, sem subvenção oficial.

O Govêrno tem utilizado as verbas sem mister, como se verifica nas contas e ofícios encaminhados à Diretoria da Fazenda, de fácil consulta pelos interessados.

Não são publicados os nomes dos beneficiados nos boletins fazendários por um princípio de respeito humano, comum às administrações.

Tais auxílios e socorros, inclusivè para alimentação e cobertura das barracas nos bairros pobres, são diretos, independentes das aulas particulares de colégios, associações e hospitais.

Resta elucidar que as solicitações são diretamente ao Govêrno, ou por intermédio de autoridades, em Manaus, no Rio ou outras localidades.

CONCLUSÃO

Senhores Deputados:

Pondo sob vossos olhos o quadro real da situação do Estado ao abrir do terceiro ano do meu govêrno, não carreguei nas tintas para impressionar-vos, revocando-vos à compreensão das graves circunstâncias do momento. Queira Deus que minhas apreensões não se venham traduzir, no ano que decorre, em amargas evidências. Ouvistes os clamores que vão por aí fóra, através dos relatórios dos chefes das repartições estaduais. Falta-lhes tudo para acionar e imprimir boa ordem à máquina burocrática, estimulando o rendimento dos serviços que lhes são adstritos: material de expediente, instalações apropriadas, pagamentos pontuais a credores, sédes com as ncessárias condições de segurança, tudo enfim quanto se faz mister ao desempenho cabal dos labores administrativos. Tudo o que escutastes ao atual diretor da Fazenda Pública é um perfeito painel dos dias ásperos que nos esperam, se, cerrando os tímpanos à eloquência das cifras com que êle argumenta, não puserdes às despesas públicas o travão que elas impõem, não só desoprimindo o Estado de alguns dos muitos onus atuais, mas tambem evitando-lhe responsabilidades futuras embora mínimas. Devemos unir-nos num só pensamento para dominar a crise que ora nos acabrunha, contando sòmente com aquilo de que nos é lícito dispôr, não devendo pensar em auxílios estranhos, pois a experiência que já temos da sua precariedade não nos consente fagueiras esperanças. Ainda formamos infelizmente no grupo dos Estados sem grande voz nos altos conselhos da Nação, onde tudo se aquilata e pesa pela importância política, representada na expressão numérica das bancadas parlamentares e na pletora dos votos decisivos que lhes propiciam quanto desejam ou quanto ambicionam.

Enquanto formos os habitantes de um deserto, nossos brados não terão éco. Continuamos a ser exatamente o inverso da Alemanha ao estourar da primeira guerra: lá, lançara-se Hitler às aventuras bélicas para conquista de "espaço vital" por onde pudessem espraiar-se as compactas populações, temerosas de asfixia na estreiteza de seu território; aqui, cada amazônida, mexendo-se isolado na extensão de quatro quilômetros quadrados, não tem nenhuma possibilidade de abalroar com outro ser humano. Não consigna a História nenhum país de áreas consideráveis, mas êrmo de elementos humanos, que rivalizasse em surtos progressistas com outros de fartos índices demográficos. São as ondas imigratórias o fautor por excelência da prosperidade e da riqueza, e aí está como exemplo edificante a Norte-América, que hoje lidera o mundo como potência incontrastável, dispartindo bilhões de dólares pelos continentes para lhes assegurar a liberdade. Levas incomputáveis de imigrantes de tôdas as latitudes operaram êsse prodígio. Se a América do Norte — escreveu um diplomata brasileiro — passou de uma pequena nação agrícola para a formidável realidade de hoje, deve-o às ondas humanas que lá se derramaram em tôdas as direções: em quarenta anos, 34 milhões de indivíduos e, depois dessa avalanche, mais meio milhão por ano.

E' certo, senhores Deputados, que nos alentam as grandes esperanças do Plano da Valorização Econômica da Amazônia, que nos dará braços que nos ajudem a povoar o nosso deserto; mas já vos disse que essa linda miragem ainda nos sorrí de longe, pois que a burocracia e a técnica consumirão todo êste ano de 1953 em demorados estudos, e nós temos de pautar a vida do Estado sem delongas, dentro do realismo duro da hora atual. Já tivestes nesta Mensagem uma visão panorâmica do que nos sobeja e do que nos falece: temos de sobra compromissos pesados, enorme acêrvo de dívidas, imensos regimentos de funcionários, muitos dos quais fruindo vantagens em detrimento de outros que nada obtiveram, numa desigualdade injusta que cria desgostos no seio da classe; temos ainda o indecoroso contrabando dos nossos produtos e a retenção nos armazens do comércio dos nossos gêneros exportáveis. Temos de sobra tudo isso. Falecem-nos entretanto recursos para impedir que desa-

bem os nossos edifícios públicos em ruínas; falecem-nos recursos para atender aos apelos do povo dos bairros, que reclama criação de escolas para educação dos filhos; falecem-nos recursos para prover à assistência social, socorrendo a multidão de necessitados que procuram o amparo do Govêrno; falecem-nos recursos para tudo, e o espectro do "deficit" considerável de quatro dezenas de milhões de cruzeiros, apavorando o Govêrno, lança igualmente em cruéis espectativas o titular da Fazenda Pública, que escreveu, como já escutastes em seu Relatório, estas palavras sombrias:

> "Chegamos a essegurar que a lei orçamentária do exercício corrente não poderá ser cumprida, se medidas não forem tomadas e rigorosamente executadas", porque do contrário "se avolumará muito mais o "deficit" previsto e, consequentemente, advirão dificuldades insuperáveis".

O rumo da vossa política, pois, senhores Deputados, deve ser o da política inspirada pela razão e pelo vosso amor à terra amazonense: da política do desbaste dos onus tremendos que oprimem o Estado; da polilítica da compressão a todo transe das despesas públicas; da popolítica de ver, acima das afeições e das conveniências partidárias, os supremos interêsses da nossa terra. Falando-vos assim com esta franqueza, falo tambem ao povo que nos observa as atitudes e de cuja soberania emanaram os mandatos que exercemos. Comunguemos o mesmo pensamento nestes instantes cruciais do Amazonas, e confiemos sobretudo na Providência Divina que jamais desampara os que padecem.

Saúdo-vos, senhores Deputados.

Palácio Rio Negro, em Manaus, 15 de Março de 1953.

Alvaro Botelho Maia

ANEXOS

I

EXPOSIÇÃO

apresentada pelo Governador Alvaro Maia ao Deputado Alfredo Marques da Silveira, Presidente da Assembléia Legislativa (31 de janeiro-21 de julho).

Excelentíssimo Senhor Deputado Alfredo Marques da Silveira:

Em Mensagem de 15 de março, apresentada à Assembléia Legislativa, tive oportunidade, em obediência ao artigo 37, número 19, da Constituição do Amazonas, de relatar a situação do Estado, no período administrativo de 31 de janeiro àquela data.

Aprovadas as contas pelo Poder Legislativo, e decorrendo quatro mêses, de 15 de março a esta data, é natural que, ao transmitir as funções de Govêrno a Vossa Excelência, acrescente algumas declarações, em aditamento à referida Mensagem.

De início, ao afastar-me da Chefia do Executivo, por autorização legal, formulo a Vossa Excelência os melhores votos no desdobrar dos acontecimentos, públicos e econômicos, que se relacionam para o bem coletivo.

Afeito às lides administrativas, nos setores municipais e estaduais, na direção de emprêsas no interior, conhece Vossa Excelência, em caráter prático, os problemas do Estado, resumíveis, neste momento, em fiscalização de rendas, propulsão às energias animadoras da produção, harmonia entre os poderes e Departamentos administrativos, respeito às manifestações do pensamento, pelas várias formas em que se manifesta, justas ou injustas.

Homem público, bem se aprofunda Vossa Excelência nas dificuldades do nosso Estado, sujeito à crise mais premente dêstes últimos anos, atingindo o comér-

cio, as indústrias, as finanças públicas. O Tesouro não arrecadou numerário suficiente aos compromissos orçamentários: há uma tremenda luta para manter em ordem o funcionalismo e os fornecedores. O primeiro fica rigorosamente pago em 1951, o que não acontece com o segundo, desfalcado no pagamento dos seus adiantamentos a hospitais e repartições oficiais.

SERVIÇOS ELÉTRICOS

Prosseguem as ampliações dos motores JUMAR: o Estado adquiriu cabos condutores PIRELLI, mediante concorrência em que venceu a firma J. SOARES & CIA.

São as seguintes as informações técnicas prestadas pelo Engenheiro Leopoldo da Silva Loureiro, Administrador dos SERVIÇOS ELÉTRICOS:

A) MOTORES DA JUMAR

LOCAL DA MONTAGEM: Garage dos bondes (Sub-Usina).

OBRAS EXECUTADAS: As duas fundações de concreto concluidas nos últimos dias do mês de março próximo findo.

OBRAS EM EXECUÇÃO: Montagem atrasada, em virtude do Loide Brasileiro só possuir um navio com guincho de capacidade suficiente (..... 4.000Kg) para desembarcar os fixes (peça fundamental do início da montagem). As referidas peças chegaram pelo Rio Amazonas, único cargueiro que atende as condições de desembarque acima expostas.

PRAZO DE MONTAGEM: De 45 a 60 dias após a chegada dos fixes em questão.

MOTORES DA WILSON SONS & CIA.

B) ENTREGA DOS MOTORES: A última informação é o teor do telegrama datado de 5 de fevereiro de 1952, que abaixo vai transcrito:

"Se. Engenheiro Leopoldo Silva Loureiro digno Administrador Serviços Elétricos do Estado — Manaus Am. "Cml 160 — Rio df Western 146 49 5 11,25 — Temos Satisfação Informar Recebemos Comunicação Nossa

Matriz em Londres Avisando Embarque Primeira Parcela Material Destinado Usina Manaus Serah efetuado Este Mês Seguindo se de Outro Ateh Completar Fornecimento Contrato que Totaliza mais de Cem Toneladas de Material — AGLICUS.

CONSEQUÊNCIA: Chegaram, pelo HILDEBRAND, a 7 do mês corrente, 45 toneladas do material comprado.

CABOS CONDUTORES MARCA "PIRELLI" Vendidos pela firma J. SOARES & CIA.

C) Recebimento: Já chegou o seguinte material, em depósito na Usina Central:

5.000 metros de Cabo n°.		WP 2
1.600 metros de Cabo 800.000	CM	WP 2
1.215 metros de Cabo 250.000	CM	WP 2

Para completar a encomenda faltaram ainda:

8.400 metros de Cabo 800.000	CM	WP 2
785 metros de Cabo 250.000	CM	WP 2

Anexo a estas palavras, uma atualizada exposição do dr. Leopoldo Loureiro, em que estuda medidas julgadas necessárias aos SERVIÇOS ELÊTRICOS, deficitárias e difíceis, agravadas a cada dia.

(Anexo n°. 1).

DEPARTAMENTO DOS SERVIÇOS TÊCNICOS

A situação financeira não permitiu fôssem executadas as próprias obras de conservação nos próprios do Estado. Temos serviços urgentes nos grupos escolares, nas sédes dos Departamentos, nos grupos e coletorias do Interior, incluindo-se, entre os últimos, como de maior urgência, as cidades de Itacoatiara e Humaitá.

E' a seguinte a relação dos serviços executaoos nos diversos próprios do Estado, de janeiro de 1951 a março de 1952, apresentada pelo dr. Jatyr Pucú de Aguiar, esforçado Diretor dos SERVIÇOS:

SERVIÇOS CONCLUÍDOS:

	Cr$
Arquivo Público	20.900,40
Bibliotéca Pública	7.429,50
Chefatura de Polícia	3.969,00
Colégio Estadual do Amazonas	26.933,50
Coletoría de Benjamim Constant	21.275,00
Coletoría de Rendas de Nhamundá- e Postos Fiscais de Bom Jardim e Caldeirão	25.000,00
Coletoría de Rendas de Urucurituba	14.500,00
Delegacia de São Raimundo	188.645,10
Delegacía de São Raimundo e Grupo Escolar "Olavo Bilac"	37.104,20
Diretoría da Fazenda Pública	53.153,30
Diversos Próprios do Estado	25.000,00
Escola "Francisco Flores"	15.000,00
Escola "Hermenegildo Campos"	25.823,20
Escola Premunitória do Bom Pastor	21.338,00
Grupo Escolar "Bonifácio de Azevedo" ..	9.885,00
Grupo Escolar "Carvalho Leal"	13.813,80
Grupo Escolar "Cônego Azevedo"	5.796,00
Grupo Escolar "Euclides da Cunha"	240.400,90
Grupo Escolar "Farias de Brito"	630,00
Grupo Escolar "Nilo Peçanha"	12.985,30
Grupo Escolar "Saldanha Marinho" ...	9.953,20
Instituto "Mélo Matos"	1.828,00
Juizado de Menores	5.850,00
Palácio da Justiça	230.379,90
Polícia Cívil	1.242,00
Pôsto "Chapot Prevost"	55.174,80
Prefeitura Municipal (Construção do Grupo Escolar 1°. de Maio)	405.000,00
Prefeitura Municipal (Serviços executados em diversos próprios do Estado pelo empreiteiro Eduardo Costa Lima) ..	24.500,00
Serviços de Socorros de Urgência	310.769,00
Sub-Delegacía de Manacapurú	5.199,50
Santa Casa de Misericórdia	51.360,30

SERVIÇOS POR CONCLUIR:

Departamento de Educação e Cultura ..	11.676,10
Escola Agronômica	4.920,00

Escola "D. Basílio Pereira"	7.000,00
Grupo Escolar "Barão do Rio Branco" ..	126.820,80
Grupo Escolar "Monteiro de Souza"	128.384,50
Grupo Escolar "Ribeiro da Cunha"	41.987,30
Grupo Escolar na cidade de Bôca do Acre	75.000,00
Instituto "Benjamin Constant"	323.772,40
Instituto de Educação	704.312,50
Palácio "Rio Negro"	375.413,20
Serviços Elétricos do Estado	347.294,70
Serviços de Funilaria em Diversos Próprios	3.232,00
Colégio Estadual do Amazonas (quadra de Basquetebol)	
Saúde Pública (Laboratórios)	
Assembléia Legislativa (Salão das Secções e Secretaría)	
Construção de barracas para operários do Bombeamento	4.020.655,40
TOTAL	

DEPARTAMENTO DE AGUAS

Apesar dos esforços do Govêrno, as obras do nosso serviço de fornecimento dágua foram suspensas, no ano passado, exatamente quando era possível maior atividade na instalação das bombas nos porões da Usina do Bombeamento, na Ponta do Ismael. Autorizada a verba, no ano corrente o SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PUBLICA (SESP) reiniciou os trabalhos, sob a direção do Engenheiro Rodolfo José da Costa e Silva.

O velho serviço continúa a atender, embora de modo incompleto, à população da cidade. Instalou torneiras em alguns bairros e melhorou o fornecimento na Cachoeirinha.

O Doutor Simplício Rubim de Pinho tem demonstrado a melhor vigilância para conservar em ordem o velho maquinário, apoiado pelos servidores da Repartição e operários do Bombeamento, dedicados ao serviço público.

No complemento dos trabalhos, para dotar Manaus dos elementos necessários a uma bôa distribuição de água, cabem ao Estado os seguintes melhoramentos:

1) Muro de arrimo para a Usina de Bombeamento indispensável à segurança das novas máquinas e bombas montadas pelo S.E.S.P;
2) Construção de 20 casas para alojar o pessoal do Bombeamento; essas casas serão demolidas em virtude do S.E.S.P. ter requisitado a área para a construção e instalação do edifício de tratamento a ser montado pela citada entidade. Orçamento: Cr$ 1.500.000,00.
3) Remontagem da velha Usina de Bombeamento (máquinas e caldeiras), a-fim-de que fique como Usina de Reserva e auxiliar da nova DIESEL a ser montada pelo S.E.S.P. — Orçamento: Cr$ 2.000.000,00.

OBRAS DO AEROPORTO

O Estado entregou, em fins de outubro de 1951, a terraplanagem da Ponta Pelada, levada a efeito pela COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO AMAZONAS, com auxílio de combustível da PRUDÊENCIA CAPITALIZAÇÃO, dirigida pelo Doutor Adalberto Vale, à Diretoria de Engenharia das Obras do Aeroporto de Manaus.

O Engenheiro Trajano Mendes, Encarregado dos Serviços, informa, neste momento, o seguinte:

a) A Companhia KOTECA iniciou a instalação do canteiro de obras e deu início à pavimentação e construção da Estação de passageiros.
b) A Aeronáutica conseguiu licença da CEXIM para a importação diréta do asfalto de Trinidad, que virá todo de uma viagem dentro de 60 dias.
c) A grande central de asfalto da Diretoría de Engenharía já foi entregue à KOTECA.
d) O Coronel Jussaro Fausto de Souza julga que a Estação ficará pronta ainda êste ano.
e) A cooperação do Estado e da PRUDENCIA não foi em vão, pois possibilitou à Aeronáutica tomar providências para a conclusão rápida das obras.
f) E' positiva a determinação do Senhor Ministro da Aeronáutica de prover Manaus de um aeroporto à altura de suas necessidades.

Posteriormente, após entendimentos com o Senhor Ministro Néro Moura e Coronel Jussaro Fausto de Souza, os Deputados Rui Araújo e Antonio Maia confirmaram, em telegrama, os mesmos pontos de vista.

COMISSÃO REVISORA DE TITULOS DEFINITIVOS

A Lei nº. 176, de 22 de novembro de 1951, determinou a revisão dos títulos definitivos, no período que se estende de 1936 a 1951.

Devem ser conhecidos os ofícios do Presidente e Membros da Comissão, composta, respectivamente, dos Engenheiros Jatyr Pucú de Aguiar e Alvaro Leite de Oliveira, anexos a esta Exposição. (Número II).

SAÚDE PÚBLICA

O Doutor Edson Stanislau Affonso, novo Diretor do DEPARTAMENTO DE SAUDE PUBLICA, está se esforçando para renovar os acordos com a DELEGACIA FEDERAL DE SAUDE e tem encontrado a maior articulação possível, apoiado à bôa vontade do Doutor Miguel Lupi Martins, Médico-Chefe daquela DELEGACIA.

Comissionado para tratar de interêsses relacionados ao DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA, no Rio de Janeiro, apresentou a súmula das suas atividades, importando em altos serviços para o nosso Estado.

Além das verbas liberadas, obteve o esforçado Diretor do DEPARTAMENTO DE SAÚDE apreciável quantidade de hidrazida, que, pela primeira vez, será aplicada em nosso Estado.

A súmula de suas atividades está apensa a esta Exposição.

ASSISTÊNCIA E HOSPITALIZAÇÃO

Crescem, dia a dia, as despesas com a hospitalização de pessoas necessitadas, ou que apelam para a assistência do Estado em outras cidades, notadamente o Rio de Janeiro.

Cresce, também, o número de funcionários licenciados pelas juntas de saúde, agravando a verba para essas substituições, em cargos que não podem ficar vagos, sem prejuizo do serviço público.

COMISSÃO DE PREÇOS

Acaba de ser reorganizada a COMISSÃO DE PREÇOS E ABASTECIMENTO, tendo sido nomeado seu Diretor o Doutor Manuel José Antunes, que, para execução de trabalhos, requisitou alguns funcionários estaduais.

Prosseguem os cuidados para melhorar o fornecimento de legumes à Capital. Empenham-se, a êsse respeito, os departamentos agrícolas federais e estaduais.

A Prefeitura de Manaus racionou o fornecimento de carne-verde, o que acautelará, embora com restrições, as dificuldades do abastecimento à população.

O frigorifico, anexo ao Mercado Público, em conexão com o Estado, presta excelentes serviços, guardando a carne e o peixe.

O Doutor Deoclécio Miranda Corrêa pretende instalar, dentro em breve, um grande frigorífico, na FABRICA DE CERVEJA.

Visitou o Amazonas, acompanhado de técnicos, o Doutor Benjamim Cabello, seu Presidente, que determinou várias medidas, acautelando o nosso abastecimento e a nossa economía.

CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES

Foram nomeados, de acôrdo com a Lei, os funcionários para a construção de casas populares, decorrentes da renda com aplicação especial.

O Govêrno recebeu a visita do representante da FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR, de caráter federal, e providenciou, em articulação com a Prefeitura de Manaus, a concessão de um terreno, destinado às primeiras construções.

CORPO DE BOMBEIROS

Foram comissionados um tenente, um sargento e dois cabos para realizarem um curso de especialização técnica no Corpo de Bombeiros, no Rio de Janeiro. Além de dois carros encomendados pela CERA, determinou o Govêrno o conserto de mais um carro, pertencente ao Corpo de Bombeiros.

Dentro em breve, ficará organizada a corporação, faltando-lhe, entretanto, quartel apropriado.

Cabe-me citar a cooperação valiosa da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL e do SINDICATO DE SEGUROS para que Manaus recupere os antigos serviços, imperiosamente necessários à sua defesa contra os incêndios.

RODOVIA HUMAITA'-LABREA

A COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM enviou para Humaitá, em alvarenga (CEDRIC), rebocada pela lancha RUTINHA, o maquinário suficiente ao serviço da abertura da rodovia Humaitá-Lábrea Iniciaram-se os serviços no dia 9 de junho, presentes várias autoridades estaduais, que testemunharam os esforços para a realização dêsse grande empreendimento.

Estão sendo atacados também os serviços da BR 17, em direção do Urubú, partindo de Manaus. São empreendimentos de reais finalidades econômicas — o primeiro, pela conquista de campos gerais, entre o Purús e Madeira, possibilitando o desenvolvimento pecuário, e o segundo, pela defesa do abastecimento de tôda a população de Manaus, pelas instalações de roças e granjas, livres da enchente e unidas diretamente à cidade.

Consequências dessas medidas, o Govêrno encaminhou à ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA duas Mensagens — a primeira, sôbre pastagens de engorda, em concurso com o Território do Guaporé, e a segunda, sôbre o loteamento de terras aos agricultores, na BR 17.

Há necessidade, certamente, da nova lei sôbre as terras dos campos Humaitá-Lábrea, que deverão ser cedidas aos pecuaristas, nas bases determinadas pelos Departamentos Técnicos do Estado e Repartições do Fomento Agrícola.

BATALHA DA PRODUÇÃO

O Amazonas recebeu a visita do Ministro JOÃO CLEOFAS, acompanhado de técnicos e parlamentares. O titular da Agricultura ouviu os vários dirigentes dos departamentos e traçou um plano de fomento à produção, em que se interessam todos os seus subordinados.

Devo ressaltar os grandes esforços do Doutor Vicente Rangel, Administrador da COLONIA AGRICOLA e Waldemar Cardoso, Diretor do FOMENTO, em perfei-

ta articulação aos órgãos de classe do Estado para o fomento da produção.

PREFEITURAS

O balanço sôbre o movimento, no interior, demonstra relativo equilíbrio financeiro. As Comunas vêm recebendo as quotas federais, na DELEGACIA FISCAL, e as parcelas, que lhes cabem, na distribuição rodoviária.

Há tranquilidade e, em muitas, o início de novos serviços.

FINANÇAS

Os balanços da DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA demonstram as nossas dificuldades, motivadas pelo decréscimo da arrecadação.

O ano de 1951 findou regularizado, quanto ao funcionalismo, restando, entretanto, contas de fornecedores e subvenções assistenciais, hospitalização.

Pagamos, atualmente, o mês de maio. Na realidade, há um mês de atraso nos vencimentos do funcionalismo, regularizável com as possíveis arrecadações, decorrentes da exportação dos nossos produtos.

A situação, igual à de vários Estados brasileiros, aconselha severas economías em todos os setores administrativos e a protelação de quaisquer aumentos de despesas — medida que vem sendo adotada pela ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

A DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA esforça-se para reprimir o contrabando nas fronteiras estrangeiras, com os Territórios e o Estado do Pará. Impõe-se o reforço dos quadros fazendários.

Não foi possível regularizar totalmente o atraso com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Procurando atenuar a situação, a DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA vem abonando, com autorização do Govêrno, pequenos adiantamentos aos funcionários públicos, recuperados sem juros, mediante descontos, dentro do ano financeiro.

Deve o funcionalismo público Cr$ 1.278.831,30, representados em vales, resgatáveis mensalmente.

Não poderá o Govêrno agir de outra forma ante

apêlos sucessivos de funcionários enfermos ou com responsabilidade para a educação dos filhos.

Apresento, também anexo, o resumo da arrecadação e despesa, no período que se estende de 1 de fevereiro a 30 de junho.

Existe saldo na Tesouraria, representado por vales de adiantamento, nas seguintes bases:
Diárias e ajuda de custo a Delegados de

	Cr$
Polícia	75.720,00
Ajudas de custo à Magistratura	93.250,00
Ajudas de custo a funcionários da Fazenda	12.139,30
Ajudas de custo ao Ministério Público..	31.160,00
Inspetoria do Tráfego	15.000,00
Diretoria de Aguas	15.000,00
Propaganda do Estado	42.300,00
Policia Militar	37.510,00
Departamento de Saúde	4.000,00
Fornecimentos	340.500,00
Vales a funcionários de tôdas as categorias	1.278.831,30
TOTAL	1.915.417,72

O retardamento, quanto ao pagamento do funcionalismo e fornecedores, é explicavel pela retenção dos nossos produtos. Concedida a licença para a exportação vinculada do páu-rosa, além de outros produtos, a situação melhorará consideravelmente.

Há necessidade de suplementação de algumas dotações orçamentárias; as verbas relativas ao Palácio RIO NEGRO, excetuando a de serviços extraordinários, estão dentro dos duodécimos, empenhadas as despesas até 15 do corrente.

Devemos, entretanto, a fornecedores, passagens hospitalização e medicamentos, subvenções, em relação aos demais departamentos públicos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS E ANTE-PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Na forma determinada pela Constituição do Estado, artigo 37, letras VIII e IX, tive a honra de apresentar à ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA a prestação de contas, re-

lativa a 1951, e o ante-projéto da lei orçamentária para 1953. As contas foram aprovadas por unanimidade de votos; o orçamento será estudado rigorosamente pelo Legislativo, cioso em enfrentar as dificuldades financeiras e enquadrar o Estado às necessidades do momento.

Conforme expliquei à ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, baseado em informações da DIRETORIA DA FAZENDA, não será impossível, embora enfrentando surpresas econômicas, comuns ao país inteiro, que se obtenha relativo equilíbrio orçamentário para 1953.

Maior poderá ser o DEFICIT para 1953 e, si não decrescer a produção e houver boas cotações, o crescimento da receita, evitadas despesas evitáveis, possibilitará essa vitória administrativa.

RELAÇÕES COM OS DEMAIS PODERES

Em recente relatório apresentado ao Desembargador Arnoldo Péres, seu substituto nas eleições do PALÁCIO DA JUSTIÇA, a 4 do corrente, o Desembargador Felismino Francisco Soares referiu-se ao prestígio que o Govêrno emprestou à Côrte Judiciária, em todos os seus empreendimentos.

Posso assegurar o mesmo, em relação ao Presidente da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA e seus ilustres Membros, assim como aos Chefes e Componentes das Forças Armadas e Departamentos Públicos federais.

MELHORAMENTOS: FORNECIMENTO DE ÁGUA ENERGIA ELÉTRICA E INSTALAÇÕES DE PISTA PARA AVIÕES DE GRANDE PORTE

Ficam encaminhados, para uma solução próxima, mais ou menos até fevereiro do ano vindouro, três melhoramentos essenciais a Manaus — fornecimento de água, de energia elétrica e instalação da pista para aviões de grande porte.

Os melhoramentos da capital vão sendo atacados metodicamente, em virtude do orçamento deficitário da PREFEITURA.

Melhorado o bairro de SÃO RAIMUNDO, as vistas do Govêrno volverão para EDUCANDOS e litoral de Manaus, à Praça dos Remédios, além de serviços menores na Praça Catorze, ADRIANOPOLIS e MATINHA.

Os prefeitos do Interior, ultimamente eleitos e empossados, procuram melhorar as condições das sédes municipais.

TAXIS AÉREOS

O Govêrno tem prestado apôio à expansão aeronáutica, por intermédio do AÉRO-CLUBE local Em seu último relatório, o Deputado Arthur Virgílio Filho, Presidente daquele órgão, referiu-se às disposições da administração, no sentido de auxiliar a ligação das nossas pequenas cidades por taxis aéreos.

CONGRESSO EUCARÍSTICO

Realizou-se, com êxito que ultrapassou a tôdas as espectativas o SEGUNDO CONGRESSO EUCARÍSTICO DO AMAZONAS: compareceram altas autoridades da Igreja; foi sagrado Arcebispo do Amazonas Dom Alberto Gaudêncio Ramos, instituindo-se, assim, a nossa Arquidiocese; receberam a sagração mais dois Bispos, Dom Jaoquim de Lange, do Solimões, e Dom José Nepote, de Bôa Vista do Rio Branco.

Faleceu, em vésperas da instalação do CONGRESSO, Dom Wencesláu de Spoleto, que deveria ser sagrado Bispo. Perdeu a Amazônia um grande catequista.

O Govêrno do Estado e as Prefeituras emprestaram o seu apôio a tôdas as solenidades religiosas.

VISITAS

Manaus recebeu a visita de altas autoridades militares e civís; prestou a delegações sucessivas de professores e estudantes tôdas as homenagens necessárias, inclusive hospedagem.

O Govêrno auxiliou, por outro lado, delegados a congressos científicos, promovidos pelo Govêrno Federal. e das associações estudantís, quando chamados ao Rio.

CONFERÊNCIA DOS GOVERNADORES

Embora impulsionada com aplausos gerais, não se realizou a CONFERÊNCIA DOS GÔVERNADORES, já programada. Tomou vulto e abrigaría a despesas, que as aperturas do Tesouro Estadual não poderiam cobrir.

Excetuadas as despesas com as delegações, que nos procuraram a miúde, nenhuma despesa extraordinária partiu diretamente do Govêrno.

CONCLUSÃO

Traduzem estas palavras, acompanhadas de quadros estatísticos, a verdadeira situação do Estado — angustiosa, sem constituir exceção no quadro geral das demais unidades do País, mas referta de vitalidade, apoiada aos fatores da produção e do trabalho.

Ao transmitir as funções executivas a Vossa Excelência, cumpro o dever de manifestar publicamente os meus agradecimentos às atenções que sempre me dispensaram os companheiros e colaboradores de trabalho, desde os auxiliares diretos até os funcionários de menor categoría nos quadros orçamentários.

Encontra-se em ordem o interior; processa-se normalmente a vida estadual; harmonizam-se os poderes constitucionais, as classes conservadoras e trabalhistas os responsáveis pelos partidos políticos, visando o bem público; anunciam-se medidas para equilíbrio da situação econômico-financeira, como a aprovação, no Senado, do projeto relativo à COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA.

Não há motivos para desesperos: vivemos hora de graves perturbações financeiras, mas teremos fôrças para vencê-las.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de elevada consideração e distinto aprêço.

Palácio "Rio Negro", em Manaus, 21 de julho de 1952.

a) Álvaro Maia

II

EXPOSIÇÃO

apresentada pelo Governador, em exercício, Alfredo Marques da Silveira, ao Governador Constitucional do Estado, Alvaro Botelho Maia, correspondente ao período de 21 de julho a 18 de outubro de 1952.

Exmo. Sr. Governador Alvaro Botelho Maia:

Cumpro o grato dever de passar às mãos honradas de V. Excia. a administração do Estado, a qual exercí durante o curto período de pouco mais de dois meses, na qualidade de Presidente da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, e por fôrça de dispositivo expresso da nossa Constituição.

Diz-me a consciência que não me afastei um instante das diretrizes traçadas por V. Excia. ao seu Govêrno e constantes do patriótico programa com que ascendeu ao seu elevado pôsto, após o pleito memorável com que o povo amazonense confiou os seus destinos à inteligência, à cultura, ao tino administrativo e à inatacável probidade de V. Excia.

Bem de ver é que, em tão breves dias, ainda que fôsse menos premente a situação geral do Amazonas, nenhum grande empreendimento poderia ser levado a efeito em minha administração. Conservar, pois, quanto encontrei, desde que não oferecesse estorvos aos serviços públicos, foi o meu esforçado empenho, no qual não tive vacilações.

Nenhuma perturbação da ordem se registrou durante a ausência do Governador constitucional do Estado. A harmonia que sempre imperou entre os poderes estaduais se manteve inalterada dentro do respeito mútuo Sòmente as condições de desconforto das clas-

II

EXPOSIÇÃO

apresentada pelo Governador, em exercício, Alfredo Marques da Silveira, ao Governador Constitucional do Estado, Alvaro Botelho Maia, correspondente ao período de 21 de julho a 18 de outubro de 1952.

Exmo. Sr. Governador Alvaro Botelho Maia:

Cumpro o grato dever de passar às mãos honradas de V. Excia. a administração do Estado, a qual exercí durante o curto período de pouco mais de dois meses, na qualidade de Presidente da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, e por fôrça de dispositivo expresso da nossa Constituição.

Diz-me a consciência que não me afastei um instante das diretrizes traçadas por V. Excia. ao seu Govêrno e constantes do patriótico programa com que ascendeu ao seu elevado pôsto, após o pleito memorável com que o povo amazonense confiou os seus destinos à inteligência, à cultura, ao tino administrativo e à inatacável probidade de V. Excia.

Bem de ver é que, em tão breves dias, ainda que fôsse menos premente a situação geral do Amazonas, nenhum grande empreendimento poderia ser levado a efeito em minha administração. Conservar, pois, quanto encontrei, desde que não oferecesse estorvos aos serviços públicos, foi o meu esforçado empenho, no qual não tive vacilações.

Nenhuma perturbação da ordem se registrou durante a ausência do Governador constitucional do Estado. A harmonia que sempre imperou entre os poderes estaduais se manteve inalterada dentro do respeito mútuo Sòmente as condições de desconforto das clas-

ses sociais, infelizmente, permanecem as mesmas que V. Excia. deixou, dadas as conhecidas causas que as originam e se refletem, frontalmente, na situação econômica e financeira do Estado, que, de fato, oferece aspéctos contristadores, neutralizando, por assim dizer, os mais ingentes esforços administrativos no sentido do bem público.

E' a prestimosa classe dos funcionários estaduais a que paga mais pesado tributo nesta odisséia de necessidades e aperturas, com a falta de expansão dos nossos produtos exportáveis e consequente desequilíbrio das nossas finanças. Sofre, ela, de certo, em mais alto gráu que as classes conservadoras, adstrita como vive à percepção de salários que, desde muito, não correspondem ao padrão de vida atual, tendendo sempre ao agravamento, cuja marcha ainda não puderam deter o patriotismo e a coerção, mesmo violenta dos poderes centrais.

Não obstante isso, e seguindo sem desvios a política sensata e benéfica de V. Excia., fiz quanto dependia de mim para desafogar essa situação de angústias, aplicando equitativamente as rendas do erário ao pagamento da digna classe dos servidores do Estado, sem descurar entretanto, quanto possível, outros encargos de satisfação imediata, como fornecimento de materiais e outros compromissos inadiaveis, para que pudesse funcionar sem embaraços a máquina administrativa e não ficasse ao desamparo a assistência social, tão solicitamente atendida no profícuo Govêrno de V. Excia.

Muito me regozija o pensamento de que V. Excia. havendo resolvido viajar para o sul do país, afim de pleitear, junto ao Govêrno Federal, medidas justas e em ordem a contornar a crise que nos assoberba, alcançou plenamente seu elogiável objetivo, animando e reconfortando o povo laborioso da nossa terra, que aliás nunca perdeu a confiança no seu ilustre condutor. Os recursos financeiros e de outra natureza com que V. Excia. vem de dotar o Estado abrem perspectivas de esperanças para nossa tão castigada gente, capacitando-a de que V. Excia. está sempre com ela solidário, quer nas horas alegres, quer nos dias de adversidade.

A rancorosa malevolência dos desafetos pretendeu inculcar que V. Excia. andou no sul, de pires em punho esmolando favores para o Amazonas. Tão tolo é o sarcas-

mo, que se desfaz e dilue na sua própria tolice. O Amazonas, nos seus atropêlos econômico-financeiros de agora, não mendigou: pediu, sim, de fronte erguida que o ajudassem a pôr-se de pé, levantando-o das suas energias alquebradas, em consequência de não poder dispôr livremente daquilo que produz e de que vive. Reclamou, portanto, apenas justiça e deparou nesse nobre apêlo a elevada compreensão e o sentimento patriótico do Chefe da Nação. Seguiu o Amazonas a mesma trilha das mais prósperas e mais importantes unidades federativas, quando se vêem a braços em contingências análogas à sua. Amanhã, quando nossa terra puder viver dos seus incomputáveis recursos, não sòmente bastar-se-à a sí mesmo, mas fará partilhar liberalmente da exuberância das suas riquezas quantos se vierem abrigar à sua sombra protetora.

Permita, agora, sr Governador Alvaro Maia que lhe dê conta, como me cumpre, da situação em que se encontram neste momento os negócios administrativos.

DIRETORIA DO SERVIÇO DE FOMENTO AGRÍCOLA

Continúa a cargo do Dr. Admar Thury, funcionando os serviços da produção vegetal na Secção do Fomento Agrícola Federal, em virtude do acôrdo existente entre o Estado e o Govêrno da União. Os serviços propriamente da Diretoria ficaram reduzidos à pecuária e ao fomento da juta, mantendo-se três vacinadores no interior do Estado, sendo um no município de Manaus, um no de Itacoatiara e outro no de Parintins. Foram visitadas 56 fazendas por êsses vacinadores, vacinando-se 2.731 bovinos, 7 equinos e 9 suinos. Até ao ano passado, as sementes de juta vinham sendo distribuidas gratuitamente aos lavradores, mas, no presente exercício, passaram elas a ser vendidas, conforme ficou convencionado na terceira Conferência da Juta, realizada em Belém do Pará.

A quota das sementes destinadas ao Amazonas, no corrente ano, pelo INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE, é de cinquenta toneladas, das quais oito já foram recebidas e distribuidas. Muitas Prefeituras do interior requisitaram sementes e serão tôdas atendidas. Os extintores de saúvas em número de trinta e um,

pertencentes à Diretoria, estão cedidos por empréstimo aos agricultores das proximidades de Manaus.

De julho a setembro último foram registrados sessenta e um agricultores, cujas propriedades ou posses mediram uma área de 9.493 hectares, no valor de .... Cr$ 3.281.968,00. No mesmo período, atendeu a Diretoria setenta e um interessados em financiamentos agrícolas, concedidos pelo Banco do Brasil.

Tôdas as verbas da Repartição, apesar de modestas, apresentam saldos até esta data.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Este estabelecimento de ensino, competentemente dirigido pela senhora professora Eunice Serrano Telles de Souza, prossegue no seu funcionamento regular, prestando à juventude amazonense assinalados serviços. Teve notável destaque nas festas cívicas que aqui se promoveram na maior data nacional — O SETE DE SETEMBRO — tomando parte na grande parada militar, com muito brilho e distinção.

Cumprindo a lei número 124, recentemente votada pela ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, a qual extinguiu as disposições de funcionários em departamentos diferentes daqueles em que foram lotados, determinei a todos os diretores de serviços públicos a rigorosa execução daquele diploma, dando em resultado o imediato regresso às suas funções no INSTITUTO DE EDUCAÇÃO dos funcionários a êle pertencentes. Essa medida legal que se impunha, dado o gravame de despesa decorrente das disposições, aliviou de alguma sorte o orçamento estadual.

SERVIÇO DE SOCORROS DE URGÊNCIA

Na conformidade do relatório que me apresentou o Diretor dêste Serviço, no período de 21 de julho a 7 de outubro corrente, houve o seguinte movimento: transportes efetuados, 525; socorros prestados, 1.013. A ação dêsse setor administrativo, como elucida o seu titular, "têm sido indistinta, a todos presta o seu trabalho e cooperação, sejam quais forem as distâncias e as condições do enfermo".

Acha-se na direção do SERVIÇO DE SOCORROS DE URGÊNCIA o Dr. Carlos Frederico Araújo da Silva.

DIRETORIA DA FAZENDA PÚBLICA

Ao assumir o Govêrno do Estado em 21 de julho dêste ano, estavam por pagar, ainda referentes ao mês de maio, as seguintes folhas de funcionários: DEPARTAMENTO DE SAÚDE, GRUPOS e ESCOLAS ISOLADAS DA CAPITAL, PROFESSORADO DO INTERIOR POLÍCIA MILITAR, MAGISTRATURA DO INTERIOR e CONSIGNAÇÕES DE ALUGUEL DE CASA.

Devidamente liquidadas essas folhas, também o foram, sucessivamente, as de todo o funcionalismo, correspondentes aos meses de junho e julho, tendo-se já iniciado os pagamentos de agôsto.

Receita e Despesa do Estado, no período de 21 a 31 de julho de 1952:

RECEITA

	Cr$	Cr$
Renda do Estado:	2.823.997,30	
Prefeituras Municipais	72.106,90	
Estações Fiscais	228.479,00	
Depósitos	84.993,70	
Diversos	115.815,10	3.325.392,00

DESPESA

	Cr$	Cr$
Pessoal	2.106.463,90	
Material e Diversas Despesas	1.369.882,10	
Prefeituras Municipais	88.500,00	
Depósitos	10.028,30	3.574.874,30

Receita e Despesa no mês de agosto:

	Cr$
RECEITA	8.359.288,40
DESPESA	8.838.075,10
RECEITA de 1 a 30	7.836.607,70
DESPESA no mesmo período	7.618.249,50

Receita e Despesa no mês de outubro de 1 a 14:

	Cr$
RECEITA	6.137.796,60
DESPESA	6.348.392,70

A Tesouraria da Fazenda guarda em seus cofres Cr$ 2.204.985,50, representados em vales de funcionários, concessão autorizada pelo Govêrno para atenuar a situação difícil dêsses leais servidores do Estado.

COLÉGIO ESTADUAL DO AMAZONAS

Não houve nenhuma alteração no funcionamento normal dêste educandário. Fizeram-se algumas transferências, cancelando-se igualmente várias matrículas. Com empenhos, rigorosamente dentro do duodécimo, efetuaram-se reparos de urgência dentro do edifício, inclusive conservação de móveis da Diretoria, inspetoria, secretaria e gabinete de História Natural. Por conta de verba "Material de Consumo", empenharam-se ..... Cr$ 10.220,00 para pagamento de material à livraria "Velho Lino", saldando-se ainda pela verba "Despesas Diversas" algumas contas dos jornais diários.

Diversos professores e funcionários acham-se em gôzo de licença, tendo a Diretoria providenciado sôbre sua substituição. Preencheu-se uma vaga de inspetor de alunos, nomeando-se para ela, em caráter efetivo, Teodora Cavalcante.

Dos funcionários que se achavam à disposição de outros departamentos e foram convidados a volver a seus cargos, dois ainda não se apresentaram: o sr. Nicodemus Braule Pinto, professor de História do Brasil e dona Maria do Carmo Antony de Souza, auxiliar da secretaría do Colégio. Na direção dêste continúa o professor Antenor Sarmento Pessôa.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Êste setor administrativo, um dos mais importantes do Estado, pela magnitude dos seus objetivos, mantém seus trabalhos em perfeita ordem e produtividade, quer na parte administrativa, quer na do ensino, propriamente dito. Encaminhando o terceiro relatório da sua

administração, o seu titular prestou contas ao Govêrno da vida do DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no curto período de 21 de julho a esta data.

A Diretoria Geral do DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA mantém os seus serviços em boa ordem, atendendo com presteza as determinações do Govêrno.

Nas visitas que fiz a diversos Grupos Escolares e outros estabelecimentos de ensino, verifiquei em todos êles ordem, disciplina, dedicação dos professores, não obstante as deficiências de instalação e de material.

O mobiliário escolar carece de substituições e reformas. E no que diz respeito ao material didático, impõe-se que maiores dotações orçamentárias sejam dadas à Diretoria do Departamento, para melhores suprimentos às escolas tanto da Capital como do Interior.

A rêde de ensino noturno da Capital sofre, presentemente, da falta de energia elétrica, não apresentando, em consequência, o mesmo rendimento. O mesmo ocorre com o ensino para adultos, estipendiado pelo Govêrno Federal e administrado pelo DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

No interior do Estado, também o ensino, na medida das possibilidades, e de acôrdo com as circunstâncias de ordem municipal, vem atendendo às necessidades das populações rurais, atingindo os seus objetivos.

Neste momento, inicia o DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA os trabalhos de verificação do aproveitamento escolar, referentes ao ano letivo em curso. A Diretoria Geral do DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA já tomou tôdas as providências necessárias para a realização dos exames finais, orientando o professorado, inclusive quanto à adoção de novos métodos de verificação do rendimento escolar individual, divulgando essas medidas e outras instruções pertinentes ao assunto.

Continúa entregue à competência do Dr. João Martins da Silva o DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

DIRETORIA DA PENITENCIÁRIA CENTRAL

Subordinada atualmente à Procuradoria Geral do Estado e continuando sob a direção do Dr. Geraldo de

Macedo Pinheiro, a Penitenciária vem realizando os serviços que lhe são inerentes, dentro da mais absoluta ordem e disciplina. Os pleitos dos detentos se processam com a maior regularidade, de modo a não provocarem queixas. Existem 72 presidiários, além dos que se encontram em serviço externo.

A assistência médica acha-se a cargo dos legistas da POLÍCIA CIVIL e o problema de uma enfermaria própria continúa a ser objeto de estudos para breve solução. A assistência odontológica é prestada com o auxílio do DEPARTAMENTO DE SAÚDE, por não dispôr ainda a PENITENCIÁRIA de gabinete dentário privativo. Por motivos de ordem financeira, não tem a PREFEITURA DE MANAUS feito requisição de presos para o serviço de limpeza da cidade, como vinha sucedendo. Cêrca de quarenta dêles, porém, estão trabalhando em extração de lenha para os SERVIÇOS ELÉTRICOS DO ESTADO. Está funcionando regularmente a escola de alfabetização, regida por um professor de segunda classe, graças à iniciativa do DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. As verbas destinadas à PENITENCIÁRIA têm sido aplicadas com tôda a economia, limitando-se a despesas com pessoal variável e alimentação dos presos.

JUNTA COMERCIAL

Não obstante a exiguidade do tempo entre 21 de julho e 10 de outubro, não deixa de ser apreciável o movimento da JUNTA COMERCIAL, dirigida pelo secretário consultor jurídico, Dr. LÚCIO DE REZENDE. Naquele curto período, arquivaram-se contratos sociais com capital no valor de Cr$ 29.700.000,00. Registros de capitais de firmas individuais subiram a Cr$ 1.860.000,00. Emolumentos recolhidos ao Tesouro montaram a Cr$ 4.750,00, afóra as taxas na soma total de Cr$ 1.224,00.

DIRETORIA DOS SERVIÇOS TÉCNICOS

O movimento desta repartição de 21 de julho a 7 de outubro, consoante as informações escritas que recebí do seu diretor, Dr. JATYR PUCÚ DE AGUIAR, foi o seguinte: títulos definitivos expedidos, 8; área total dos terrenos titulados, 6.161.603,05 m2; guias expedidas 91; valor das mesmas, Cr$ 5.423,00; requerimentos para compra, 132; para arrendamento, 55.

DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL

Numerosas deficiências, tôdas explicáveis pela melindrosa situação financeira do Estado, apontam os informes que recebí do diretor Dr. ANTONIO ZACARIAS LINDOSO, relativamente às atividades da IMPRENSA OFICIAL, no rápido período do meu Govêrno. Fazendo um confronto da antiga prosperidade da IMPRENSA OFICIAL com o seu lastimável estado presente, observa o Dr. LINDOSO que êsse departamento público "é, presentemente, um pêso morto na balança econômica do Estado". Aludindo às condições de ruina das máquinas de linotipo, "das quais nada mais se pode exigir", propugna o Diretor uma reforma radical, acrescentando: "Possantes máquinas de confeccionar envelopes e costurar livros, de imprimir e de prensar, jazem no pavimento térreo do edifício, ocupando espaço e acumulando poeira". Fontes de tipo estafados pelo uso de muitos anos, permitindo apenas a composição, em parte, do DIÁRIO OFICIAL e, ainda assim, com o aspecto horrível que apresenta; a segurança do edifício sèriamente comprometida; calhas, condutores dágua, telhado e cáibros positivamente apodrecidos; sanitários sem os mais elementares requisitos de asseio e higiene — tôdos êsses males se conjugam para dar a impressão de que pela IMPRENSA OFICIAL andou o espírito da destruição a arrazar e esbarrondar tudo no paroxismo do seu vandalismo.

Para conservação de tais escombros, estipendia o Estado nada menos de 101 pessoas, que percebem, segundo a fôlha de setembro último, Cr$ 90.007,50.

Tratando de arrecadações da IMPRENSA OFICIAL, reporta-se o Dr. ZACARIAS LINDOSO a uma anomalia que precisa de ser considerada pelo Govêrno, além de outros casos em que o jovem titular demonstra o zêlo com que vem servindo no setor que lhe foi confiado.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO

Durante a minha administração enviei à ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO dezenove (19) mensagens, quase tôdas referentes à abertura de créditos que se tornaram necessários por esgotamento de verbas do orçamento, ou por imperativo de atender o Govêrno a reclamações de quem as fundava em direitos incontestá-

veis. A última dessas mensagens, com a data de 2 de outubro corrente, oferecia ao Legislativo um projeto-lei, criando na IMPRENSA OFICIAL o cargo de redator-chefe, diretamente subordinado ao gabinete do Diretor.

Foram igualmente sancionadas as seguintes leis:

19 de Julho — N.º 63 — ABRE crédito especial para ocorrer com as despesas decorrentes da DELEGAÇÃO ESTADUAL DO AMAZONAS ao XV CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES.

19 de Julho — N.º 64 — ABRE, no orçamento vigente, o crédito especial de Cr$ 180.000,00 para reconstrução de nove casas no Bairro do Matadouro e dá outras providências.

19 de Julho — N.º 65 — ABRE, no orçamento vigente, o crédito especial para a execução da Lei n.º 166, de 20-11-951.

19 de Julho — N.º 66 — REVOGA a Lei n.º 216, de 29 de de novembro de 1951.

24 de Julho — N.º 67 — DA' NOVA REDAÇÃO ao ítem II do art. 40 e ao art. 55 da Lei n.º 189, de 5 de janeiro de 1948.

24 de Julho — N.º 68 — ABRE, no orçamento vigente, o crédito especial de Cr$ 40.000,00, e dá outras providências.

24 de Julho — N.º 69 — CRIA cargos de Despachantes e dá outras providências.

28 de Julho — N.º 70 — ABRE, no orçamento vigente, o crédito especial de Cr$ 77.280,00, e dá outras providências.

28 de Julho — N.º 71 — ABRE, no orçamento vigente, o crédito especial de Cr$ 24.000,00, e dá outras providências.

31 de Julho — N.º 72 — ESTABELECE novo regime de pauta para a cobrança dos tributos devidos ao Estado e dá outras providências.

31 de Julho — N.º 73 — DÔA um terreno do Estado à POLÍCIA MILITAR.

31 de Julho — N.º 74 — ESTABELECE nova norma para cobrança de Vendas Mercantís e Consignações, e dá outras providências.

31 de Julho — N.º 75 — ABRE, no orçamento vigente, o crédito especial de Cr$ 2.750,00, para pagamento do adicional previsto pelo art. 50, da Constituição do Estado.

5 de Agôsto — N.º 76 — ABRE, no orçamento vigente o crédito especial de Cr$ 12.000,00, e dá outras providências.

5 de Agôsto — N.º 77 —ABRE, o crédito especial de Cr$ 5.155,00, e dá outras providências.

8 de Agôsto — N.º 78 —AUTORIZA a construção do prédio para instalação de repartição estadual, e dá outras providências.

8 de Agôsto — N.º 79 — EQUIPARA os proventos de aposentadoria de JOSE' TERÇO MENDES, aos vencimentos dos atuais Oficiais das Mesas de Rendas, e dá outras providências.

8 de Agôsto — N.º 80 — AUTORIZA o Poder Executivo a mandar pagar, do corrente mês em diante, todos os funcionários que percebam vencimentos inferiores a Cr$ 760,00 mensais, e dá outras providências.

8 de Agôsto — N.º 81 — ABRE o crédito especial de ..... Cr$ 15.000,00, e estabelece outras providências.

8 de Agôsto — N.º 82 — SUPLEMENTA, com a importância de Cr$ 100.000,00, a tabela n.º 24 do orçamento vigente.

8 de Agôsto — N.º 83 — AUTORIZA o Governador do Estado a indenizar o proprietário do Jornal FOLHA DO POVO, e dá outras providências.

8 de Agôsto — N.º 84 — DA' NOVA REDAÇÃO ao ítem II do art. 40 e ao art. 55, da Lei n.º 189, de 5 de Janeiro de 1948.

8 de Agôsto — N.º 85 — CRIA POSTOS FISCAIS e dá outras providências.

13 de Agôsto — N.º 86 — ABRE, no orçamento vigente, o crédito especial de Cr$ 8.040,00 e dá outras providências.

22 de Agôsto — N.º 87 — ABRE crédito especial de ..... Cr$ 438.633,60, e dá outras providências.

22 de Agôsto — N.º 88 — ABRE, no orçamento vigente, o crédito especial de Cr$ 59.361,00, e dá outras providências.

22 de Agôsto — N.º 89 — EQUIPARA as vantagens funcionais dos Inspetores de Rendas do Estado às do Perito Territorial, e dá outras providências.

22 de Agôsto — N.º 90 — ABRE, no orçamento vigente, o crédito especial de Cr$ 3.300,00, e dá outras providências.

22 de Agôsto — N.º 91 — DA' NOVA ORGANIZAÇÃO à Recebedoria de Rendas e outras providências.

12 de Setembro — N.º 92 — ABRE, no orçamento vigente, o crédito suplementar de Cr$ 52.797,60, como reforço a diversas verbas do orçamento vigente.

12 de Setembro — N.º 93 — ABRE, no orçamento vigente, o crédito especial de Cr$ 15.500,00, para pagamento de diárias ao Capitão reformado da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO, MANUEL DA CRUZ OLIVEIRA.

16 de Setembro — N.º 94 — ABRE o crédito especial para auxílio à Sociedade Amazonense dos Municípios.

16 de Setembro — N.º 95 — ABRE, no orçamento vigente, o crédito especial de Cr$ 21.806,60, para fazer face ao pagamento de fornecimentos feitos pela firma J. G. ARAUJO & CIA., à ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, referente ao exercício de 1949 - 1950.

16 de Setembro — N.º 96 — ABRE, no orçamento vigente, o crédito especial de Cr$ 43.200,00, para pagamento a seis (6) auxiliares de disciplina, contratados, do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS, à razão de Cr$ 600,00 mensais, referente ao corrente exercício. Tabela n.º 23.

16 de Setembro — N.º 97 — CONSIDERA de utilidade pública a Cruzada de Assistência aos Necessitados, passando a gozar dos direitos que por lei lhes competirem.

16 de Setembro — N.º 98 — ABRE, no orçamento vigente, o crédito especial de Cr$ 4.550,00, para pagamento da gratificação de magistério ao professor catedrático, aposentado, AGNELO BITTENCOURT, no período de junho a dezembro de 1951, à razão de Cr$ 650,00 mensais.

16 de Setembro — N.º 99 — ABRE, crédito especial para auxiliar a Delegação da Associação Atlética da FACULDADE DE DIREITO DO AMAZONAS.

20 de Setembro — N.º 100 — CONCEDE prêmio ao funcionário público do Estado que se aposentar contando mais de cinquenta (50) anos de serviço prestado ao Amazonas, os vencimentos e vantagens iguais aos do cargo imediatamente superior, constantes da Tabela orçamentária de sua repartição.

27 de Setembro — N.º 101 — RESTABELECE o cargo de Bibliotecário da Diretoria da BIBLIOTECA PÚBLICA, extinto pela Lei n.º 677, de 18 de agôsto de 1950.

27 de Setembro — N.º 102 — SUPLEMENTA diversas verbas do orçamento vigente, e dá outras providências.

27 de Setembro — N.º 103 — EQUIPARA os proventos de aposentadoria de PEDRO DA SILVA LIMA, aos vencimentos do atual Arquivista da Diretoria da FAZENDA PÚBLICA, e suplementa a respectiva verba do orçamento vigente.

27 de Setembro — N.º 104 — CONSIDERA de utilidade pública a Sociedade Beneficente dos Amigos do BAIRRO DE SÃO FRANCISCO.

2 de Outubro — N.º 105 — AUTORIZA o Estado do Amazonas a entrar em acôrdo com a União e com o Município de Manaus para a Constituição de uma sociedade anônima de economia mista, e dá outras providências.

7 de Outubro — N.º 106 — REGULA substituição de funcionários públicos.

9 de Outubro — N.º 107 — ABRE, no orçamento vigente, o crédito especial de Cr$ 39.000,00, para pagamento dos vencimentos do Advogado de Ofício da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO.

9 de Outubro — N.º 108 — SUPLEMENTA, com a importância de Cr$ 27.704,40, a verba 8.90.0 — Pessoal Fixo — Tabela n.º 34, e dá outras providências.

9 de Outubro — N.º 109 — FIXA o efetivo da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO, para o exercício de 1953.

A' frente da SECRETARIA GERAL DO ESTADO continúa o ilustrado Dr. JOÃO NOGUEIRA DA MATA, cujo zêlo e inexcedivel.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS

Atendendo aos constantes apêlos da população da cidade, aflita com a insuficiência no suprimento dágua, mobilizei todos os recursos ao alcance do Govêrno para remediar semelhante mal. Com relação a êsse serviço, expõe o seguinte o seu Diretor, Dr. SIMPLÍCIO RUBIM DE PINHO:

"Os serviços do S.E.S.P., na Usina de Bombeamento, com a montagem da nova bomba, vão sendo executados dentro do plano traçado, sendo de prever-se para breve a execução dêsse nova aparelhamento".

COMISSÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Expôs-me no seu relatório o sr. XENOFONTE ANTONY, diretor dêste departamento, que no rápido período da minha administração, não seria possível a adoção de novos planos de trabalho, alheios ao plano inicial. Os resultados, pois, obtidos até a data presente, sintetizam-se assim:

Rodovia BR 17 apresenta seus trabalhos sem solução de continuidade. No trecho inicial, até o PARQUE 10 DE NOVEMBRO, executam-se serviços de pavimentação em concreto, os quais devem estar concluidos até novembro próximo. Em rítmo acelerado, vão os trabalhos da rodovia BR 63, oferecendo já uma produção de vinte quilômetros desmatados. Como parte do plano rodoviário local, iniciou-se a pavimentação da estrada do Aleixo. Também tiveram início os serviços de construção da PONTE ALVARO MAIA, cujas fundações preparam-se à margem direita do igarapé da Cachoeirinha. O serviço de conservação de estradas, a cargo de um órgão especializado, é mantido paralelamente ao de construção das mesmas. Além da PONTE ALVARO MAIA construiram-se, no percurso da estrada BR 17, cinco pontilhões em material ARMCO. Acham-se em sua fase final as obras de remodelação do bairro de SÃO RAIMUNDO, devendo começar em breve o levantamento topográfico do bairro de CONSTANTINÓPOLIS.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO

Reina perfeita disciplina nesta corporação, sob o comando do coronel MANOEL CORRÊA DA SILVA.

O relatório que me foi presente assinala que "continúa a POLÍCIA MILITAR carecendo de equipamento e instrumental para a banda de música", acentuando igualmente a deficiência do seu gabinete de Odontologia, bem como o serviço da Saúde, devido êste ao atrazo dos duodécimos da verba de mateiral, os quais não foram satisfeitos nos derradeiros meses. Presentemente, o coman-

do da unidade, utilizando seus próprios recursos, trata de recuperar o gabinete odontológico.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

Funciona êste Departamento sem grandes embaraços, apesar das aperturas financeiras de que se ressentem todos os serviços estaduais.

Da verba MATERIAL DE CONSUMO, fixada em .... Cr$ 15.000,00, despenderam-se sòmente Cr$ 6.712,60 até julho e daí para diante Cr$ 2.430,00, havendo portanto um saldo de Cr$ 5.856,80.

De acôrdo com a lei 124 foram chamados ao serviço os funcinários desta repartição, que se achavam à disposição de outros departamentos.

Pela Secção de ESTATÍSTICA MILITAR, foram prestadas vinte (20) informações e remetidos ao I.B.G.E. trezentos e noventa e três (393) boletins de exportação estadual e inter-estadual.

Está respondendo pelo expediente do DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA o sr. LOURENÇO DEOCLÉCIO DE MELO.

DIRETORIA DO SERVIÇO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

Prossegue regularmente a execução dos trabalhos que lhe são atribuidos, sob a direção interina do sr. PÉRICLES DE TOLEDO. O serviço de expediente e contabilidade acha-se em perfeita ordem, havendo transitado pela Diretoria 483 documentos, entre os quais avultam requerimentos para classificação e inspeção de produtos agro-pecuários.

As verbas da repartição têm sido aplicadas com a maior parcimônia, limitando-se as despesas de expediente ao mínimo possível.

De 21 de julho a esta data, foram expedidas as seguintes guias: de inspeção de produtos, 251; de classificação, 211. Semelhantemente, expediram-se certificados: de inspeção, 250 e de classificação, 210. Os certificados de classificação se referem a produtos padronizados, sujeitos a uma lei federal.

Vêm sendo realizadas palestras nas rádio-emissoras locais como propaganda do cooperativismo.

do e do Município. O abastecimento de gêneros aos leprosários ANTONIO ALEIXO e BELISÁRIO PENA acha-se perfeitamente normalizado, como está restabelecida a assistência médica e dentária aos seus internados.

Sem descurar a assistência no interior do Estado, vae o DEPARTAMENTO DE SAÚDE cumprindo eficientemente as suas finalidades.

SERVIÇOS ELÉTRICOS DO ESTADO

O angustiante problema da energia elétrica em Manaus caminha para sua breve solução, conforme se verifica das seguintes informações prestadas ao Govêrno, as quais trazem a data de 15 de outubro em curso :

MOTORES DA JUMAR

Local de Montagem : Garage dos Bondes (Sub-Usina).

Obras já executadas : Fundações e assentamentos dos motores. Ajustagem dos eixos de manivelas e colocação do respectivo bloco de cilindros. Montagem de tôdas as tubulações das máquinas propriamente ditas. Ajustagem de tôdas as peças que restam agregar aos respectivos blocos.

Obras a executar : Assentamento das camisas de cilindros que se acha retardado pela falta das juntas de borracha para vedamento da câmara de refrigeração, juntas essas que já estão sendo esperadas do Rio de Janeiro há aproximadamente um mês. Colocação dos pistões com respectivas bielas, assentamento das cabeças de cilindros, tanque de concreto armado para água de refrigeração e respectiva torre de resfriamento, assim como a ligação dêsse conjunto por meio de tubulação às respectivas máquinas.
Conexão dos geradores aos motores e interligação à rêde de distribuição de energia.

Conclusão da Obra : E' de se notar que todo o material componente dêsse conjunto de motores já se encontra em Manaus, e que, apesar de ter havido um acidente em um dos geradores, por ocasião de seu desembarque, o dano ocasionado não foi de peores consequências sendo, por isso mesmo, reparado com possível brevidade.

Mesmo com a grande dificuldade que há no recebimento do Sul do País de material nacessário ao franco andamento da montagem, todos os esforços têm sido despendidos no sentido do mais acelerado rítmo de conclusão da obra, e espera-se, salvo imprevistos, êsse final até Dezembro próximo.

NOTA: Esta obra é de inteira responsabilidade dos vendedores (JUMAR), segundo as cláusulas contratuais de venda, cabendo-nos apenas a fiscalização que está sendo efetuada.

MOTORES DA WILSON SONS & CIA.

Local de montagem: Usina A — Anexa à Usina Central do Plano Inclinado.

Obras executadas: Já estão cocnluidas quase a totalidade das obras de construção civil de adaptação do edifício à montagem das novas máquinas, inclusive tôdas as fundações de concreto para o assentamento dos motores.

Obras a executar: Tanque de concreto armado para água de refrigeração e respectiva torre de resfriamento.

Montagem do motor que se acha em nosso parque, que se iniciará dentro de 15 dias.

Conclusão da obra: Êsse ponto apenas depende da chegada do restante do material procedente da Inglaterra, que consta ainda de um motor completo e os dois (2) geradores do grupo, para cuja montagem serão necessários aproximadamente 90 dias a partir do recebimento dos mesmos.

Podemos adiantar que, se ainda conseguissemos receber êste mês de outubro o restante do material, teríamos finalizado os nossos trabalhos até dezembro próximo.

CABOS CONDUTORES MARCA PIRELLI

(Para reforçamento das linhas)

Obras executadas: Já estão lançados na cidade os dois principais circuitos alimentadores de reforçamento. O primeiro, partindo da usina A, até o Alto de Nazaré, para beneficiar os bairros de

Boulevard Amazonas, Adrianópolis, Flores e circunviiznhos. O segundo, partindo também da usina A, até a Avenida Joaquim Nabuco, beneficiando todo o perímetro dessa rua até a Praça 14 de Janeiro. Já foram consumidos nos dois circuitos descritos, 7.800 metros de cabo de 800.000 CM, restando da compra 2.200 metros do mesmo cabo que será empregado no reforçamento dos circuitos da Sub-Usina ampliados com os motores da JUMAR.

Já foi feita a experiência do primeiro circuito descrito com sensíveis vantagens.

Obras a executar: Reforçamento dos circuitos dos bairros da Cachoeirinha até Adrianópolis onde serão empregados 2.200 metros de cabo de ..... 800.000 CM, 2.000 metros de cabo de 250.000 CM e 5.000 metros de cabo n.° 0.

Conclusão da obra: Salvo qualquer imprevisto, teremos essa obra concluida dentro de aproximadamente 60 dias, antes mesmo da conclusão da montagem dos motores que alimentarão os novos circuitos.

GABINETE DO GOVERNADOR

Resumo das despesas autorizadas pelo Governador mediante ofícios do Gabinete, no período de 21 de julho a 18 de outubro corrente:

	Cr$	Cr$
Pela verba Eventuais	373.701,50	
" " Pessoal Contratado.	48.550,00	
" " Despesas Diversas .	36.000,00	
Hospitalização de necessitados na Beneficente Portuguêsa ...	24.114,00	
Despesas pela verba Hóspedes Ilustres	79.472,60	
Pela verba Socorros Públicos ..	91.377,60	
Custeio de Matrículas e Auxílios a estudantes pobres	11.919,00	
Gratificação por serviços extraordinários	56.900,00	
Localização de agricultores pobres	24.900,40	745.935,10

Outras despesas provenientes de passagens aéreas e marítimas e hospitalizações na SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, ainda pendem de pagamento na Diretoria da Fazenda.

Expediram-se pelo GABINETE DO GOVERNADOR, de julho a outubro, 1.675 ofícios, 1.160 telegramas, 260 cartas e 390 cartões. Os atos lavrados pela SECRETARIA GERAL DO ESTADO resumiram-se em 162 decretos governativos e 153 portarias individuais.

SÊLOS ESTADUAIS

Recebí uma exposição minuciosa da incumbência de que foi investido o sr. ODRY CORRÊA, tesoureiro da FAZENDA PÚBLICA, ora na situação de adido, na qual relata êle as suas diligências no Rio de Janeiro para adquirir sêlos destinados àquele departamento. Nessa exposição, que é verdadeira prestação de contas perante o Govêrno, desfaz o sr. ODRY CORRÊA as insinuações malévolas que correram aqui a respeito do encargo que lhe foi dado, havendo já recolhido à Fazenda estadual os sêlos que realmente encomendou para esta e lá tiveram entrada, na quantidade e valor que se seguem :

Sêlos de Cr$ 1,00 — 500.000; de Cr$ 2,00 — 600.000; de Cr$ 5,00 — 200.000; de Cr$ 1,50 (taxas de assistência aos tuberculosos) 5.000.000; de Cr$ 1,00 (fundo do Montepio) 5.000.000. Pela confecção dêsses sêlos e taxas pagou o Estado Cr$ 250.955,00, correspondendo seu real valor a Cr$ 15.200.000,00. Tôdos êsses sêlos e taxas chegaram a Manaus pelo paquete CAMPOS SALES e deram entrada na Diretoria da Fazenda ontem, dezessete (17) de outubro.

CONCLUSÃO

Exmo. Sr. Governador ALVARO MAIA

Ao transmitir-me a administração do Estado em 21 de julho pretérito, V. Excia. pronunciou as seguintes palavras: "Não há motivos para desesperos. Vivemos horas de graves perturbações financeiras, mas teremos fôrças para vencê-las". Peço vênia a V. Excia. para subscrever integralmente êsse conceito, com que o seu claro espírito, sereno e confiante nos destinos do Amazonas, nos incute a fé robusta de vermos em breve transpostos

os dias cruéis e amargos que vamos atravessando. Para isso, entretanto, faz-se mister que quantos aqui mourejam, se unam para debelar, animosamente, a tormenta. Escuta-se em tôda a parte a palavra COMPREENSÃO, como um apêlo veemente à concórdia e à harmonia entre os homens que labutam na política. Entretanto, essa palavra permanece sem éco nas consciências. E' absolutamente necessário que tenhamos um só palinuro que nos norteie, e a quem não perturbemos na rota que êle traçar, criando-lhe embaraços com atitudes indesejáveis, com pequeninas rivalidades partidárias, com pretensões e ambições pessoais, que, sendo de si mesmas subalternas, concorrem para desacreditar nossa terra e empecer as grandes realizações que se impõem nesta época, caracterizada em tôdas as latitudes pelo labores febrís.

Êstes são os votos que expresso a V. Excia. ao restituir-lhe a governação amazonense, que V. Excia. tem sabido honrar com o seu nobre caráter, as suas tradições de honestidade e o seu formoso talento.

Saúdo a V. Excia.

Manaus, 18 de outubro de 1952

a) ALFREDO MARQUES DA SILVEIRA

III

EXPOSIÇÃO

ao Deputado ALFREDO MARQUES DA SILVEIRA, Presidente da ASSEMBLÈIA LEGISLATIVA e Governador, em exercício, de 23-VII — a 18-X de 1952, pelo Governador Constitucional, Dr. ALVARO MAIA.

Senhor Deputado ALFREDO MARQUES DA SILVEIRA :

Finda a licença, que me concedeu a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, afim de tratar de interêsses do Estado no sul do País, tenho o dever de reassumir, na forma constitucional, a direção da dministração pública, entregue a Vossa Excelência desde 23 de julho.

Na prestação de contas, nesse dia, aduzí as seguintes considerações, ao referir-me à ação, que Vossa Excelência poderia desenvolver, como, de resto, desenvolveu em três meses de govêrno :

"Afeito às lides administrativas nos setores municipais e estaduais, na direção de emprêsas no interior, conhece Vossa Èxcelência, em caráter prático, os problemas do Estado, resumíveis, neste momento, em fiscalização de rendas, propulsão às energias animadoras da produção, harmonia entre os poderes e departamentos administrativos, respeito às manifestações do pensamento, pelas várias formas em que se expande, justas ou injustas.

Homem público, bem se aprofunda Vossa Excelência nas dificuldades do nosso Estado, sujeito à crise mais premente dêstes últimos anos, atingindo o comércio, as indústrias, as finanças públicas".

O decréscimo das rendas, agravado exatamente nesse período, não motivou desânimos a quem se responsabilizara, por decorrência legal e política, pelo encaminhamento das cousas do Estado, em situação de tanta precariedade financeira.

Os predicamentos do homem do Interior, experimentado no desbravamento de seringais e nos comandos municipais, reafirmaram-se, em traços mais largos, nos problemas do Estado.

I I

CONFERÊNCIAS COM O CHEFE DA NAÇÃO

Em conferências com o eminente doutor GETULIO VARGAS, Chefe da Nação, expus a situação econômico-financeira do Amazonas, plenamente conhecida de Sua Excelência, e sintetizei nossas necessidades imediatas. O seu estudo pormenorizado fôra objeto de planificações pelos técnicos em 1951, e as providências poderiam ter execução depois de aprovado o projeto de Valorização Econômica da Amazônia, em curso na Câmara dos Deputados.

Alí se encontram os esquemas de base. Havia e há o imperativo de contornar as aperturas atuais, justificando o apêlo do govêrno, das classes conservadoras, do povo do Amazonas, afim de que, em seus postos de trabalho, tenham fôrças para resistir e esperar.

Além dos assuntos pleiteados, diretamente, nos Ministérios, solicitei a boa vontade do Senhor Presidente da República para os seguintes:

1) SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO

Atraso de pagamento do funcionalismo e de fornecimentos — encargos em geral; impostos a arrecadar, com a exportação dos produtos gravosos: — estimativa de Cr$ 12.000.000,00.

Necessidade de ser feita uma operação de crédito no Banco do Brasil, sob caução de parte das rendas, conforme a modalidade a ser estipulada. Há lei do Estado, autorizando a operação.

2) SERVIÇOS DE LUZ E ENERGIA ELÉTRICA

Estão sendo realizados com as verbas do Plano Salte, postas à disposição do Govêrno do Estado. Contrato de aquisição do material da "Jumar". Andamento da montagem dêsse material — sua capacidade. Chegada de um dos conjugados adquiridos na Inglaterra e início de montagem. As necessidades, que serão atendidas com êsse material, em relação ao fornecimento de luz e energia elétrica. Despesas com o posteamento e rede de distribuição, a correr por conta de novos recursos, entre êstes o da Lei n.º 1490-A, de 11 de dezembro de 1951. Conferência com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, sôbre a aquisição da grande usina de capacidade de 20.000 kw.

3) LIBERAÇÃO DAS VERBAS ASSISTENCIAIS E EDUCACIONAIS, ALGUMAS AINDA DO EXERCÍCIO DE 1950, REGISTRADAS EM "RESTOS A PAGAR"

Recursos para as obras de construção do prédio da Escola Agronômica. Dispensa de certas dificuldades de caráter burocrático, de modo a poder ser feito o seu recebimento dentro do menor prazo possível.

4) VERBAS DO PLANO DE VALORIZAÇÃO PARA 1951

Sendo êste o último exercício financeiro em que serão distribuidos recursos orçamentários do Plano para os Estados, é mister ser contemplado o Amazonas com uma cota maior, em relação aos anos anteriores. Foi o Estado mais prejudicado, pelo regime de distribuição dessas cotas, podendo ser verificado que Goiás, unidade parcialmente amazônica, obteve recursos elevados. O Amazonas, cujas dificuldades foram verificadas pelo Senhor Ministro da Agricultura e pelo Senhor Presidente da COFAP, quer lançar um programa de profundidade no campo do fomento agro-pecuário, programa que, instalada a Superintendência do Plano, possa ser por essa mantido e desenvolvido. Êsse programa está estimado em Cr$ 60.000.000,00, compreendendo:

a) Serviços federais, em cooperação com o Estado;
b) Serviços estaduais, supervisionados pelo Ministério da Agricultura;
c) Grande armazem frigorífico a ser montado pela Prefeitura da Capital, em cooperação com a COAP;
d) Montagem de uma invernada de gado nos arredores de Manaus, para remonta, repouso e seleção de gado destinado ao córte e do gado leiteiro, para garantir o abastecimento da Capital;
e) Programa de colonização dos Municípios, cedidas terras gratuitamente aos lavradores, à margem das estradas que estão sendo abertas em todo o Estado;
f) Montagem de uma usina de açucar na Colônia Nacional Agrícola, com a capacidade para vinte mil sacos anuais, pelo menos, e aproveitamento dos sub-produtos. Intensificação da lavoura canavieira;
g) Intensificação, com orientação técnica e assistência dos órgãos autorizados federais, e estaduais, da heveicultura, designadas, em cada Município, as áreas adequadas à plantação de seringueiras;
h) Aquisição de uma frota de pequenos barcos fluviais, que garantam o tráfego e o abastecimento das cidades principais e da Capital do Estado, inclusive, servindo tôda a sua zona rural, isto é, os paramás e rios, onde se desenvolve, em larga escala, a lavoura;
l) Aquisição de patrulhas mecanizadas para a execução do programa de Fomento Agrícola no Baixo-Amazonas, a cargo do Fomento Federal.

Essas são as principais linhas do programa a ser iniciado em 1953, com as dotações do Plano de Valorização da Amazônia, além dos recursos destinados aos empreendimentos de natureza assistencial e educacional, calculados em Cr$ 29.000.000,00.

5) SITUAÇÃO DIFICIL DA ASSISTÊNCIA A HANSENIANOS E TUBERCULOSOS

O Estado mantém dois leprosários, um sanatório para filhos de internados, todos indigentes, e recebe enfer-

mos procedentes de Territórios limítrofes e até de países vizinhos. Sustenta 1.500 doentes e 200 filhos dêsses enfermos.

Grave, também, é o probléma da tuberculose. Temos trinta e seis leitos, (Hospital de São Sebastião), pertencentes à Santa Casa de Misericórdia. O novo sanatório, construido há dois anos, pronto para funcionar, dispõe de 430 leitos, dependendo de verba.

6) LIBERAÇÃO DA VERBA DO INEP PARA ESCOLAS RURAIS

Há urgência de amparar crianças brasileiras no território nacional e nas fronteiras. E' necessário que o Ministério da Educação, pelo INEP, faculte ao Estado recursos legais para desenvolvimento do ensino, especialmente na orla fronteiriça.

7) EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS GRAVOSOS

O Govêrno conhece, através do longo memorial apresentado pelo Presidente da COFAP, a situação do Estado, em consequência da falta de exportação de seus produtos considerados gravosos. Não só a economia como as finanças estão gravemente sacrificadas. A Bancada Federal e as associações de classe já se dirigiram ao Govêrno, solicitando seja concedido excepcionalmente ao Amazonas o recurso da exportação compensada, ou o financiamento, pelo meio adequado, dos estoques existentes em Manaus e nos portos principais de embarque.

8) LINHA DE NAVEGAÇÃO RIO GRANDE-MANAUS

Urge o amparo do Govêrno Federal para que sejam estendidas até Manaus as lnhas de navegação do Loide Brasileiro e da Companhia Costeira, a título de experiência, pondo a praça do Rio Grande em contacto com o Norte.

* * *

Depositei em mão de Sua Excelência, o seguinte ofício:

"RIO DE JANEIRO, 30 de julho de 1952.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tendo sido promulgada, em data de 11 de dezembro de 1951, conforme publicação constante do DIÁRIO OFICIAL, edição de 19 do mesmo mês, a Lei n.° 1490-A, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) para auxílio às obras e instalações dos serviços de fôrça e luz da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas; venho atenciosamente solicitar a Vossa Excelência se digne determinar as providências necessárias ao cumprimento do disposto no art. 2.° da Lei mencionada.

O Govêrno do Estado do Amazonas, empenhado que se acha em resolver o angustioso problema da energia elétrica na capital do Estado, uma vez providenciado o depósito no Banco do Brasil S|A., Agência em Manaus, da importância aludida, enviará, imediatamente, ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, o plano de obras a serem executadas e relação dos equipamentos a serem adquiridos com êsses recursos especiais, para a necessária aprovação, da parte do referido Conselho, conforme assim determina o citado art. 2.°, da referida Lei n.° 1490-A.

A administração estadual, empregando recursos orçamentários, já adquiriu, e está montando, parte da maquinária de que necessitam os Serviços Elétricos do Estado, para fornecimento da energia necessária aos serviços de fôrça, luz e tração urbana da Capital. As verbas que lhe vem sendo atribuidas anualmente pelo Plano Salte são, porém, insuficientes, dado o preço altíssimo do material que vem sendo adquirido e o custo elevado da mão de obra.

Com as providências que o Govêrno Federal se digne determinar, para cumprimento da Lei n.° 1490-A, poderá ser adquirido todo o material da rede de distribuição, como posteamento e cabos de alta tensão, isoladores, etc., além do material rodante e trilhos necessários à renovação das linhas de bondes e mais equipamentos.

O Estado do Amazonas, que, neste setor de suas necessidades, como em outros, tem sempre contado com a boa vontade do Govêrno de V. Excia., espera

seja atendida a sua solicitação feita sob o imperativo da necessidade pública.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a V. Excia. os meus protestos de alta estima e aprêço".

III.

PRODUTOS GRAVOSOS

Iniciei a minha peregrinação pelo Amazonas, apelando para socorro, sem poder oferecer garantias para qualquer operação de maior vulto. O orçamento deficitário, acarretando tropeços no pagamento ao funcionalismo e aos fornecedores, sem permitir obras e melhoramentos, não possibilitando a caução de um imposto sequer, pelo cuidado de não gravar o futuro e mesmo pela segurança da proposta, surgiu como um obstáculo técnico a qualquer pedido.

O Govêrno Federal, sitiado por mil compromissos, firmára a deliberação, antes de tudo, de não conceder empréstimos precários para pagamento a funcionalismo, como já o fizera com outros Estados, firmando o princípio de que as administrações devem cingir-se às próprias arrecadações e despesas.

Os legislativos, em consequência talvez do movimento da renda, aumentaram e majoraram quadros funcionais, criaram novos departamentos e favores, além das possibilidades orçamentárias. Não se trata de procedimento isolado ao Amazonas, verificando-se o mesmo em várias unidades federativas e, assim, o Govêrno da União não pode ceder numerário para êsse fim, dificultado como está, com os seus próprios impasses, que não permitem o funcionamento de serviços essenciais ao povo.

Abriu-se, quanto ao Amazonas, uma válvula de esperança, que seria a movimentação dos produtos gravosos.

Dirigí-me ao Senhor Horácio Lafer, Ministro da Fazenda, e firmei as solicitações em três diretrizes:

a) liberação da essência de páu-rosa;
b) liberação de outros produtos gravosos;
c) concessão de um empréstimo de vinte milhões de cruzeiros (Cr$ 20.000.000,00), garantidos, em parte, pela incidência tributária sôbre êsses produtos.

A exportação da essência de páu-rosa já estava movimentada pelo Govêrno do Estado, pela Associação Comercial e pelo Consórcio: êstes mantinham, como seu representante no Rio de Janeiro, o Doutor Sócrates Bomfim.

Após entendimentos com o Senhor Ministro Horácio Lafer e Doutor Luiz Simões Lopes, então na Carteira de Exportação do Banco do Brasil, foi liberado o estoque de essência — medida definitivamente ultimada pelo novo diretor da referida Carteira, Doutor Coriolano de Góis.

I V

AINDA PRODUTOS GRAVOSOS

Faltavam os demais produtos gravosos. Dirigí a Dona Lucí Cardoso, Diretora da Fazenda Pública, o seguinte telegrama:

"Solicito envieis máxima urgência vg via telegráfica vg seguintes informações estatísticas bipts primeira estoques atuais sorva vg ucúquirana vg balata vg peles silvestres vg couros vg cumaruh vg timboh ptvg segunda preços atuais no mercado interno pt Essas informações vg de carater oficialvg destinam-se carteira exportação Banco Brasil para estudo possivel colocação êsses produtos gravosos pt Vinculação essência páu rosa jah resolvida pt Atenciosas saudações Alvaro Maia".

Recebí a seguinte resposta, para encaminhar à Carteira de Exportação:

"Estadual número 161 Atendendo solicitação telegráfica vossencia informo quantidade em estoque produtos regionais existentes praça Manaus em 26 agôsto corrente ano et respectivos preços atuais mercado interno bipts sorva quatrocentos e noventa e sete mil novecentos sessenta e um quilos a quatro cruzeiros vg balata ucuquirana duzentos et trinta et quatri mil quinhentos setenta e três quilos a cinco e oito cruzeiros vg massaranduba dezoito mil duzentos

e quinze quilos a quatro cruzeiros vg bloco de primeira vinte e dois mil trezentos e seis quilos a dezesseis cruzeiros vg peles de caetetú dezessete mil duzentos oitenta e oito unidades a vinte e quatro e trinta cruzeiros vg queixada treze mil duzentos e noventa e três unidades a vinte e vinte e oito cruzeiros vg capivara nove mil unidades a trinta e nove cruzeiros vg veado dezoito mil novecentos e dez quilos a dezessete e dezenove cruzeiros vg diversos oito mil e trezentas unidades a trinta cruzeiros mais ou menos vg cumaruh cinco mil e trezentos quilos a onze e doze cruzeiros vg copaíba nove mil quilos a catorze cruzeiros e timboh moído cento e cinquenta mil quilos a cinco cruzeiros pt Atenciosas saudações Lucy Cardoso Diretora Fazenda exercício".

A liberação dessa segunda parte já obteve parecer favorável da Carteira de Exportação.

Acompanhado pelos Doutores Sócrates Bomfim, Firmo Dutra e industrial Jacob Sabbá, conferenciei com o Doutor Coriolano de Góis, Presidente da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil. Já formulára solicitação ao Doutor Simões Lopes, que prometeu atender ao Amazonas, quanto à segunda relação de produtos gravosos, excetuando o páu-rosa, já liberado.

O Senhor Jacob Sabbá sintetizou os objetivos da entrevista no seguinte memorial, confirmando os planos já elaborados pelo govêrno estadual :

"CASTANHA : Foi autorizada a compensação para as castanhas descascadas num total avultado. Ja no fim do ano passado foi também concedida a compensação para os saldos dêsse produto, não tendo sido atribuida cota alguma ao Estado do Amazonas. Pessoalmente apresentei uma reclamação em nome da Associação Comercial do Amazonas, sem nenhum resultado prático.

A produção da castanha se escoa quase que exclusivamente pelos portos de Belém e Manaus.

Seria áto de justiça que uma parcela do montante estabelecido fôsse atribuida à praça de Manaus, visto ter ficado retida nos altos rios do Amazonas, pelo abaixamento prematuro das águas, quantidade

equivalente a Cr$ 12.000.000,00 ou, mais ou menos US$ 600.000,00.

PIASSAVA : A safra que terminou deixou uma disponibilidade de 800.000 quilos estocados em Manaus e nos centros de produção do Rio Negro. Em novembro se inicia a nova safra, estimada em ..... 1.500.000 quilos. A principal produção do Rio Negro é piassava, única região aliás em que é encontrada essa fibra em tôda a Amazônia. O Rio Negro, que já é uma região das mais pobres de tôda a Amazônia, se ressente da falta de exportação do seu principal produto. O mercado internacional está se suprindo de fibras similares originárias da África, de preço inferior em 40%.

SORVA E CHICLETS : Produção paralizada por desinterêsse dos mercados consumidores, no tocante a preços. De fato o mercado americano está se abastecendo na vizinha república do Perú, aonde existe câmbio livre. Existem no Estado do Amazonas ..... 1.200.000 quilos de sorva e umas 180 toneladas de chiclets, cuja colocação é difícil pois os níveis de preços atuais no mercado americano, que é aliás o único comprador, representam mais ou menos uns 50% dos nossos custos de produção.

UCUQUIRANA : Produção retida cêrca de 320 toneladas. Trata-se de um produto usado na manufatura de correias de transmissão e impermeabilizantes, que, por motivos de ordem técnica, ainda é industrializada no País. E' facilmente substituido pela borracha, sempre que esta matéria prima cai de preço. Como é sabido, a borracha estrangeira teve o seu preço sensivelmente reduzido e vale hoje menos de 1|3 do que a de produção nacional. Daí o encalhe. Seria necessário um ágio mínimo de 50% para conseguir-se o escoamento.

PELES DE ANIMAIS SILVESTRES: Acham-se retidas no interior do Estado e na capital, aproximadamente umas 300 toneladas de peles de caitetús, queixadas, veados, maracajás, ariranhas, lontras, etc., em conseqüência da enorme redução de preços havida no início dêste ano, nas cotações dos mercados internacionais. As peles produzidas na região do Javarí têm passado para Iquitos, adquiridas por embarca-

ções peruanas, de pequena tonelagem e dalí são exportadas como produto peruano no câmbio livre. Para normalização dêste negócio, faz-se imprescindível um prêmio nunca inferior a 40%, com o que se conseguiria o nivelamento dos nossos preços com os vigorantes nos mercados internacionais.

BÁLSAMO DE COPAÍBA — Produção igualmente paralizada em virtude da baixa sensível havida no mercado internacional. Os estoques retidos nos centros de produção e nos portos de exportação são calculados em cêrca de 85 toneladas. A cotação de alguns meses atrás era ds US$ 1,20 a lb. pêso fob e agora é de 70 c. Acreditamos que um prêmio de 45% seja necessário para a normalização dessa produção.

JUTA : Acresce que cêrca de 9.000 toneladas de juta de produção amazonense estão igualmente estocadas nos portos de embarque por falta de interêsse dos compradores nacionais, já que êste produto tem o seu mercado no próprio país. A nova safra começa em dezembro e ainda que o Banco do Brasil promova a compra, conforme foi anunciado, não produzirá receita para o Estado se continuar retida.

Os reflexos desta situação estão se fazendo sentir de maneira alarmante na situação político-administrativa do Estado do Amazonas. O Estado vive em função de arrecadação de tributos. A retenção forçada de estoques e a impossibilidade de se fazerem novas produções está paralizando a vida do Estado. O Govêrno em dificuldade para pagar o funcionalismo e os fornecedores e o comércio em situação de insolvência. Pode-se, sem exagêro, afirmar que 95% das emprêsas comerciais e industriais do Estado caminham para a falência.

E' um paradoxo constatar-se o quanto o Govêrno Federal tem se devotado por soerguer a Amazônia e ela se encontra mais empobrecida do que antes.

As causas bem as conhecemos, mas revelá-las requereria uma exposição à parte. O que se pede em nome das classes produtoras, com o apoio do Govêrno do Estado, é uma solução urgente para o caso dos "gravosos", permitindo o rápido escoamento dos estoques existentes, bem como a continuação das atividades costumeiras em relação à produção dêsses mesmos produtos.

O Doutor Sócrates Bomfim expôs as aperturas da indústria madereira. Assessoriado por dois técnicos, o Doutor Coriolano de Góis prometeu solucionar o caso.

O Doutor Firmo Dutra ficou encarregado de acompanhar o seu desenvolvimento, em ligação com o Govêrno do Estado e a Associação Comercial, na parte referente à estatística e à movimentação junto à Carteira de Exportação.

Prendem-se as licenças aos estoques existentes em Manaus e no interior do Amazonas.

V

AUXÍLIO AO ESTADO

Após nova conferência com o Senhor Horácio Lafer, encaminhei a Sua Excelência um ofício, solicitando o auxílio de Cr$ 20.000.000,00, para cobrir as dificuldades atuais do orçamento.

"Rio de Janeiro, 20 de agôsto de 1952.

Senhor Ministro:

Venho solicitar a Vossa Excelência, em aditamento à exposição verbal, com que me honrou e em que tive oportunidade de sintetizar a situação angustiosa do Estado do Amazonas, lhe empreste apoio e aprove uma operação financeira, da melhor forma a ser estudada, no sentido de amparar-lhe o povo e a administração, em problemas essenciais à sobrevivência.

2. Essa operação de crédito foi autorizada ao Govêrno Estadual, de acôrdo com o art. 37, XII, da Constituição do Amazonas, pela Lei n.° 127, de 17 de julho de 1952, e a aplicação das importâncias dependerá de Mensagem à Assembléia Legislativa.

3. A precitada Lei estadual n.° 127, de 17 de julho de 1952, estabelece, nos arts. 3.°, 4.°, 5.° e 6.° as bases da operação e a sua forma de resgate.

4. A Diretoria da Fazenda Pública fixou a arrecadação para 1953 em Cr$ 120.000.000,00 e a despesa no total de Cr$ 146.399.979,10, decorrendo um **deficit** de Cr$ 26.399.979,10; o **deficit** para o presente

exercício de 1952 foi calculado em Cr$ 40.713.040,80. Verifica-se, assim, uma economia de ..... Cr$ 14.313.061,90, tendendo a relativo equilíbrio, apesar das dificuldades, em futuros exercícios.

5. O Govêrno do Estado pagou integralmente o funcionalismo em 1951, o que não conseguiu, entretanto, quanto aos fornecedores para as obras assistenciais e serviços de água e energia elétrica.

6. Cresceram as dificuldades, entretanto, no ano corrente, devido à retenção dos produtos exportáveis — providência que o Govêrno Federal determinou, quanto à essência de páu-rosa, tendo ficado para licenciamento posterior os demais produtos.

7. Avolumam-se, entretanto, as aperturas do Estado, cujo Govêrno necessita enfrentar, com urgência, dificuldades imediatas, improteláveis na sua solução — pagamento a fornecedores para 1.500 hansenianos indigentes, internados em dois leprosários, e as de combustível para água e energia elétrica, a par de compromissos intransferíveis, inadiáveis ao próprio funcionamento administrativo.

8. O Excelentíssimo Senhor Doutor GETÚLIO VARGAS, eminente Chefe da Nação, conhece o Amazonas e a Amazônia : tem manifestado, por várias vezes, patriótico interêsse pelo seu desenvolvimento. Conhece-a Vossa Excelência através de observações seguras.

Discutem-se leis de amparo à imensa região, dependentes de aprovação na Câmara dos Deputados, que lhe impulsionarão as fontes de renda, movimentando-lhe as grandes reservas.

Tardarão ainda, entretanto, seus efeitos e a modesta operação de crédito, ora pleiteada, no total de vinte milhões de cruzeiros (Cr$ 20.000.000,00), é um auxílio no duro transe imposto ao Amazonas, afim de que o seu povo tenha resistência para esperar e permanecer em seus postos de trabalho, nas cidades e nas florestas.

9. Anexando dois exemplares do "Diário Oficial" do Amazons, — um com a publicação da Lei n.º 127, de 17 de julho dêste ano, que autoriza a operação financeira, aqui sugerida, e outro com a proposta orçamentária para 1953, sirvo-me da oportuni-

dade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração".

Após a tramitação pelos órgãos técnicos, e em face à falta de garantias imediatas, irrealizáveis por um devedor em crise, opinou o senhor Ministro Horácio Lafer ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República,, em data de 3 de setembro, que se auxiliasse o Estado com dez milhões de cruzeiros (Cr$ 10.000.000,00).

Recebí, em Carteira do Banco do Brasil, essa importância, pelo cheque n.º 1|2-47|369-344, de 6 de setembro.

V I

INDÚSTRIA MADEIREIRA

Defendí, tambem, quanto possível, atendendo a um apêlo dos exportadores, a indústria madeireira em nossa Estado.

Reforçando entendimentos verbais, dirigí ao Diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, o ofício aqui transcrito:

"Rio de Janeiro, 27 de agôsto de 1952.

Senhor Diretor da Carteira de Exportação e Importação.

BANCO DO BRASIL.

Venho novamente agradecer a V. Excia. as decisões relativas à vinculação, em caráter excecional, de óleo de páú-rosa e madeiras, assuntos que tão de perto interessam à economia do Estado do Amazonas.

Sôbre a vinculação do saldo da safra de óleo de páu-rosa de 1951, já anteriormente me dirigí a V. Excia, salientando o quanto ela é importante para o Amazonas, particularmente atendendo ao propósito e esfôrço dos produtores pelo reequipamento e racionalização dessa indústria. Quero, por isso, felicitar V. Excia. pelo acêrto dessa decisão de amparar a atual e difícil situação comercial do óleo de páu-rosa, com o que V. Excia. prestou à economia amazônica um grande benefício.

Com relação às madeiras, porém, penso que, na fórmula adotada há esquecimento dos produtores do Amazonas, pois sómente considerou, como objeto

de compensação, o pinho do sul do Brasil e suas manufaturas excluindo, portanto, dessa proteção as madeiras do norte.

Devo salientar a V. Excia. a repercussão dessa notícia entre os serradores e exportadores de madeiras do Estado do Amazonas, que assim se vêem despojados de suas mais legítimas esperanças, no reajustamento de sua precária situação econômica e financeira.

A indústria madeireira do Amazonas tem custos de produção muito mais elevados que o pinho do Paraná e é executada em condições particularmente penosas, bastando dizer a V. Excia. que o aguano ou mogno, serrado em Manaus, é extraído e transportado de três a quatro mil quilômetros de distânâcia. A indústria madeireira do sul tem suprimentos mais próximos, melhor aparelhagem e assistência financeira mais facil. Como dar, então, ao pinho do sul os benefícios da compensação e negá-los aos serradores do Amazonas, que trabalham em condições de vida, de operação e de rendimento incomparavelmente piores?

Os serradores do Amazonas têm retido, em Manaus e Itacoatiara, estoques consideráveis, que não conseguirão vender sem o auxílio da compensação. Espero, por isso, que V. Excia. lhes conceda o mesmo tratamento dispensado aos produtores de pinho, retificando assim os efeitos de uma decisão, que sei incompatível com o elevado espírito público de V, Excia.

A situação econômica do Estado do Amazonas é tão difícil que temos de apelar para as altas autoridades financeiras do país afim de que nos ajudem a fazer face à dificil conjuntura atual. E' o que faço neste momento, em defesa dos interêsses do meu Estado. Acrescento que pelo mérito da causa ou, quando mais não seja, por equidade, deve a produção madeireira do Amazonas ser contemplada, em igualdade de condições, nas vinculações concedidas aos exportadores de pinho.

Certo de que o eminente patrício dará acolhida favorável à justa pretensão dos madeireiros do Amazonas, apresento-lhe as minhas cordiais saudações".

V I I

CARTA GEOGRÁFICA DO ESTADO

Ressente-se o Amazonas da falta de uma carta geográfica: os derradeiros exemplares, decorrentes da impressão no período administrativo Efigênio Sales, já não resistem a um simples manuseio.

Compareci ao Instituto de Geografia e Estatística e, após os entendimentos com o professor José Veríssimo e coronel solicitei uma proposta de orçamento para a impressão de 5.000 exemplares, pelo Departamento de Cartografia do Instituto.

Os 5.000 exemplares, cuja impressão durará seis meses, custarão Cr$ 148.090,00; êsse serviço, inadiável até para as escolas, exige o pagamento da metade na assinatura do contrato e o restante no ato da entrega.

V I I I

SERVIÇOS TELEFÔNICOS

A Associação Comercial e outros departamentos têm apresentado reclamações contra os serviços telefônicos: o senhor José Silveira Pinto, fiscal do Govêrno, oficiou à emprêsa sôbre a irregularidade dos serviços.

Comparecí à sede da Ericsson do Brasil e conferenciei com os senhores P. Pickwell e W. Hantif, respectivamente seu diretor-presidente e diretor.

Asseguraram que um técnico deverá estar em Manaus dentro de 60 dias, afim de impulsionar o funcionamento das novas baterias, que permitirá energia para ligação até 2.000 aparelhos.

Estão ligados presentemente 1.750. Essas novas ligações dependem de material, cuja licença de importação já foi solicitada.

A carência de energia tem dificultado o funcionamento perfeito dos telefones, mas, pelo novo "Grupo Diesel", instalado em agôsto, serão melhorados os serviços da Ericsson do Brasil no Amazonas.

IX

ESTAMPILHAS DO ESTADO

O Doutor Filinto Epitácio Maia, Diretor da Casa da Moeda, explicou-me as razões da demora com a impressão das estampilhas encomendadas pelo Estado, autorizada por lei especial.

A Casa da Moeda está assoberbada de trabalho, tanto de encomendas da União como dos Estados.

Certa quantidade de estampilhas foi remetida para Manaus por avião da Cruzeiro do Sul; a restante, em caixotes, acaba de chegar a esta capital pelo "Campos Sales", do Loide Brasileiro, em caixa forte, gratuitamente, por gentileza daquele alto serventuário da Nação.

Recebi, a êsse respeito, o seguinte ofício:

"Rio de Janeiro, 28 de agôsto de 1952.
Do diretor da Casa da Moeda
Ao Governador do Estado do Amazonas
Assunto — Confecção de selos
Senhor Governador:

Informo que a Tesouraria desta Repartição recebeu a importância de Cr$ 250.955,00 (duzentos e cinquenta mil novecentos e cinquenta e cinco cruzeiros), relativo ao custo da confecção dos selos que êsse Estado encomendou por intermédio do seu representante Senhor ODRY DE ARAUJO CORRÊA, comunicando a V. S. que os referidos valores sòmente agora ficaram prontos em virtude do grande acúmulo de serviço desta Repartição.

Sem outro motivo, aproveito o ensejo para apresentar a V. S. os nosos protestos de estima e aprêço.

a) F. Epitácio Maia, Diretor".

X

AEROPORTO DA PONTA PELADA

O Coronel Jussáro Fausto e Souza, Chefe do Departamento de Engenharia do Ministério da Aeronáutica, e a essa entrevista esteve presente o Doutor Trajano Men-

des, engenheiro encarregado das obras de Manaus, teve a gentileza de esclarecer o andamento das obras da Ponta Pelada.

Já se encontram em Manaus as máquinas pesadas. Demora, entretanto, a encomenda de asfalto, carregado em Trinidad e transportado em cargueiro sueco para Manaus.

Serão iniciadas as obras dentro em breves dias, sem excluir a estação de passageiros.

Completada a pista, poderemos ter aviões de grande porte, talvez no começo do ano entrante. Não houve propósito de protelar os trabalhos, pelos quais se interessa o Ministério da Aeronáutica. Surgiram inúmeras dificuldades, inclusivè de cambiais para a importação do asfalto.

X I

CAMPANHA CONTRA A MALÁRIA

O Departamento de Malária, entregue à sábia orientação do Doutor Mario Pinotti, autorizou no ano corrente, a instalação da Delegacia autônoma em Manaus, chefiada pelo Doutor Ney Lacerda.

Foi consignada uma verba especial de quinze milhões de cruzeiros (Cr$ 15.000.000,00) para intensificação da campanha em todo o território amazonense. Será mais uma grande conquista para a saúde da nosa população. Ultimado o novo plano, com a cobertura precisa, a malária poderá deixar de ser um problema de saúde pública no Amazonas.

A Delegacia aumentará a sua frota de proteção nos municípios, dotados de postos volantes para melhor amparo dos nossos trabalhadores do Interior.

X I I

CAIXA DE CRÉDITO DA PESCA

Procurando amparar os nossos pescadores, que trabalham atualmente em sistema obsoleto, por falta de auxílio direto, ainda em processos prejudiciais à fauna, estive com o Doutor Jorge Duque Estrada, Diretor do Servi-

ço de Pesca, em companhia do Doutor Justino Melo, Chefe no Amazonas, por mais de dez anos.

Funcionará em breve, talvez no ano corrente, a Caixa de Crédito da Pesca, que cederá aos pescadores, mediante pagamento em prestações módicas, motores, linhas, anzóis; instalará também uma cooperativa para os homens dos nossos rios. Com a ampliação o frigorífico passará a fornecer oito mil quilos de gêlo, diariamente, em vez de dois mil e quinhentos.

Alvitrou-se também o aproveitamento do material hospitalar para um ambulatório, que funcionará em Manaus.

Inaugurar-se-á, assim, uma nova fase que ocasionará também a defesa dos peixes e tartarugas, pela aplicação melhor do Código de Caça e Pesca.

XIII

LINHA DE NAVEGAÇÃO RIO GRANDE-AMAZONAS

Figurava, entre as aspirações das classes conservadoras, uma linha de navegação entre o Rio Grande do Sul e o Amazonas, afim de abrir, novos mercados e permitir melhor saída dos nossos produtos.

A Comissão de Marinha Mercante autorizou o funcionamento permanente dessa nova linha, pela Companhia Costeira.

XIV

COOPERATIVA DE COTIA

A Cooperativa de Cotia é dirigida, no Rio de Janeiro, pelo senhor Flávio Brito, natural dêste Estado. O ativo gerente da maior cooperativa da América do Sul, em obediência a uma oferta do presidente dêsse órgão, pôs dois agrônomos japoneses à disposição do Govêrno do Amazonas, sem onus para os cofres públicos, afim de estudarem as condições das nossas terras para o plantio de batatas, cujas sementes também ofereceu gratuitamente.

Dirigí, a êsse respeito, um telegrama aos doutores Waldemar Cardoso, Admar Thury e Vicente Rangel, chefes do Fomento Federal, Estadual e Colônia Agrícola.

XV

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Ficaram suspensas, desde 1951 até esta data, as obras de nossas escolas rurais.

Graças à boa vontade do Ministro Simões Filho e do doutor Anísio Teixeira, ficaram resolvidos os impasses entre o Estado e o Ministério da Educação, motivados pela execução dos planos anteriores.

Assinei, a 16 de setembro, após longas articulações, três termos de acôrdo:

a) consolidação dos convênios celebrados, entre o Ministério da Educação e o Govêrno do Amazonas, em 23 de dezembro de 1946, 23 de dezembro de 1947, 29 de dezembro de 1947 e 10 de novembro de 1948, em virtude dos quais se concederam ao Govêrno do Estado os auxílios de Cr$ 1.400.000,00, Cr$ 2.400.000,00, Cr$ 600.000,00 e Cr$ 2.700.000,00, respectivamente, para a construção do total de 123 escolas rurais;

b) cancelamento do têrmo de acôrdo especial, firmado entre o Ministério da Educação e o Govêrno do Estado do Amazonas, em 30 de agôsto de 1948, para a construção de uma escola normal rural em Itacoatiara;

c) cancelamento do compromisso assumido pelo Govêrno do Estado, em acôrdo especial celebrado a 10 de novembro de 1948, para a construção do grupo escolar de Manacapurú e de mais três grupos escolares, à razão de Cr$ 250.000,00 cada um.

* * *

A transcrição dos novos termos do acôrdo, firmado a 16 de setembro, elucida o que poderá levar o Amazonas, com a aplicação rigorosa das plantas, devidamente encaminhadas ao Departamento de Educação e Cultura. Deverá ser assinado, ainda êste mês, um quarto têrmo de acôrdo, contendo novos auxílios, inclusivè para a aquisição de mobiliário escolar.

Transcrevo o ofício que dirigí ao doutor Anísio Teixeira e os acôrdos firmados com o INEP:

"Rio de Janeiro, 27 de agôsto de 1952.

Senhor Diretor do Instituto nacional de Estudos Pedagógicos:

Venho solicitar-vos, de acôrdo com o entendimento em vosso gabinete de trabalho, um reexame da situação entre o Govêrdo do Estado do Amazonas e o INEP, na parte relativa às construções de escolas primárias e escolas normais rurais.

2. O Estado do Amazonas demonstra um grande esfôrço no setor educacional: o receita orçamentária, prevista para 1952, é de Cr$ 92.274.100,00, da qual se dispende a importância de Cr$ 18.492.000,00 em necessidades educacionais, ou sejam mais de 20% de sua receita com o ensino.

3. As matrículas, nas escolas da Capital e do Interior, ultrapassaram as de 1951, mas as escolas, deficientes e esparsas em um território imenso, não cobriram as necessidades da população infantil.

4. Impõe-se, desde logo, e após o levantamento de quadros estatísticos, o reinício de um programa de construção da séde própria para as escolas do Interior, sem excluir as sédes municipiais e o melhoramento dos grupos escolares das capitais, em número de 18, além de 6 escolas isoladas.

5. Foram assinados quatro Acordos Especiais entre o INEP e o Estado do Amazonas para a construção de escolas primárias, além de mais dois Acordos para a construção de três grupos escolares, uma escola normal rural em Itacoatiara e equipamento para 28 escolas primárias rurais.

6. O doutor Murilo Braga, então diretor do INEP, dirigiu, a 16 de abril de 1951, pormenorizado ofício ao Diretor do Departamento de Educação e Cultura do Estado do Amazonas, que foi respondido a 10 de maio do mesmo ano.

7. Esteve no Amazonas, em março de 1951, apresentado pelo falecido doutor Murilo Braga, o senhor Paulo Duarte, Técnico do INEP, que levou a documentação das verbas recebidas.

8. Foram construidas 48 escolas rurais em todo o território do Estado, incluindo um grupo em Manacapurú; êsses prédios excetuando os de Silves, Ita-

coatiara e Três Casas (Humaitá) não se encontram em boa conservação. Um foi arrastado pela terra caída (Urucurituba).

9. O Diretor do Departamento de Educação e Cultura, face às dificuldades na verificação de certas construções de escolas rurais, alvitrou a nomeação de uma comissão, afim de que esclarecesse a aplicação das mesmas verbas.

10. O material empregado, na maior parte dos prédios escolares, não resistiu às invernadas. Precisam êsses prédios de imediata reforma e pintura, sob pena de desabamento.

11. A mão de obra e os materiais de construção alteram-se astronomicamente no Amazonas, exigindo majoração de 80% aos preços dos anos passados.

12. Isto pôsto, e anexando vários documentos, para comprovação do que solicíta, o Govêrno do Estado do Amazonas submete à consideração do INEP as seguintes bases para a assinatura de novo convênio:

a) auxílio para a adaptação e ampliação da Escola Normal de Itacoatiara — Cr$ 250.000,00;
b) auxílio a Dom Pedro Massa, para a Escola Profissional Primária de Tapurucuara — ..... Cr$ 500.000,00;
c) auxílio para a construção dos três grupos escolares — Cr$ 700.000,00;
d) auxílio para a construção de dois grupos escolares em Manaus — Cr$ 700.000,00;
e) auxílio para a construção de 60 escolas primárias rurais a Cr$ 80.000,00 — Cr$ 4.800.000,00;
f) reparos de prédios escolares rurais — ..... Cr$ 500.000,00;
g) reparos de grupos rurais — Cr$ 100.000,00;
h) mobiliário — Cr$ 800.000,00;
i) auxílio ao Ginásio de Maués — Cr$ 300.000,00;
j) Escola Normal Rural de Tefé — Cr$ 250.000,00.

13. Precaríssimo é o mobiliário das escolas, na Capital e no Interior do Estado. Mesmo sacrificando dez escolas rurais, à base de Cr$ 80.000,00 por unidade, valioso auxílio seria prestado ao Amazonas, com a aquisição de carteiras escolares.

14. Certo da aquiescência à solicitação de um Estado de grande território e grandes dificuldades, com uma população que, nos seus anseios, apéla para a assistência à sua juventude, apresento-vos os meus protestos de alta estima e consideração.

"DOCUMENTOS ANEXOS:

1 — Carta do doutor Murilo Braga ao Governador do Amazonas.
2 — Ofício do Dr. Murilo Braga ao Diretor do Departamento de Educação e Cultura.
3 — Ofício do Diretor do Departamento de Educação e Cultura ao doutor Murilo Braga.
4 — Ofício do Assistente Técnico ao Diretor do Departamento de Educação e Cultura.
5 — Aplicação das verbas do orçamento do Amazonas em Educação e Cultura (1952).
6 — Acôrdos assinados com o INEP.
7 — Balanço das construções (apresentado pelo INEP.
8 — Ofício da Diretoria da Escola Normal Rural de Coarí.
9 — Fotografias de escolas rurais do Interior do Amazonas.
10 — Relatório do Diretor do Departamento de Educação e Cultura do Amazonas.

CONVÊNIOS ASSINADOS

1) — "TÊRMO DE Acôrdo Especial celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Govêrno do Estado do Amazonas, visando a consolidação dos Acôrdos especiais firmados para a construção de escolas primárias rurais, na forma abaixo:

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, presentes, no Gabinete do Ministro da Educação e Saúde, o respectivo titular doutor Ernesto Simões Filho e o senhor doutor Alvaro Maia, Governador do Estado do Amametro três mil cento e trinta e um, de mil novecentos e cinquenta e dois, do protocolo do Instituto Nacional

de Estudos Pedagógicos, foi firmado o presente têrmo de Acôrdo Especial, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

Ficam consolidados, dentro do presente Acôrdo, os convênios celebrados, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Govêrno do Estado do Amazonas, em 23 de dezembro de 1946, 23 de dezembro de 1947 29 de dezembro de 1947 e 10 de novembro de 1948, em virtude dos quais se concederam ao Govêrno do Estado os auxílios de Cr$ 1.400.00,00, Cr$ 2.400.00,00, Cr$ 600.000,00 e Cr$ 2.700.000,00 respectivamente, para as construções no total de 123 escolas primárias rurais.

Cláusula Segunda

O Ministério da Educação e Saúde considera a importância de Cr$ 3.833.332,00, já transferida ao Estado à conta dos recursos previstos na cláusula anterior, como aplicada na construção de 48 prédios escolares dos 123 programados nos convênios ora consolidados.

Cláusula Terceira

O Ministério da Educação e Saúde concederá ao Govêrno do Estado do Amazonas o auxílio de ..... Cr$ 1.840.000,00 (um milhão oitocentos e quarenta mil cruzeiros), destinado à construção de 23 (vinte e três) escólas primárias rurais, à razão de Cr$ 80.000,00 para cada uma.

Cláusula Quarta

O novo auxílio previsto na cláusula anterior será posto à disposição do Govêrno do Estado ,em três parcelas iguais, à medida que as obras fôrem progredindo a critério do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Cláusula Quinta

Na execução do presente Acôrdo prevalecem as demais cláusulas gerais estabelecidas nos convênios ora consolidados.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1952.

aa) E. SIMÕES FILHO
ALVARO BOTELHO MAIA.

TÊRMO DE ACORDO ESPECIAL celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Govêrno do Estado do Amazonas, dispondo sôbre a concessão de auxílios para diversas obras escolares na forma abaixo:

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, presentes, no Gabinete do Ministro da Educação e Saúde, o respectivo titular Doutor Ernesto Simões Filho e o Senhor Doutor Alvaro Botelho Maia, Governador do Estado do Amazonas, tendo em vista o que consta do processo número três mil cento e trinta e um, de mil novecentos e cinquenta e dois, do protocolo do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, foi firmado o presente têrmo de Acôrdo Especial, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

Fica definitivamente cancelado o têrmo de Acôrdo Especial firmado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Govêrno do Estado do Amazonas, em 30 de agôsto de 1948, para a construção de uma escola normal rural no Município de Itacoatiara.

Cláusula Segunda

O Ministério da Educação e Saúde concederá ao Govêrno do Estado do Amazonas o auxílio total de Cr$ 2.026.668,00 (dois milhões vinte e seis mil seiscentos e sessenta e oito cruzeiros), destinado a atender às seguintes obras:

a) Reconstrução de prédios escolares de ensino primário Cr5 726.668,00.

b) Adaptação e ampliação da escola normal rural anexa ao Colégio das Dorotéias, de Itacoatiara Cr$ 500.000,00.

c) Adaptação e ampliação de um estabelecimento de ensino normal em Maués ..... Cr$ 500.000,00.

d) Conclusão da escola profissional primária e normal regional de Tupurucuara ..... Cr$ 500.000,00.

Cláusula Terceira

O auxílio previsto na cláusula anterior será concedido em parcelas à medida que os trabalhos forem progredindo, a critério do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Cláusula Quarta

A parcela de Cr$ 500.000,00, já posta à disposição do Govêrno do Estado, para início das obras da escola normal rural de Itacoaitara, será utilizada na realização das obras discriminadas no presente Acôrdo.

Cláusula Quinta

O Govêrno do Estado fará remeter ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos projetos e orçamentos das obras previstas na cláusula segunda do presente Acôrdo.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1952.

aa) E. SIMÕES FILHO
ALVARO BOTELHO MAIA.

* * *

2) — TÊRMO DE ACÔRDO ESPECIAL celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Govêrno do Estado do Amazonas, dispondo sôbre a construção de prédios destinados ao funcionamento de Grupos Escolares, na forma abaixo:

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, presentes, no Gabinete do Ministro da Educação e Saúde, o respectivo titular Doutor Ernesto Simões Filho e o Senhor Doutor Alvaro Maia, Governador do Estado do Amazonas, tendo em vista o que consta do processo número três mil cento e trinta e um, de mil novecentos e cinquenta e dois, do protocolo do Insituto Nacional de Estudos Pedagógicos, foi firmado o presente Têrmo de Acôrdo Especial, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

O Ministério da Educação e Saúde considera encerrado, com a construção do Grupo Escolar de Manacapurú, o compromisso assumido pelo Govêrno do Estado do Amazonas, no Acôrdo Especial celebrado em 10 de novembro de mil novecentos e quarenta e oito, e em que se convencionara a construção de três grupos escolares, à razão de Cr$ 250.000,00 cada um.

Cláusula Segunda

O Ministério da Educação e Saúde concederá ao Govêrno do Estado do Amazonas o auxílio de ..... Cr$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil cruzeiros) destinado à construção de quatro grupos escolares, à razão de Cr$ 350.000,00 cada um, a serem localizados, dois em Manaus e dois em municípios do interior do Estado.

Cláusula Terceira

O novo auxílio concedido será posto à disposição do Govêrno do Estado em três parcelas, sendo a primeira de Cr$ 600.000,00 e as duas ultimas de Cr$ 400.000,00, à medida que as obras forem progredindo, a critério do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Cláusula Quarta

Na execução do presente Acôrdo prevalecerão as cláusulas gerais consignadas no têrmo do Acôrdo Especial mencionado na cláusula primeira, e que, pelo presente, fica definitivamente encerrado.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1952.
aa) E. SIMÕES FILHO
ALVARO BOTELHO MAIA".

X V I
ABASTECIMENTO DÁGUA

O Doutor Ernani Braga, Secretário do Serviço Especial de Saúde Pública, referiu-se à demora no prosseguimento das obras do abastecimento dágua — oriunda de peças dos Estados Unidos para calçamento das bombas. Assegurou que Manaus terá bastante água até março de 1953. O tratamento requer ainda algum tempo, mais ou menos um ano, com o que Manaus poderá ter uma das melhores águas do Brasil.

Há uma verba de Cr$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil cruzeiros) para abastecimento dágua, no orçamento do Ministério da Agricultura. Foi transferida para o da Educação e consignada ao SESP, que se responsabilizará pela construção de novas casas para os operários da Ponta do Ismael, em substituição às que serão demolidas.

Os serviços hospitalares no interior, prosseguem, assim como a assistência à Santa Casa de Misericórdia, de acôrdo com o plano, já iniciado, da Escola de Enfermagem de Adrianópolis.

X V I I
ENERGIA ELÉTRICA E COMISSÃO MISTA BRASIL - ESTADOS UNIDOS

O problema da energia elétrica sòmente será definitivamente solucionado com a futura usina para 20.000 kw, nas bases da lei já sancionada pelo Senhor Presidente da República.

Comparecí à Secção Técnica da Comissão Brasil-Estados Unidos. Encontrei os melhores propósitos para uma operação a êsse respeito, uma vez planificada a usina. E a planificação, como ponto incial, exige um estudo amplo das condições de Manaus, realizado por engenheiros eletricistas especializados, a exemplo do que vem sucedendo em outras cidades brasileiras. Os gastos com êsse estudo poderão ser cobertos pela verba federal.

"ANTE-PROJETO DE PROPOSTA DO GOVÊRNO DO AMAZONAS À COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1952.

Exmo. Sr. Presidente e mais Diretores da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

O abaixo-assinado, Governador Constitucional do Estado do Amazonas, ora nesta Capital, com permissão que lhe foi dada pela Assembléia Legislativa do Estado, para tratar de todos os assuntos de interêsse da administração da mesma unidade federativa, vem, atenciosamente, propôr a essa ilustre Comissão, o seguinte:

1 — O Govêrno do Estado do Amazonas, como base do seu desenvolvimento econômico, precisa instalar em Manaus, capital do Estado, uma usina central elétrica, de 20.000 kw.

Essa necessidade acaba de ser reconhecida pelo Congresso Nacional, há poucos dias, no ato de ser votado, no Senado Federal, o Projeto de Lei que manda executar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em cujo artigo 34 é considerada prioridade número um, entre os empreendimentos de base do mesmo plano, a instalação de uma Central Elétrica, em Manaus, como de outra em Belém do Pará, com a mesma potência de 20.000 kw.

Praticamente, não existe energia elétrica em Manaus, cidade de cêrca de 140.000 habitantes, com um desenvolvimento industrial bastante promissor e para onde, dentro em breve, se deslocarão várias fábricas estrangeiras de artefatos diversos, dispostas a aproveitar e transformar a matéria prima regional, em empreendimentos fabris de maior valor econômico.

Minuciosos estudos, feitos por técnicos competentes, indicam, como necessidade premente, a instalação imediata do primeiro conjunto da Central Elétrica de que necessita a capital amazonense, com a potência de 10.000 kw, visto que as antigas instalações, obsoletas e antieconômicas, podem parar imediatamente, bastando dizer, em justificativa do afirmado, que a usina atual foi montada na primeira década dêste século.

Como medida de emergência, o Govêrno da União, através do Plano Salte, vem concedendo recursos ao Estado para o reaparelhamento dessas instalações, tendo sido adquiridos já quatro geradores de corrente contínua, cuja montagem está sendo ultimada neste momento, simplesmente para o efeito de se manter em funcionamento, mesmo precariamente, os serviços de luz, energia e tração urbana, até que possamos montar a nova Central Elétrica, que marcará a grande arrancada do nosso Estado para a sua recuperação econômica.

A grande Usina que o Estado do Amazonas precisa montar, destina-se a atender uma demanda de 20.000 kw, isso porque devemos desde logo prever o aumento do consumo de energia elétrica nos próximos dez anos em Manaus. Deverá ser composta de 4 unidades turbo-geradoras a vapor ou a óleo, de 5.000 kw cada uma; 60 ciclos; tensão primária, 13.200 vol., tensão secundária 127|220 vol. 3.600 RPM.

Devido às condições de transporte extremamente dificeis e à falta de recursos favoráveis, dada mesmo à situação geográfica de Manaus, não será exagerado calcular-se o custo de uma Usina termo-elétrica de 20.000 kw, incluindo edificações e rêde de distribuição, em Cr$ 120.000,00 ou sejam Cr$ 6.000,00 por kw instalado.

Êste cálculo está baseado em investigações feitas pelo próprio Govêrno do Estado, quando, no ano findo, houve por bem mandar abrir concorrência pública para aquisição de uma Usina termoelétrica com capacidade de 10.000 kw e no resultado de coletas de preços junto aos fabricantes mais afamados e idôneos do material em questão.

Assim, o Govêrno do Estado do Amazonas, apresenta a essa Comissão Mista, para reserva de sua prioridade no pedido, uma proposta preliminar de aquisição do material de que necessita, na conformidade do projeto técnico a ser apresentado posteriormente, sob a supervisão do órgão especializado dessa Comissão, sob as bases financeiras seguintes, além de outras usuais à espécie :

I) — A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos encaminhará, após a aprovação do Govêrno Federal, um pedido de empréstimo em favor do Govêrno do Amazonas e sob caução das verbas constitucionais do Plano de Valorização Econômica, si assim concordar o Govêrno da União, no valor de cento e vinte milhões de cruzeiros (Cr$ 120.000.000,00, pagáveis em 20 anos, pela mesma forma já adotada em relação às concessões de crédito já obtidas para empreendimentos idênticos no Brasil.

II) — Verificada a dificuldade na obtenção de divisas em dólares para compra dêsse material nos Estados Unidos da Amércia, será facultado ao Estado do Amazonas adquirí-lo no todo ou em parte, mediante concorrência pública, em nosso país ou em qualquer nação estrangeira que o possa fornecer em condições favoráveis, com o compromiso da montagem e das garantias técnicas exigíveis em empreendimentos dessa natureza".

XVIII

CONJUGADOS ELÉTRICOS

Deverão ser entregues aos Serviços Elétricos do Estado, no próximo mês, os motores adquiridos à Jumar Engenharia e Comércio Ltda. De acôrdo com o Têrmo de Contrato assinado no Contencioso Fiscal, o Estado assumiu o compromisso de pagar quatro milhões de cruzeiros (Cr$ 4.000.000,00), por verba federal. Essa verba não foi consignada no orçamento para 1952 e 1953.

Foi sancionado, entretanto, o crédito de sete milhões de cruzeiros (Cr$ 7.000.000,00), pela lei respectiva e que será aplicada de acôrdo com o Conselho de Águas e Energia Elétrica.

Dirigí, a êsse respeito, um ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, solicitando a abertura do referido crédito. O ofício foi encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda, para os fins legais.

Recebí a visita do Doutor Marcílio Noronha, representante da Jumar Engenharia e Comércio Ltda., que anunciou a instalação dos serviços e, consequentemente, solicitou o pagamento da referida importância de ..... Cr$ 4.000.000,00.

Afim de ultimar os serviços, e de acôrdo com as informações do Doutor Leopoldo Loureiro, Administrador dos Serviços Elétricos, haverá necessidade do pagamento daquela importância.

Assinei, assim, três documentos sôbre a montagem dos motores e uma declaração sôbre o pagamento de Cr$ 4.000.000,00, afim de constituirem provas na operação de crédito no Banco do Brasil. Essa operação teve parecer técnico favorável. Está sendo providenciada a abertura do necessário crédito.

"Rio de Janeiro, 25 de julho de 1952.

A T E S T A D O

1) de acôrdo com a solicitação da firma "JUMAR" ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., declaramos, para os fins que lhe convier, que os materiais destinados à montagem de uma USINA TERMO ELÉTRICA na cidade de Manaus, de conformidade com o Contrato asinado entre a firma supra-citada e o Govêrno do Estado do Amazonas, em 18 de janeiro de 1952, já foram integralmente fornecidos, estando quase que ultimados os serviços para a entrega da Usina à cidade de Manaus, em pleno funcionamento".

* * *

2) Declaro, pelo Govêrno do Estado do Amazonas, que, de acôrdo com o Têrmo de Contrato, celebrado com Jumar Engenharia e Comércio Ltda., assinado em Manaus, no Contencioso Fiscal da Fazenda Pública, a 17 de janeiro de 1952, o pagamento da importância de quatro milhões de cruzeiros (Cr$ 4.000.000,00), depois de comprovado o funcionamento dos motores e geradores, será feito pelo crédito especial de sete milhões de cruzeiros Cr$ 7.000.000,00), (Diário Oficial da República, de 11 de

dezembro de 1951), no prazo de sessenta dias.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1952.

* * *

3) "Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1952.
Exmo. Sr. Ricardo Jaffet
DD. Presidente do Banco do Brasil S|A.

Tendo o Estado do Amazonas contratado com a firma "Jumar", Engenharia e Comércio Ltda., o fornecimento e montagem de dois grupos geradores, para o suprimento de fôrça e luz à cidade de Manaus, e já estando naquela cidade todo o material, em fase de montagem, e nos termos do contrato assinado, devendo o pagamento ser feito depois de experimentada a instalação, e, tendo em vista que o material já se encontra sob custódia do Govêrno do Estado e pendente apenas, para a recebimento final, de se concluir a instalação, o que deverá se verificar dentro de sessenta dias, vimos solicitar os bons ofícios dêsse Banco no sentido de ser facilitada à "Jumar" a operação de crédito pretendida pela mesma, que adquiriu e transportou para Manaus, por sua conta, todo o material acima referido.

A verba destinada ao pagamento do fornecimento contratado depende da execução legal da verba, à disposição do Estado.

Nos termos do contrato, não pôde o Estado, entretanto, fazer qualquer adeantamento, o que seria de tdôa a justiça, razão pela qual me dirijo a V. Excia. no sentido de atender a solicitação da "Jumar", o que virá, sem dúvida, concorrer para proporcionar à população de Manaus maior confôrto e bem estar.

Agradecendo a V. Excia. a atenção dispensada à presente, reitero meus protestos de estima e consideração".

X I X

CORPO DE BOMBEIROS

O Tenente Edmundo Monteiro, comissionado pelo Govêrno para realizar um curso intensivo de aperfeiçoamento no Corpo de Bombeiros do Rio, prestou informações sôbre suas atividades e de seus comandados. Regressarão

todos no fim do ano para executar a missão para a qual foram designados.

X X

TUBERCULOSE

Assegurou-me o Doutor Arlindo de Assis, Diretor do Serviço Nacional de Tuberculose, que o "Sanatório Adriano Jorge" deverá funcionar em 1953. Financiado, possivelmente, pelas entidades autárquicas para seus enfermos, terá, entretanto, regular número de leitos para outros necessitados.

Está no plano nacional da aplicação de BCG o Amazonas, a começar por Manaus, pela vacinação em massa, nas bases defendidas, no recento Congresso de Tuberculose, pelo grande tisiólogo Arlindo de Assis.

X X I

PENITENCIÁRIA

O Major Vitório Canepa ofereceu gratuitamente ao Estado os novos modelos de prontuário, por intermédio do Doutor Paulo de Grana Marinho, que se especializou em assuntos penitenciários, desempenhando-se da comissão a êsse respeito, em sua permanência no Rio.

X X I I

MISSÃO SALESIANA

Recebí, varias vezes, a visita de Dom Pedro Massa, Bispo do Hebron e Chefe Salesiano no Brasil. Estivemos em ação conjunta para solucionar os seguintes problemas, de largos proveitos para o Amazonas.

O ilustrado Bispo dirigiu-me as seguintes cartas:

1) — "Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1952.

Exmo. Sr. Dr. Alvaro Maia,

DD. Governador do Estado do Amazonas.

Rio de Janeiro.

Apresentando meus cordiais cumprimentos, cumpro o dever, por ocasião do regresso de V. Excia. para Manaus, de agradecer a bondade com que V.

Excia. se interessou a favor das obras das nossas missões do Rio Negro.

A valiosa interferência de V. Excia. junto ao Exmo. Snr. Ministro da Educação e Saúde e do Doutor Anísio Teixeira, Diretor do INEP, pela qual a nossa Escola Normal Rural de Tapurucuá foi contemplada na próxima distribuição daquela verba com o auxílio de quinhenos mil cruzeiros (Cr$ 500.000,00), com a esperança de recebermos para o ano igual importância para o mesmo fim, veio dar a tão esperada solução para êste processo, iniciado em 1949, e pelo qual também se interessou vivamente o Exmo. Sr. Presidente da República.

Agradeço, outrossim, quanto V. Excia. houve por bem fazer junto ao Diretor do S. A. P. S., no sentido da criação e funcionamento de um RESTAURANTE POPULAR para 500 operárias, a cargo do Patronato de Santa Terezinha, desejo êste que há varios anos procuravamos atualizar, dependendo dos necessários recursos e do terreno, que acabamos de adquirir ao lado do Patronato, iniciando assim dentro em breve a construção do novo edifício, cuja planta está sendo executada pela Diretoria de Obras do S.A.P.S., e para cujo custeio contamos com a boa vontade daquele SERVIÇO e de seu ilustre Diretor, Doutor Edson Piitombo Cavalcanti, esperando também o apoio e proteção do Govêrno de V. Excia.

Devo também uma palavra sentida de agradecimento a V. Excia. por quanto houve por bem se interessar junto à Bancada Amazonense da Câmara e do Senado, no sentido de serem amparadas e, possivelmente majoradas, as subvenções e auxílios a favor das obras assistenciais a cargo da Prelazia do Rio Negro e das nossas Missões, que sempre contaram com um valioso protetor e amigo na pessoa de V. Excia., a quem apresento as nossas homenagens agradecidas e os votos de prosperidade de seu Govêrno.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Excia. os protestos do mais elevado aprêço e grata amizade, com qeu tenho a honra de me confessar de V. Excia. ato. con. cro. obgo.

a) DOM PEDRO MASSA."

* * *

2 — "Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 1952.

Exmo. Snr. Dr. Alvaro Maia,

DD. Governador do Estado do Amazonas.

Rio de Janeiro.

Apresentando atenciosos cumprimentos, peço vênia para renovar a V. Excia. o meu apêlo, no sentido de serem as Missões Salesianas do Rio Negro contempladas na distribuição da quota estadual do D. N. E. R., afim de nos facilitar a continuação dos trabalhos da estrada de rodagem entre os rios Tiquié e Papurí, que lamentavelmente perdeu êste ano o auxílio que lhe era antes consignado no orçamento do Ministério da Viação, auxílio êste que foi eliminado por motivos de economia, e dando como um dos motivos, a possibilidade de recebermos êste auxílio pela quota estadual dêste Departamento Federal.

Venho pois solicitar de V. Excia. o auxílio de Cr$ 200.000,00 para o fim acima indicado, afim de que não se perca o trabalho realizado nestes anos passados, interrompendo uma estrada de reconhecida vantagem pública.

Agradeço desde já a V. Excia. quanto houver por bem determinar nesse sentido, afim de que nos seja reservada uma quota na distribuição da verba federal do D. N. E. R., tendo em vista também tratar-se de uma estrada de fronteiras, que interessa portanto, duplamente, o Brasil.

Com os protestos do mais elevado aprêço, professo-me de V. Excia ato. ven. crdo. obgo.

a) DOM PEDRO MASSA".

XXIII

CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Fundação Getulio Vargas colocou à disposição do Govêrno do Estado quadro bolsas de estudo, em 1953, para especialização de funcionários nos Cursos Especiais da Escola Brasileira de Administração Pública. O curso será de seis meses, após a seleção, mediante demonstração rigorosa. O candidato deverá ser efetivo nos qua-

dros do funcionalismo e, uma vez aprovado, terá uma bolsa de três mil cruzeiros mensais e passagens aéreas de ida e volta.

XXIV

MATERIAL PARA A FÔRÇA PÚBLICA

De acôrdo com a inspeção procedida em outubro de 1951, por militares pertencentes à 8.ª Região Militar, carece a Frôça Policial de reparos de suas armas e substituição de parte da munição.

O instrumental para a Banda de Música e Marcial precisa ser renovado. Encarreguei-me dêsse trabalho no Ministério da Guerra, de acôrdo com as sugestões oferecidas pelo Comando da Fôrça Policial, cuja ação e eficiência exigem essas medidas.

XXV

FOMENTO AGRÍCOLA — LEPROSÁRIO DO ALEIXO COLÔNIA DO ALEIXO

(Verbas)

Recebí, entregues pelo professor Temístocles Gadelha, Procurador do Estado, os seguintes cheques:

1) — Banco do Brasil, Cr$ 139.647,50, (Cr$ 140.000,00), relativo à Colônia do Aleixo, 1951;
2) — Banco do Brasil, Cr$ 293.252,50, sendo ..... Cr$ 98.000,00 do Serviço de Fomento Agrícola e Cr$ 196.000,00 do Leprosário Belisário Pena, orçamento de 1950, sendo entregues àqueles serviços para os fins legais.

XXVI

CORONEL JOSE' CARDOSO RAMALHO JUNIOR

Após longos padecimentos, faleceu o Coronel José Cardoso Ramalho Junior, que, na governança e outros setores administrativos, prestou valiosos serviços ao Estado, notadamente na defesa do Território do Acre, ameaçado de cair sob o domínio da Bolívia, por determinação da própria Diplomacia Boliviana.

Providenciei o enterramento do saudoso amazonen-

se. Várias personalidades compareceram a todos os atos fúnebres, demonstrando a estima em que era tido o ex-governador.

Recebí, a êsse respeito, o seguinte telegrama:

"Exmo. Sr. Governador Alvaro Maia
Av. Atlântica, 3288 — Apto. 604 — Copacabana
Sinceramente desvanecida tantas homenagens seu govêrno acaba prestar memória meu saudoso pai Ramalho Junior venho expressar ao ilustre Governador o meu eterno reconhecimento. Atenciosamente, Myosotis Malcher Ramalho".

O Doutor Julio Nery agradeceu as condolências que lhe apresentei pessoalmente e em nome do Govêrno.

XXVII

INSTITUTO DE PESQUIZAS NO AMAZONAS

O Conselho Nacional de Pesquizas aprovou a instalação do Instituto Nacional de Pesquizas, sediado em Manaus, provavelmente no próximo ano.

E' mais um grande serviço prestado ao País, pelo estudo das nossas regiões, nas bases da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que instituiu aquele órgão.

Tive o ensejo de ser convidado para assistir à sessão, em que foi lida a exposição enviada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, capeando o anteprojeto, cujo fim essencial é a criação do Instituto de Pesquizas.

A sessão foi presidida pelo Doutor Arthur Moses, Presidente da Academia Brasileira de Ciências e teve o comparecimento dos senhores: Almirante Alvaro Alberto, Presidente do Conselho Nacional de Pesquizas; Paulo Carneiro, Delegado do Brasil junto à UNESCO; Professor Adolfo Ducke, botânico; Josefina Ducke, botânica; Professor Olímpio da Fonseca Filho, membro do Conselho Nacional de Pesquizas e Diretor do Instituto Osvaldo Cruz; Doutor Silvio Torres, membro do Conselho Nacional de Pesquizas e Diretor do Instituto de Biologia Animal; Professor Carlos Chagas Filho, membro e Diretor de pesquizas biológicas do Conselho Nacional de Pesquizas e Diretor do Instituto de Biofísica e Professor Otávio L. Mar-

tins, Diretor Técnico do Consenho Nacional de Pesquizas.

O Almirante Alvaro Alberto, que representou o Brasil na Comissão da Bomba Atômica, nos Estados Unidos, dissertou sôbre a necessidade de instalar o Instituto para estudo e defesa do Brasil.

Respondí-lhe, assegurando a cooperação do Govêrno.

XXVIII

PÔSTO DO INSTITUTO DE MANGUINHOS

O professor Olímpio da Fonseca Filho, eminente Diretor do Instituto Osvaldo Cruz, prometeu, em cooperação com o Estado, por intermédio do Departamento de Saúde Pública, a instalação de um pôsto do Instituto de Manguinhos, em Manaus.

XXIX

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Apresentei ao Ministro João Cleofas a síntese das nossas necessidades para desenvolver a produção. O Ministro prometeu atender-nos, reafirmando os seus propósitos, proclamados em sua inspeção a Manaus.

Explanei todos os pontos essenciais do auxílio para desenvolvimento da agricultura e pecuária, de acôrdo com as sugestões do Doutor Vicente Rangel, Administrador da Colônia Agrícola, e dos nossos esforçados diretores do Fomento e Economia Agrícola, Senhoras Admar Thury e Waldemar Cardoso.

XXX

LEGIÃO BRASILEIRA

Expús à Excelentíssima Senhora Darcy Vargas, ilustre Presidente da Legião Brasileira, a situação dessa instituição no Amazonas e os serviços que vai prestando, dirigida pelo Doutor Jatyr Pucú de Aguiar, no caráter de vice-presidente.

Serão mantidas as mesmas dotações, afim de que a Legião possa recuperar, no Amazonas, a antiga rêde de proteção aos necessitados.

Assegurei à dona Darcy Vargas a cooperação do Estado para melhor execução dessa obra assistencial.

XXXI

FISCALIZAÇÃO DE IMPOSTOS

Tive ensejo de solicitar ao Diretor Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos, para fiscalização de mercadorias, por via postal, duas medidas:

1a. — a remessa semanal, à Diretoria da Fazenda Pública, da relação dos recebedores de mercadorias registradas;

2a. — que dois funcionários da Fazenda Pública possam fiscalizar, na saída, o recebimento dessas mercadorias, respeitado em tudo o sigilo da correspondência.

XXXII

CAIXA ECONÔMICA

Três casos prendem-se à Caixa Econômica:

a) solicitação do empréstimo pela Prefeitura de Manaus, de acôrdo com a Lei Municipal, movimentada pelo ex-Prefeito Doutor Alvaro Bandeira de Melo, e por outras prefeituras;

b) pagamento da dívida do Estado, resultante de consignações em folhas por funcionários públicos;

c) — situação da dívida do Estado, empréstimo para serviços de águas, sem consignação nas leis orçamentárias de 1950, 1951 e 1952.

A primeira parte (letra a) foi convertida em diligência para informações pela Caixa de Manaus,; a segunda será objeto de planificação, por intermédio do Diretor, Doutor Aldemir Paes Lima de Miranda; a terceira constituirá também motivo de novo plano, de acôrdo com o Govêrno, que encaminhará ao Doutor A. Veiga Faria, Diretor da Carteira de Títulos, com quem manteve entendimentos.

XXXIII

AVIÃO PARA CONDUÇÃO DE CARNE VERDE

Fui procurado pelo aviador amazonense Luiz Dau, que apelou, sem compromissos de ordem financeira, para o Govêrno, no sentido de prestigiar-lhe a ação perante as autoridades.

Expressei-me, pela forma seguinte, ao aviador Luiz Dau:

"Senhor Comandante Luiz Aboud Dau:

Rua Domingos Ferreira, 242 — Apto. 301 — Copacabana.

Rio.

Além da exposição verbel, com que me honrou, tive ensejo de ler duas cartas do Senhor Aluísio Solino, relativamente ao fornecimento de carne para abastecer Manaus, por via aérea, pela "Charqueada Santa Maria do Araguaia", de Goiás.

A proposta, nas bases daqueles documentos, encoraja os que se dedicarem, com esfôrço e persistência, a êsse ramo de negócio.

O Govêrno do Amazonas e seu povo sòmente podem ver e observar com simpatia, e mesmo agradecimento, os que resolvem e auxiliam a resolver um problema vital para sua tranquilidade, tal seja o fornecimento de carne verde, a preços atendíveis para a bolsa da maioria.

Queira aceitar os meus cumprimentos por essa iniciativa feliz".

XXXIV

COOPERATIVISMO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS

O agrônomo Clother da Gama Rodrigues, Diretor do Serviço de Economia Agrícola, representou o Amazonas na reunião dos Chefes de Agências do Serviço de Economia Rural e dos Diretores dos Órgãos executores dos Acôrdos relativos ao Cooperativismo e à Classificação dos Produtos Agro-Pecuários.

A delegação do Amazonas tomou parte ativa nas discussões e muitas conclusões, num total de 48, tiveram como base, o trabalho elaborado por nossa delegação.

XXXV

OFERTA DE MEDICAMENTOS

Viistei o Laboratório BAYER, hoje sob a administração da União. O Doutor Baeta Neves, seu ilustre Diretor, ofereceu grauitamente vários medicamentos, também gratuitamente transportados para Manaus, para a necessária distribuição pelos necessitados.

XXXVI

VERBAS PARA 1953 — ESFÔRÇO DA BANCADA FEDERAL

Dígnas de encômios foram as atividades da nossa Bancada Federal, para a distribuição de auxílios em 1953, pelo orçamento da União. Estive em contato permanente com vários representantes do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO: muitas verbas foram apresentadas na Câmara dos Deputados, acrescidas de emendas no Senado. Não foi possível manter, por medidas que atingiram a todos os Estados, os auxílios aos sindicatos.

Foram beneficiadas várias instituições, colégios, serviços e prefeituras. Representam um admirável esfôrço da nossa Bancada Federal, apoiada pelo Presidente da República, lider Gustavo Capanema, Comissões e plenários do Parlamento.

E' necessário dizer, como um aviso necessário, que, pelos novos rumos da Comissão de Valorização da Amazônia, essas verbas talvez não sejam renovadas em 1954, quando serão iniciados os problemas de base.

A distribuição da verba global caberá à Superintendência da Valorização da Amazônia, certamente de acôrdo com os planos econômico-financeiros a êsse respeito.

Devem ter cuidado os responsáveis pelas verbas assistenciais, ora cedidas, porque também, face a situação do País, dificilmente poderão ser consignadas no orçamento geral da República.

XXXVII

PROBLEMAS PARA 1953

Três problemas, além das atuais fôrças propulsoras de nossa economia, devem constituir objeto de persistentes esforços :

a) Valorização econômica da Amazônia.

b) equiparação de impostos nos Territórios e fiscalização das rendas, sob todos os aspectos, evitando-se as válvulas do contrabando e punindo os seus transgressores;

c) reestudo da questão do Acre e dos prejuizos ocasionados pela constituição de novos Territórios, tudo sob forma de indenização financeira.

São problemas viáveis para 1953 alicerçados em leis :

a) A Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia depende da sanção do projeto, discutido durante cinco anos e já em tramitação final na Câmara dos Deputados;

b) — A Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, presidida pelo operoso deputado Pereira da Silva, apresentou um projeto revogando o Decreto-Lei n.º 22.443, de 8 de fevereiro de 1933 e restabelecendo a cobrança dos impostos sôbre todos os produtos extrativos dos Territórios Federais (ver o projeto anexo); será aconselhável, a êsse tempo, um acôrdo com o Ministério da Fazenda, para a interfiscalização de impostos, ou cooperação nos termos da última Conferência Nacional de Fazenda, realizada êste ano.

c) A questão do Acre, reconhecida pela Constituição Federal de 1934 e movimentada até 1937, poderá ser motivo de entendimentos com o Govêrno Federal; a indenização dos prejuizos, decorrentes da anexação dos novos Territórios, em que foram ocupados seringais, castanhais explorados, fazenda e gado, será objeto de ação parlamentar, a exemplo do que vem acontecendo com Pernambuco em relação ao Território de Fernando de Noronha.

XXXVIII

BANCO DA AMAZÔNIA — REUNIÕES DE BELÉM E CUIABÁ

Comparecí, em minha passagem por Belém, à reunião do Conselho do Banco de Crédito da Amazônia, em que o Amazonas tem, como representantes, os Senhores Alberto Dau, Ermindo Barbosa e Jacob Sabbá.

Presidiu-a o General Zacarias Assunção, Governador do Pará. Exposta a situação da borracha pelo Doutor Firmo Dutra, Presidente do Conselho Consultivo, e após considerações de vários membros, ficou resolvido o apoio dos governos do Pará e Amazonas, apêlo aos demais governadores da Amazônia, para a defesa do Banco e aprovação do ante-projeto Hévea-Bras, ouvidos os órgãos responsáveis do extremo-norte.

Recebeu aplausos também a unidade de vistas dos governos e associações da Amazônia em face ao grande problema.

Realizar-se-á, a 8 de novembro, uma conferência de seringalistas em Cuiabá, à qual, pela responsabilidade das teses a serem discutidas, deverão comparecer os governadores da Amazônia, convidados especialmente para êsse fim.

Impõe-se a unidade de vistas da Amazônia, em tôrno aos seus problemas. Imaginamos, com êsse fim, uma reunião de governadores em Manaus, que não foi possível realizar por motivos financeiros e pela circunstância de que fôra convocada outra no Catete, sob a assistência de eminentes técnicos. A Conferência de Cuiabá, convocada na hora em que se aproxima a aprovação da Lei da Valorização da Amazônia, deve merecer a nossa máxima atenção.

A Assembléia Legislativa esclarece o assunto, interpretando as necessidades do Estado.

Seria um êrro o Amazonas condenar-se ao isolacionismo, quando se esquematizam os casos de sua economia.

* * *

O Doutor Luiz E. Souza Brito, atual Diretor do Instituto Agronômico do Norte, avisou-me que, em Santarém, estão 27 toneladas de juta, em sementes, à disposição

do Govêrno do Amazonas; 23 toneladas já foram embarcadas, perfazendo o total de 50.

Foram determinadas providências para o embarque, pelo motor LORD KELVIN, das 27 toneladas restantes.

Disse-me o Doutor Brito que, de acôrdo com instruções do Ministério da Agricultura, serão destinados Cr$ 500.000,00 para o plantio das sementes relativas a 1953, eximindo-se o Instituto de quaisquer responsabilidades.

Em falta de organização apropriada, julgo esr mais aconselhável a recusa dos Cr$ 500.000,00, continuando o Instituto Agronômico do Norte a fornecer as sementes.

XXXIX

MECANISMO ADMINISTRATIVO

A Amazônia começará a ter verdadeiramente seu impulso definitivo, enraizado em surtos econômicos mais firmes, depois de aplicado o Plano Geral, decorrente da lei em aprovação no Parlamento, afim de plasmar às realidades objetivas o art. 199, da Constituição da República.

O seu aproveitamento é uma imposição geográfica, internacional, e o Govêrno não deixará de incorporar a região ao Brasil, sem os receios do Senhor Euvaldo Lodi, em recente conferência sócio-econômica, chegando a afirmar a possibilidade da desagregação dêstes imensos territórios inexplorados.

Surgem, em face a essa situação, responsabilidades maiores e interrogações aos responsáveis.

Manterá o Amazonas, manterá o Pará, manterá Mato-Grosso as suas extensões latifundiárias despovoadas ou desaproveitadas, com populações desencantadas, pelas dificuldades da distância, da impotência financeira, ou se criarão novos territórios? Surgirão novos territórios até mesmo para melhor execução do plano constitucional e melhor integração ao Brasil?

São idéias pessoais. Já não constitui segrêdo o sonho do território do Marajó, agitado na Assembléia Paraense, como não o constitui o de outras regiões.

Os desentendimentos entre homens e grupos, as desavenças entre poderes e departamentos, poderão ar-

mar os defensores daquela idéia, que, de resto, não encontram resistência nas populações locais, ansiosas de melhoria de vida.

Devemos unir e não desunir as creaturas. Foi assim compreendendo, na interpretação sempre oportuna das aspirações populares, que o Presidente Vargas pronunciou o seu grande discurso, preconizando a união nacional.

Os líderes de maiores responsabilidades apoiaram êsses rumos novos, necessários à tranquilidade da Nação. E o próprio deputado Afonso Arinos, analisando a posição da UDN, no plenário do Palácio Tiradentes, declarou que o seu partido "servirá ao Govêrno imparcialmente, como uma peça do mecanismo da Nação", sem abjurar, naturalmente, dos seus postulados e da vigilância democrática.

As rodas dêsse mecanismo, acionadas harmoniosamente, movimentam a administração, sem desníveis e desvios: daí o inciso constitucional, verdadeiro patrulhamento democrático, da interdependência dos poderes, sem invasão das atribuições e delegações de responsabilidades.

Qualquer atentado a essa fôrça jurídica, por mínimo, importará no falseamento do regime, originando a conturbação política, a desconfiança das massas, a revolta dos cidadãos.

XL

MATERNIDADE E INFÂNCIA

A Senhora Darcy Vargas, ilustre Presidente da Legião Brasileira, demonstrou o máximo interêsse no sentido de ser amparada a infância, em escala crescente, pela ampliação de maternidades, em cooperação com o Estado ou instituições particulares.

Em março dêste ano, em conferência com o Doutor Salomão Leví, Delegado Federal da Criança da 1ª. Região, ficou resolvido um apêlo do veemente interêsse do F. I. S. I., no Amazonas.

Não foi infrutífero o esfôrço nesse sentido. O operoso Delegado Federal de Saúde comunicou-me em Belém, e reafirmou em Manaus, a colaboração valiosa do F. I. S. I.:

"Do Delegado Federal da Criança da 1ª. Região ao Exmo. Sr. Dr. Alvaro Maia — DD. Governador do Estado do Amazonas.
Assunto: Oferece cópia Plano F. I. S. I.
Data: 14 de outubro de 1952.
Senhor Governador:

Tenho a honra e satisfação de oferecer a V. Excia. uma cópia do Plano organizado por esta Delegacia e com a colaboração do Senhor Diretor do Departamento de Saúde do Amazonas, para auxiliar as obras de proteção à maternidade e infância na Amazônia, por intermédio do Fundo Internacional de Socorro à Infância (F. I. S. I.

A grande preocupação e interêsse demonstrados por V. Excia. para que êsse auxílio chegasse até a nossa região contrbuiram em grande parte para o interêsse do F. I. S. I. pela Amazônia, e o acôrdo assinado por V. Excia. nesse sentido foi como que a demonstração real dêsse seu desejo.

Esperando esta Delegacia contar sempre com o valioso apôio moral e material do Govêrno de V. Excia., para colaborar no problema de proteção à criança de nossa Terra, aproveito o ensejo, Senhor Governador, para renovar a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

a) Salomão Moisés Leví, Delegado Federal da Criança da 1ª. Região.

De acôrdo com êsse plano, Manaus e algumas cidades do Interior serão favorecidas por 100 toneladas de leite em pó, em 1953.

Serão pleiteados para 1954 auxílios materiais à Santa Casa de Misericórdia, para atualização de sua Maternidade, e para outras instituições assistenciais infantís.

XLI

CONCLUSÃO

Senhor Deputado Alfredo Marques da Silveira:

São êsses os esclarecimentos que me cabe prestar, relativamente às minhas atividades na Capital da República, desde quando passei o Govêrno do Estado a

Vossa Excelência, a 23 de julho. São grandes as dificuldades do Govêrno Federal, que, embora preocupado com a situação da Amazônia, não pode atender, apesar dos esforços da Bancada Amazonense, maiores somas de benefícios diretos ao Estado.

Anunciam-se êsses auxílios, de maior valia, para 1953, tanto pela execução do Plano de Valorização da Amazônia, quanto pelas verbas distribuídas no orçamento, atingindo o Estado, os Municípios e obras assistenciais, públicas e de caráter privado.

O Senhor Presidente Getúlio Vargas, ao apresentar despedidas a Sua Excelência, reafirmou-me sua decisão de auxiliar o Amazonas, fomentando a sua economia, tão logo seja aprovada a lei na Câmara dos Deputados.

A instalação dos serviços elétricos, por uma usina de 20.000 kws, está prevista, em substituição aos quatro conjugados elétricos, já adquiridos e pagos, como medida de emergência.

As questões de saúde, de instrução, de verba para melhoramentos de nossos prédios principais, como o Colégio Estadual, inclusivè sua federalização, e Teatro Amazonas, não foram esquecidas.

A solução favorável da vinculação dos produtos gravosos representa uma luta persistente, cuja vitória devemos ao Presidente Getúlio Vargas: não resolve a situação, mas suavisa as aperturas do comércio.

Quanto aos aspectos políticos, sabe Vossa Excelência o que se desdobra no país inteiro, consequência das próprias angústias internacionais: aconselham os grandes líderes o trabalho e respeito à liberdade, como bases para a União começar pelo maior, o Chefe da Nação, um clima de ordem Nacional em que possam respirar e ter confiança todos os cidadãos.

Sem êsse clima, imanente às nossas tradições de cultura jurídica e tolerância política, partidos e homens não poderão resistir, enfraquecendo-se a disciplina democrática, pela falta de harmonia e coordenação dos poderes constituidos pela lei.

Não é demais acrescentar que pairam ameaças à integridade territorial do Estado, pela criação de novas unidades federativas; temos autonomia, mas bem precária, dadas as nossas dificuldades econômicas.

Os Estados têm de viver com os seus recursos, sem

empréstimos onerosos, que lhes gravem as leis de meios excetuados, certamente, os destinados à movimentação agrícola e industrial.

* * *

Quero ressaltar, neste final, a cooperação dos senadores Waldemar Pedrosa e Anísio Jobim, (o senador Vivaldo Lima encontrava-se no Canadá e regressou nos últimos dias de setembro), dos deputados Pereira da Silva, Rui Araujo e Antonio Maia, e do Doutor Guilherme Arinos Barroso Franco, sempre solícito em atender a todos os problemas de sua Terra Natal.

O escritório do Amazonas, durante a minha permanência no Rio, funcionou, gratuitamente, em duas salas cedidas pelos doutores Ricardo e Mem Xavier da Silveira, à Avenida Presidente Roosevelt, 137, com a assistência do Doutor Oiama de Macedo.

A Delegacia da Associação Comercial, no Palácio do Comércio, ofereceu também as suas salas para o mesmo fim.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de alta estima e consideração.

ALVARO MAIA

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado Alfredo Marques da Silveira, Digníssimo Governador, em exercicio, do Estado do Amazonas.

PRESENTE

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM